

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 14 de Setembro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1137 • Director: Carlos Brito

CDU

A Esquerda necessária

Por onde quer que passe

A CORRENTE DE SIMPATIA



Págs. 4 a 17

Flagelo do desemprego no distrito de Lisboa «PSD é o responsável» acusa USL/CGTP

Pág. 12

Lothar Bisky do PDS da Alemanha em entrevista



Pág. 25

Foz Côa Adiantamentos e desinformação

• Artigo de Vítor Serrão

Pág. 23

CDU a esquerda necessária para uma nova política

PCP-PEV

GRANDE COMICIO

CARLOS CARVALHAS
JOÃO AMARAL

e os Candidatos do Distrito do Porto

Espectáculo musical com **Navegante**
Grupo de Música Popular Portuguesa

Palácio Cristal
(Pavilhão)

17 • Set. • 15,30 h.

O respeito pelas regras

Inicia-se no próximo domingo, dia 17, o período oficial da campanha eleitoral.

A CDU entra nesta nova fase da batalha política, que precede as eleições de 1 de Outubro, com confiança e determinação acrescidas pela corrente de simpatia que se desenvolve à sua volta, mas alertando para as tentativas de manipulação do eleitorado forjadas a partir do Governo e das operações de bipolarização onde se associam o PSD e o PS.

Há, com efeito, muitas razões para expressar fortes preocupações quanto à garantia do respeito pelas regras básicas que asseguram os princípios da liberdade de propaganda, da igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas e da imparcialidade das entidades públicas, que a partir daquela data passam a vigorar de forma mais estrita.

A verificação do respeito por estes princípios, que têm consagração na Constituição e na lei, é o critério mais objectivo para que as eleições sejam consideradas livres, democráticas e justas.

A longa pré-campanha tem sido fértil em atropelos de toda a ordem a estas regras e princípios, que não valem apenas para o período oficial da campanha eleitoral.

São atropelos da maior gravidade política os que consistem na utilização pelo PSD dos dinheiros e do aparelho do Estado para fazer a sua campanha e obter, sem qualquer pudor, vantagens eleitorais.

Trata-se de um escândalo que se repete, mas ultrapassa o que se viu em anteriores eleições, não só no capítulo das inaugurações com um programa puramente subordinado à lógica eleitoralista, que se vai cumprindo com o maior descaramento (e ante olhar indignado de grande parte do país), mas também com a distribuição de cheques ao domicílio, com pretextos vários, agora feita com maior discrição depois do desmascaramento a que foi sujeita.

Não contente com isto e com as avultadas somas que lhe permitem inundar o país de propaganda laranja, as brigadas do partido do Governo ainda se permitem destruir propaganda das forças políticas que se lhe opõe, especialmente da CDU, que já apresentou a competente e provada queixa em tribunal.

Não menos graves do que os anteriores são os atropelos originados pelas manobras de bipolarização, onde o PSD e PS aparecem associados, para condicionarem e tentarem forçar o eleitorado a uma escolha entre os dois.

Nunca como no presente processo eleitoral a bipolarização foi levada tão

longe na sua projecção na comunicação social. Nunca as restantes forças políticas tinham sido tão drasticamente discriminadas.

Os debates a dois, restringidos ao PSD e ao PS, são um escândalo anti-democrático que nunca se tinha verificado em eleições para a Assembleia da República e que fica a manchar indelevelmente as de 1995.

A responsabilidade deste escândalo cabe conjuntamente ao PSD, ao PS e às duas principais estações de televisão, a RTP e a SIC.

As responsabilidades das televisões (tanto da pública como da privada) são de uma extrema gravidade, obrigadas como estão a «assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião», como diz a Constituição da República.

A CDU entra nesta nova fase da batalha política, que precede as eleições de 1 de Outubro, com confiança e determinação acrescidas pela corrente de simpatia que se desenvolve à sua volta, mas alertando para as tentativas de manipulação do eleitorado forjadas a partir do Governo e das operações de bipolarização onde se associam o PSD e o PS.

Mas é evidente que as responsabilidades são ainda maiores da parte dos dois partidos, a quem mais competia defender o respeito pelas regras do pluralismo (que tanto apregoam) e da igualdade de tratamento das candidaturas.

Mas o que aconteceu foi precisamente o contrário.

Foi dos dois partidos, interessados e interesseiros, que partiram as sugestões e as propostas e se fizeram os entendimentos, num processo demorado de negociações, que conduziram ao debate. Isto mostra o que valem para eles - para o PS e o PSD - os princípios e as regras, mesmo as mais básicas, que devem garantir a democracia das eleições: quando não convém espezinham-se.

É isto que as hipócritas declarações de Nogueira e de Guterres a «favor» do debate a quatro, ao mesmo tempo que preparavam a consumação do segundo debate a dois, não podem fazer esquecer. Com elas, os líderes do PSD e do PS ape-

nas tentaram amortecer a indignação geral, que provavelmente não estava nas suas previsões, contra as práticas discriminatórias.

É contra a repetição de tais práticas, agora no período oficial da campanha, que toda a opinião democrática tem que estar vigilante.

A conduta eleitoral dos partidos, ao lado da sua política e prática geral, é um relevante aspecto que não pode deixar de pesar no julgamento do eleitorado. Um partido trampolineiro na campanha também não pode ser um partido sério no Governo ou no parlamento.

Ao promover a concentração de protesto junto às instalações da SIC, a CDU sublinhou que o fazia «pela democracia, pelo pluralismo e pela liberdade de informação» e «contra a discriminação».

Assim, os comunistas e os seus aliados sublinharam que o que para eles está posto em causa pelos «debates a dois» não é apenas o seu indeclinável direito de participar, é sobretudo o respeito pelos princípios e regras básicas que garantem a democraticidade das eleições.

Esta preocupação vai estar vivamente presente em toda a campanha da CDU. Que se contenham os infraactores!

Entretanto, o conteúdo das «conversas em família» entre Guterres e Nogueira veio trazer uma poderosa confirmação à caracterização que o PCP e a CDU têm feito das principais propostas do PS e do PSD: trata-se afinal da mesma política exposta a duas vozes.

O líder do PS, que se mostra tão molesto com esta certa crítica dos comunistas, reagindo até de forma destemperada e insultuosa, não foi capaz de evidenciar as diferenças substanciais da sua política em relação à do PSD, como pelo contrário voltou a confirmar as convergências em relação, por exemplo, à União Europeia, à moeda única, ao défice, às privatizações, aos impostos, aos salários, ao desemprego, à saúde e podíamos continuar.

A nova política, a política de esquerda para Portugal que o PCP e a CDU preconizam, surge assim ainda mais claramente como a verdadeira alternativa à política de direita que está proposta aos portugueses nas presentes eleições.

Reside aqui seguramente uma das razões do êxito que está a ter a campanha da CDU, o que deve ser tomado como o novo estímulo para a intensificação do trabalho de esclarecimento, no contacto pessoal e directo com os eleitores, que não é uma tarefa reservada aos candidatos e aos responsáveis políticos, é uma tarefa que pode e deve ser feita por todos os que já se decidiram a votar CDU.



Campanha da CDU está na rua

RESUMO

6 Quarta-feira

Guterres e Nogueira participam num debate na RTP, onde Carlos Carvalhas também se dirige para contestar o facto de ter sido excluído ■ Municípios manifestam-se junto à Câmara Municipal de Setúbal contra o pagamento de taxas para recolha de lixo ■ O Tribunal Constitucional chumba a autorização dada pela AR ao Governo para legislar sobre o estatuto dos Tribunais Administrativos e fiscais ■ A Assembleia Nacional cubana aprova lei que autoriza pela primeira vez grandes investimentos estrangeiros ■ O governo angolano aprova medidas para reduzir os custos sociais ■ O Supremo Tribunal de Israel legitima a aplicação da tortura do sono aos presos palestinos a fim de obter confissões.

7 Quinta-feira

Carlos Carvalhas visita o Centro de Atendimento a Toxicodépendentes das Taipas, em Lisboa, e à noite participa num comício-festa da CDU, no Cacém ■ Casos pendentes na justiça levam Bruxelas a cortar subsídios do Fundo Social Europeu à UGT e CGTP para formação profissional ■ Centenas de taitianos numa manifestação antinuclear confrontam-se violentamente com a polícia ■ Uma explosão, em Lyon, faz 14 feridos, sendo mais uma vez os serviços secretos argelinos acusados como responsáveis pelas acções terroristas em França.

8 Sexta-feira

Carlos Carvalhas participa numa sessão pública, no CT Vitória, sobre a problemática dos deficientes e as eleições legislativas ■ Álvaro Cunhal inicia um conjunto de visitas pelos distritos de Évora, Beja e Faro ■ Estudantes do ensino superior começam a discutir a abertura do ano lectivo e as reivindicações que irão apresentar ■ PS apresenta publicamente o seu programa eleitoral para as eleições legislativas ■ A Comissão Europeia desmente a notícia de ter cortado verbas do Fundo Social Europeu à CGTP e à UGT ■ Realiza-se o espectáculo "Todos ao Coliseu", no Porto ■ Termina o Fórum das Organizações não Governamentais sobre a Mulher, em Pequim.

9 Sábado

O Secretário-Geral do PCP participa num almoço-convívio da CDU, na Voz do Operário, em Lisboa ■ CDS apresenta o seu programa eleitoral para as legislativas ■ A CGTP reivindica para 96 o aumento de salários e das pensões mínimas ■ Na Ponte 25 de Abril detecta-se o abatimento de 15 centímetros, numa junta do tabuleiro no sentido norte-sul ■ É inaugurada a auto-estrada Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL) ■ A seita religiosa Cientologia abre nova igreja, em Lisboa ■ Quinze mil búlgaros

manifestam-se em Sófia, para festejarem o 51º aniversário do estabelecimento do regime socialista ■ Quatro jornalistas e dois técnicos de televisão são assassinados por um grupo islâmico, na Argélia.

10 Domingo

Carlos Carvalhas encontra-se com autarcas e apoiantes da CDU do distrito de Setúbal, em Almada ■ A recuperação paisagística de Sesimbra está a causar danos materiais aos moradores e, apesar das queixas da população, a CM diz-se "de mãos atadas" perante eventuais ilegalidades nas obras ■ A ilha do Lombo, na albufera de Castelo de Bode, é posta à venda ■ Navios de guerra norte-americanos lançam mísseis contra os sérvios, no Nordeste da Bósnia ■ Jacques Chirac ameaça a Austrália de represálias se esta continuar os protestos contra os ensaios nucleares franceses ■ Muammar Khadafi expulsa cerca de 30 mil palestinianos que vivem na Líbia ■ Um número indeterminado de timorenses é detido pelas autoridades indonésias, em ruggas, no centro de Díli.

11 Segunda-feira

Realiza-se um encontro-convívio de intelectuais apoiantes da CDU, em Lisboa, com a participação de Carlos Carvalhas e Luís de Sá ■ A Fenprof revela que há mais de dois mil educadores de infância no desemprego ■ O ministro do Planeamento e da Administração do Território assegura que as obras na barragem do Alqueva vão arrancar no final deste mês ■ Um grupo de estudantes da Faculdade de Ciências do Desporto do Porto concentram-se junto ao Centro da Área Educativa, em protesto por terem sido excluídos do mini-concurso, por "razões meramente burocráticas" ■ Tomiichi Muraya, primeiro-ministro japonês, inicia uma série de visitas a países do Médio Oriente ■ O Tribunal Internacional de Justiça de Haia dá início à audiência sobre o diferendo que opõe a Nova Zelândia à França na questão dos ensaios nucleares.

12 Terça-feira

Na Marinha Grande, realiza-se um Comício-festa da CDU, com a participação de Carlos Carvalhas, que antes visita a empresa Manuel Pereira Rolão, acompanhado por José Augusto Esteves, cabeça de lista por Leiria ■ Nacionalistas catalães retiram apoio ao governo de Gonzalez, ameaçando não aprovar o Orçamento ■ Cem anos após a injusta condenação de que foi alvo, o capitão francês de origem judaica Alfred Dreyfus é finalmente ilibado pelo Exército francês ■ A Nato prossegue e intensifica bombardeamentos às posições bósnias ■ Cerca de três dezenas de pessoas são detidas no Chile, na sequência dos protestos populares contra as comemorações do golpe de Estado fascista de Pinochet, que é homenageado pelas forças armadas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Limbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Vanda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Divisas e paixões

O lema escolhido por António Guterres para emoldurar a sua imagem - «RAZÃO E CORAÇÃO» - traz-nos à memória, talvez pela pirosa fanfarrone, a «formidável divisa», como diria o Eça, com que Dâmaso Salcedo, de «Os Maias», ornamentava os seus cartões: «SOU FORTE».

Além disso, depois de «O Erro de Descartes», de António R. Damásio, não parece muito moderna esta separação da razão e do coração, ainda que por um e copulativo, insistindo na ideia contestada de que há razão sem coração e coração sem razão.

Não parece ser outra, afinal de contas, a intenção do Secretário-Geral do PS: insinuando, nessa perspectiva passadista, que o seu coração tem impulsos, que a sua razão sabe moderar com sábio realismo,

É isto, pelo menos, que nos pode ajudar a perceber as suas paixões.

Desde logo a proclamada «paixão da educação».

Assinale-se, para começar, que esta paixão não é original. O ex-ministro de Cavaco Sil va, Roberto Carneiro, proclamou-a exactamente da mesma forma há uns anos atrás e foi com ela que fez a sua reforma, com os resultados que estão à vista...

A paixão de Guterres, um pouco serôdia como se vê, foi anunciada, além disso, numa

altura em que o líder do PS ainda não tinha sido apanhado na polémica do despesismo e ainda não tinha ponderado todas as consequências das orientações que defende para a integração europeia. Foi um impulso do coração.

Agora, que com o «sábio realismo» da razão preconiza a rápida adesão do nosso país à moeda única, o estrito cumprimento da exigência de Bruxelas em relação à redução do défice e outras alcavalas de Maastricht e ainda por cima promete não aumentar e até reduzir os impostos, ninguém percebe com que meios poderia realizar a sua paixão.

Uma paixão platónica, como naturalmente outros impulsos do seu coração.

Não tem, porém, nada de platónica a paixão com que Guterres se entrega ao ataque ao PCP.

Se há quem tenha dúvidas de que é a paixão do poder, e até do poder absoluto, que domina todas as suas paixões, estes ataques fazem a prova. Fazem a prova, também, de como a paixão do poder cega tanto razão, como coração, na sua perspectiva.

Pois quer-se maior prova de cegueira do que a acusação de que «os comunistas querem a vitória do PSD», quando o PCP se afirmou ao longo dos anos como o mais firme e enérgico adversário do poder do PSD e ins-

creve a sua derrota como um dos seus objectivos eleitorais fundamentais?

E a pretexto de quê a acusação? De que o PCP aponta e denuncia as semelhanças e as convergências entre as políticas praticadas, defendida e proposta pelo PS, em áreas fundamentais, com as que têm sido seguidas e são preconizadas pelo PSD.

Carvalhas apresentou, na segunda-feira, uma lista bastante pormenorizada, concreta e irrefutável, destas convergências e semelhanças do PS com a direita.

Mas para além disso, não têm elas sido repetidamente reconhecidas por altos dirigentes do PS, apontadas pela generalidade dos observadores e hoje tomadas como ponto assente por grande parte da opinião pública do país?

Foi o próprio Guterres que afirmou, em entrevista recente, que «há áreas em que governos socialistas ou social-democratas serão, pelas circunstâncias, levados a agir da mesma forma».

É conveniente, por isso, que o Secretário-Geral do PS olhe para a própria casa - para quem lhe faz a política económica e social, os lemas, os cartazes, as intrigas, para as suas próprias declarações - antes de atirar pedras aos telhados dos vizinhos.

■ Carlos Brito

No lugar certo

O tão esperado e badalado «debate» redundou, afinal, num monumental fiasco. Fiasco porque a deslocação de Carlos Carvalhas aos Estúdios da RTP pôs a nu toda a manobra antidemocrática engendrada pela RTP, pela SIC, por Guterres e por Nogueira e reduziu o chamado debate às suas verdadeiras dimensões.

Fiasco, ainda, porque a iniciativa de Carlos Carvalhas deixou os comparsas da escandalosa manobra completamente desnorteados. Fiasco, finalmente, porque como já antes se sabia, o «debate» propriamente dito não foi debate: foi monólogo, foi monotonia, foi chateza grande. «Dois homens diferentes a defender uma política igual. Podemos estar tranquilos quanto ao futuro» — assim sintetizou o «debate», mais palavra, menos palavras, um indefectível defensor da política de direita. E concluiu outro: «debate morno, como não podia deixar de ser tratando-se de dois homens que defendem a mesma política apenas com ligeiras nuances». E por aí fora. Com a inevitável excepção do inevitável Público, obviamente. O matutino da Quinta do Lambert começou por, num editorial do seu director, dar cinco linhas de razão a Carlos Carvalhas pela sua deslocação à RTP e retirar-lhe toda a razão nas restantes oitenta e tal linhas — tudo isto através de um curiosíssimo processo de, digamos assim, inteligência. Quanto ao «debate», o mesmo director do mesmo Público ergueu a mão a Guterres e declarou Nogueira KO. Divertidíssima esta forma de o Público cumprir fielmente o seu papel de fingir que não é órgão oficial do PS.

Bom, mas a verdade é que a iniciativa de Carlos Carvalhas estragou a «festa» que há meses vinha sendo meticulosamente preparada.

Sabem-no os organizadores do atentado ao pluralismo e à liberdade de informação, sabem-no igualmente os escribas assalariados que tudo fizeram para apagar a verdade dos factos. Não é por acaso que, desmascarada e denunciada a manobra de forma conclusiva, assistimos a uma operação colectiva de sacudir a água do capote: Dupont garante que sempre quis o debate a quatro; Dupond diz mesmo mais: sempre quis o debate a quatro; a RTP e a SIC, idem. E fazem-no com tanta energia e fogosidade... que não me surpreenderei se, um dia destes, qualquer editorialista de qualquer Público vier a concluir luminariamente que a CDU foi a única responsável por não ter havido debate a quatro...

Na sequência de todos estes acontecimentos e face ao quase geral desacordo popular com a operação manipuladora, várias vezes se ergueram na crítica à ausência de pluralismo evidenciada... pela RTP, deixando implícita ou explícita a opinião de que a qualquer outro órgão de informação não do Estado (a SIC, por exemplo) não se colocam tais exigências de pluralismo. Estranho conceito de democracia este. E de pluralismo. E de liberdade de informação.

Tenham paciência. Por muito que lhes custe — e custa, ó se custa! — o PCP — hoje, como ontem e como amanhã — continuará no lugar certo, no lugar que lhe compete nesta matéria: na primeira linha da luta pela democracia e pela liberdade de informação no nosso país.

■ José Casanova

A farsa dos «debates»

A deslocação do Secretário-Geral do PCP à RTP reclamando participar no «debate» a sós. Guterres-Nogueira e a concentração pela democracia, pelo pluralismo e liberdade de informação, contra a discriminação, promovida pela CDU junto aos estúdios da SIC na noite passada, constituem acontecimentos particularmente significativos entre quantos marcam a vida política nacional a pouco mais de quinze dias das legislativas de 1 de Outubro.

A mensagem foi passada: na democracia portuguesa não «vale tudo». E não «vale», nomeadamente, atentar contra princípios constitucionais que impõem a todos os órgãos de comunicação social, sejam públicos ou privados, o rigoroso

respeito pela liberdade de expressão e de informação e que incumbem o Estado de assegurar a liberdade e a independência da comunicação social perante o poder político e o poder económico.

Bem compreendeu a opinião pública que o PCP não tivesse ficado de braços cruzados. E que o protesto contra a discriminação nos debates televisivos e a forçada bipolarização conduzida pelos estados-maiores do PS e do PSD, sendo sem dúvida uma justa causa própria do PCP, constitui igualmente uma causa de todos os portugueses em que está em jogo a tentativa de alterar qualitativamente as condições de democraticidade do acto eleitoral e,

no futuro, o próprio regime democrático.

O teatro nacional viu-se também enriquecido neste período com um novo e inesquecível texto de farsa para quatro personagens principais - o PS, o PSD, a RTP e a SIC - e outras figuras secundárias.

A RTP, a estação pública de televisão, veio dizer que tinha querido fazer debates a quatro, mas (santa independência!) só tinha promovido o debate a dois vergada às imposições do PS e do PSD...

O PS e o PSD, depois do «debate» a sós Nogueira-Guterres e sentindo a pressão da opinião pública, vieram

afirmar que afinal «estavam dispostos a debater a quatro». Mas acabaram por repetir o debate só a dois... vergados à vontade dominante da SIC, estação cujo «pluralismo» é conhecido.

Conclusão circular seguida de uma pergunta oportuna:

A SIC é afinal quem manda no PS e no PSD. O PS e o PSD mostraram que são eles, por sua vez, quem manda na RTP. No caso do PS e do PSD, depois das eleições, se entenderem na constituição de um novo «bloco central», irá o dr. Balsemão indicar o João Baião para primeiro-ministro?

■ Edgar Correia

A CULTURA da dependência

No actual imaginário capitalista as empresas públicas são sempre ineficientes e as empresas privadas - quantas vezes geridas por ex-gestores públicos - são sempre eficientes, graças à explosão de criatividade e espírito empreendedor de indivíduos e empresas libertados da «cultura de dependência» dos subsídios e tutelas estatais. Nos últimos tempos, um dos alvos preferenciais dos fundamentalistas neoliberais anglo-saxónicos - e de quantos ganham a vida a traduzi-los para português - têm sido os sistemas de segurança social, sempre apresentados como «falidos». Não devido ao espectacular e estrutural surto de desemprego que simultaneamente cerceia receitas e faz disparar as despesas, mas sim devido a um misteriosamente fulminante envelhecimento das populações e à «cultura da dependência» de quinquagenários agricultores falidos e operários despedidos que preferem ficar meses e anos a receber subsídios em vez de criarem empresas fornecedoras de software para sistemas multimédia.

Claro que entre o mundo real e a realidade virtual deste imaginário capitalista vai o fosso enorme da verdadeira tragédia que aflige hoje a grande maioria dos habitantes do planeta, vítimas dos «programas de ajustamento estrutural» e das políticas que o FMI e outros ramos da igreja universal do reino do Capital impõem aos povos e países do mundo a fim de melhor pilhar as suas riquezas.

Vejamos, por exemplo, o que nos diz uma notícia banal do jornal britânico *The Guardian*, de 25.7.95. O Primeiro e o Vice-Primeiro Ministros britânicos (John Major e Michael Heseltine) reuniram-se em Londres com Heinrich von Pierer - que os «Siemenólogos» reconhecerão como o nº 1 da *nomenklatura* desse gigante da electrónica alemã - numa «iniciativa secreta para garantir um investimento alemão de alta tecnologia no valor de 1 bilião de libras e que «um factor crucial na decisão quanto à localização da fábrica Siemens será o montante de assistência, na forma de subvenções e subsídios, que os países concorrentes estejam prontos a oferecer para garantir o investimento». Poucos dias após a reunião destes altos prelados do credo neoliberal o referido investimento concretizou-se mesmo. A mesma notícia do *Guardian* esclarece que tal prática não é excepcional: «a Ford convenceu recentemente o Governo [britânico] a contribuir com 48 milhões de libras [cerca de 12 milhões de contos] para uma fábrica no valor de 400 milhões de libras» e «a NEC, Motorola, Digital e National Semiconductors candidataram-se com êxito a milhões de libras de auxílio regional para a construção ou expansão das suas fábricas».

Que dizer, se não que a «cultura da dependência» é prática corrente não só no sector electrónico e automóvel, mas também petrolífero, farmacêutico, das telecomunicações para não falar no armamentista e militar, ou seja, onde quer que actuem os grandes poderes capitalistas; que o «menos Estado» para os trabalhadores, os agricultores, os pequenos e médios empresários, os reformados e pensionistas, as mulheres e os jovens, visa o «melhor Estado» para o Sr. von Pierer (que não tem de fazer bichas nem lidar com a burocracia, e pelos vistos nem sequer pedir os seus subsídios) e visa alimentar a toxicoddependência do grande capital em relação aos dinheiros públicos; que as intervenções de Bruxelas, proibindo planos de auxílio de vários Estados a sectores em crise (siderurgia, transportes, etc.), só aparecem quando o beneficiário não é o grande capital?

Como sempre, é tudo uma questão de interesses de classe.

■ Jorge Cadima

■ Carlos Nabais

Encontro de autarcas em Almada

Poder Local é um valor de esquerda

Doze dos treze concelhos do distrito de Setúbal têm maioria CDU. É um número que, segundo as palavras de José Manuel Maia, é revelador da «confiança que os seus quase 800 mil habitantes depositam na Coligação e é um espelho da capacidade de gestão da CDU, bem reflectida na qualidade de vida que disfrutam as gentes do distrito».

O vice-presidente da Assembleia da República e presidente da Assembleia Municipal de Almada, falava num encontro realizado no domingo no Clube Recreativo Piedense, que reuniu os doze presidentes de câmara CDU de Setúbal - «uma impressionante embaixada do Poder Local», como sublinharia a seguir Maria Emília Sousa, a edil almadense, anfitriã do encontro.

«Homens e mulheres com provas dadas, com trabalho feito em todos os domínios da vida das populações», numa região que tem sofrido sucessivas crises económicas e onde abundam os problemas sociais, vieram ali «apoiar a CDU nas eleições legislativas» com a convicção de quem no Poder Local, tem demonstrado uma invejável capacidade de realização.

E foi isso mesmo que Maria Emília fez ques-

tão de dizer: «vimos aqui porque soubemos demonstrar de forma ímpar que sabemos resolver os problemas das populações».

«Temos contribuído para a criação de novos postos de trabalho e lutado contra o desemprego, ajudando as pequenas e médias empresas e tudo fazendo contra os encerramentos criminosos.

«Sabemos por experiência própria que o projecto do CDU tal como no poder local também no poder central é indispensável para o desenvolvimento harmonioso de Portugal e para segurança e bem-estar dos portugueses».

José Charnequinho, presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo e do conselho directivo da ANAFRE, foi à tribuna afirmar o papel importante das autarquias CDU «no processo de descentralização do Estado». O PCP e a CDU, salientou, «ao contrário de outras forças políticas, sempre defenderam a freguesia como o primeiro degrau do edifício do poder local democrático saído do 25 de Abril de 1974». Recordando «os sucessivos projectos apresentados pelo PCP na AR sobre o alargamento das competências das freguesias, colocados na gaveta pela maioria laranja», este autarca acusou também os socialistas de nada terem feito nesse sentido enquanto foram Governo, razão suficiente para considerar como «pura demagogia e eleitoralismo a proposta de reforma legislativa para as freguesias, apresentada do PS a poucos meses das eleições».

Eufrázio Filipe, o autarca do Seixal e mandatário da CDU em Setúbal, pedindo o afastamento da direita do poder afir-

mou que «a varredura necessária não é apenas uma exigência da higiene pública, é um imperativo democrático e nacional que o povo sente na pele e deve manifestar nas urnas eleitorais».

Reafirmando que a Coligação defende os mesmos «princípios de trabalho, honestidade e competência, os mesmo princípios de liberdade, igualdade e justiça social e um profundo amor à nossa pátria e ao povo nas autarquias e na Assembleia da República», Eufrázio Filipe disse que «não seria compreensível protestar no dia-a-dia contra as injustiças impostas pelo Governo e ficar em casa no dia das eleições e votar mal, ou seja, votar no PSD ou CDS, ou votar em branco e apostar na mudança de pessoas sem uma clara mudança de política».

O edil falava do PS, notando que o problema deste «não é chamar-se partido socialista» mas é pretender «ser maioria absoluta para dar cumprimento às promessas fundamentais do PSD (...) quer todos os votos da esquerda e todo o poder da direita».

Retomando os indicadores de qualidade de vida em Setúbal, já antes citados por Eufrázio Filipe (a terceira melhor taxa de alfabetização do País, o terceiro maior número de bibliotecas municipais, o segundo maior número de atletas em actividade, o terceiro maior valor de investimentos nas áreas do ambiente), Rogério de

Brito, presidente da CM de Alcácer do Sal e número dois da lista de candidatos, alertou «que aqueles que forem atrás da rouquidão de um comício, ou que forem atrás de um coração de papel bem se podem arrepender no futuro».

Heloísa Apolónia falou mais adiante realçando o excelente trabalho das autarquias da CDU na revitalização das zonas ribeirinhas, criação de espaços verdes, recolha e tratamento de resíduos sólidos. Para a candidata, apesar da oposição dos eleitos do PS e do PSD, que como no caso recente da CM do Montijo, se aliaram para tentarem derrubar a presidência CDU, o desenvolvimento do distrito deve-se em muito à acção das CDU nas autarquias.

Octávio Teixeira Não bastam as paixões

«O distrito de Setúbal merece um futuro melhor» é um dos lemas dos candidatos da CDU que, como observou Octávio Teixeira «poderia servir a qualquer outra força partidária, e todos o poderiam subscrever».

«O problema é que não basta ficar pelas palavras, não bastam as paixões». E de seguida explicou:

«O eng^o Guterres apela agora diariamente à sua paixão pela educação. É preciso que se lembre que a paixão excessiva nem sempre é boa conselheira e

é triste e sintomático que alguém que diz ter tanta paixão pela educação diga que afinal vai manter as propinas para o ensino superior. Isto não é paixão séria. É apenas paixão propagandística.

«Nós temos determinação, temos vontade e temos propostas. Não nos basta a paixão».

Num discurso inflamado e com algum humor, Octávio Teixeira falou a seguir das ambições:

«Outros têm ambições. Mas a ambição quando é excessiva também nos pode fazer perder o norte e pode-nos provocar uma situação de autismo. Ontem ouvi o dr. Fernando Nogueira dizer que tinha a ambição de transformar Portugal no maior país do Mundo. Será difícil, no Continente temos apenas 89 mil quilómetros quadrados, não é previsível que consigamos, tal como na Holanda, ir fazendo diques até chegarmos à Madeira e aos Açores. Mas mais do que isso Portugal não quer ser o maior país do mundo. O que os portugueses querem é um país melhor para eles e para os seus filhos. O que o distrito de Setúbal quer não é aumentar as suas fronteiras é construir um futuro melhor para a sua população».

O candidato passou depois à necessidade de reforçar o resultado eleitoral da CDU para «potenciar o trabalho por um futuro melhor que no distrito tem sido levado a cabo pelas autarquias locais. Vocês têm construído esse futuro melhor no distrito», declarou.

Interrompido pelos aplausos da assistência e vivas à CDU, Octávio Teixeira defendeu «um futuro em que haja aumento da produção, crescimento económico equilibrado, um futuro em que

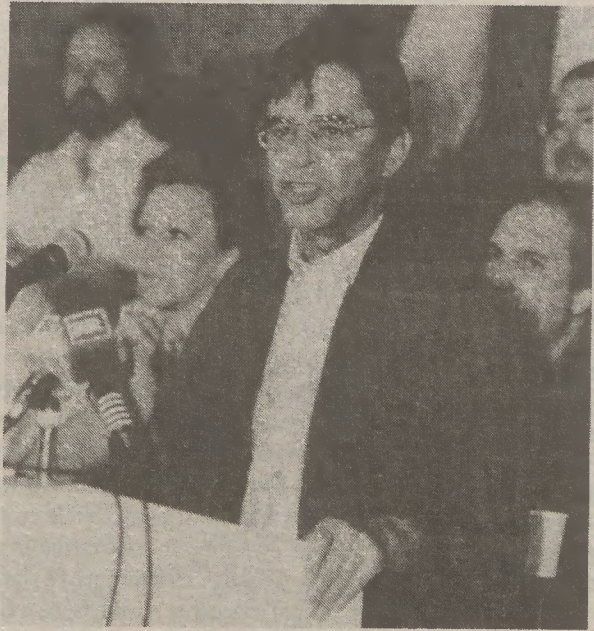
não haja desemprego, exclusão e marginalização, um futuro em que os concelhos do sul não sejam as terras abandonadas enquanto os seus trabalhadores estão no desemprego com taxas superiores a 20 por cento».

«Um futuro melhor passa necessariamente por cortar as amarras com as orientações de Maastricht, não há paixões, nem ambições para o futuro de Portugal que não passem por esta questão prioritária: cortar as amarras com a União Económica e Monetária, com os critérios de Maastricht.

«Se queremos construir um futuro melhor temos de dar prioridade à produção e não ao escudo caro, ao emprego e não ao défice orçamental. «Por aqui vamos e este é inequivocamente o caminho certo não só para a CDU mas, podem estar certos disso, para

o povo português e para o progresso de Portugal».

«Vamos com confiança para a campanha eleitoral. Vamos com confiança para as eleições de Outubro e tenhamos confiança que teremos o resultado necessário e suficiente para obrigar que em Portugal não se mantenha a política de direita, seja quem for que se apresente depois de 1 de Outubro à frente do Governo».



Frases de domingo

«Esses que na altura falaram contra o Governo (...) têm por acaso agora nos seus programas a reposição das reformas aos 62 anos para as mulheres. Não, esqueceram-se. Foi talvez um pequeno esquecimento. Uma falta de paixão pelas mulheres»

Carlos Carvalhas

«É triste e sintomático que alguém que diz ter tanta paixão pela educação diga que afinal vai manter propinas para o ensino superior»

Octávio Teixeira

«Ouvi o dr. Fernando Nogueira dizer que tinha a ambição de transformar Portugal no maior país do Mundo. Será difícil, no Continente temos apenas 89 mil quilómetros quadrados. Não é previsível que consigamos, tal como na Holanda, ir fazendo diques até chegarmos à Madeira e aos Açores»

idem

«A varredura necessária não é apenas uma exigência da higiene pública é um imperativo democrático e nacional que o povo sente na pele e deve manifestar nas urnas eleitorais»

Eufrázio Filipe

«Não seria compreensível protestar no dia-a-dia contra as injustiças impostas pelo Governo e ficar em casa no dia das eleições e votar mal, ou seja, votar no PSD ou CDS, ou votar em branco e apostar na mudança de pessoas sem uma clara mudança de política»

idem

«Aqueles que forem atrás da rouquidão de um comício, ou que forem atrás de um coração de papel bem se podem arrepender no futuro»

Rogério de Brito



Mesa do encontro, presidida por José Manuel Maia, vice-presidente da Assembleia da República e presidente da Assembleia Municipal de Almada, era uma autêntica galeria de autarcas CDU com provas dadas. Ao lado de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, de Octávio Teixeira, cabeça lista por Setúbal e presidente do grupo parlamentar do PCP na AR, e de Heloísa Apolónia, do Partido Ecologista «Os Verdes» e candidata por Setúbal, estavam doze presidentes de câmara: **Fernando Travassos** (Grândola); **Francisco Pacheco** (Sines); **Ezequiel Lino** (Sesimbra); **José Luís Pereira** (Moita); **Carlos de Sousa** (Palmela); **Jacinta Ricardo** (Montijo); **Pedro Canário** (Barreiro); **Ramiro Beja** (Santiago do Cacém); **Rogério de Brito** (Alcácer do Sal); **Miguel Boieiro** (Alcochete); **Eufrazio Filipe** (Seixal); **Maria Emília Sousa** (Almada).

José Manuel Chamequinho, presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo e membro do Conselho directivo da ANAFRE, Regina Marques, vereadora da CM de Setúbal, Manuela Pinto Ângelo e Carlos Humberto, da DORS, e Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP, completavam a mesa.



No almoço realizado na SFUAP, na Cova da Piedade, Carlos Carvalhas assinalou a corrente de simpatia em torno das iniciativas de campanha da CDU

Carvalhas no distrito de Setúbal

«Grande corrente de simpatia»

Domingo acabou com um comício em Grândola, terra da fraternidade, onde o povo é quem mais ordena, como diz a ali interpretada pelo grupo de cantares alentejanos COOP. Mais de um milhar de pessoas, que estavam no Largo frente ao centro de trabalho do PCP, ouviram Carvalhas afirmar que há «uma outras saída» para além das políticas de Maastricht e das políticas monetaristas «que servem aos grandes países e não aos povos trabalhadores. Há outra saída que é pela esquerda. A saída é levantar os valores de Abril e é isso que nós fazemos».

Por isso, Carvalhas negou que os comunistas insistam em ataques ao PS: «não é verdade, nós não o estamos a atacar. Nós estamos a chamar a atenção do nosso povo, dos socialistas, de muitos independentes e indecisos, para que olhem com atenção para as políticas que lhes são propostas».

Mas já de manhã, em Almada, Carlos Carvalhas colocara o dedo na ferida do PS, interrogando-se sobre a paixão recente de Guterres pela educação que o levou a defender agora a suspensão da propinas e das provas de aferição. «Mas que paixões súbitas são estas quando ainda nos estados gerais as propinas já existiam e as provas de aferição também?»

Falando das promessas não cumpridas pelo PSD, o líder comunista recordou que há quatro anos Cavaco Silva passeava-se por Setúbal jurando reduzir o horário semanal de trabalho: «Nós todos os anos confrontámos o PSD com essa sua promessa e todos os anos nos responderam que era para cumprir até fim da legislatura. Nas últimas semanas apresentámos, na Assembleia da República para debate, um projecto de lei para a redução do horário semanal de trabalho para 40 horas. O PSD e CDS votaram contra e o PS lá foi à pressa votar a

favor, mas sem levantar grandes ondas, porque o PS quer estar bem com os grandes senhores do dinheiro e simultaneamente quer os votos dos trabalhadores».

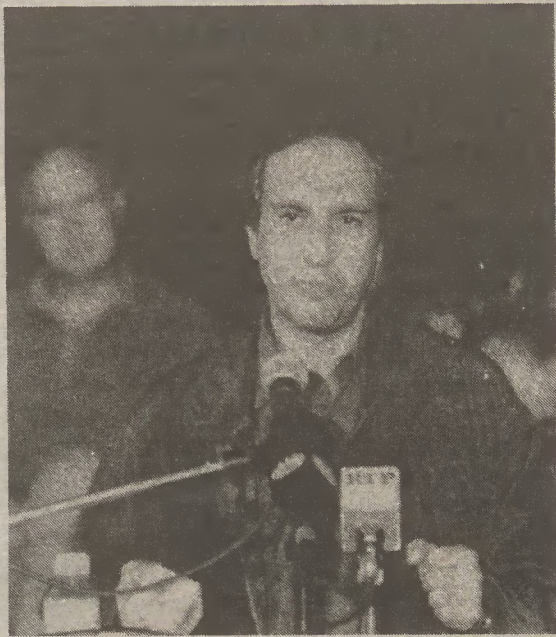
Foi para pedir clareza nas posições dos socialistas, que Carvalhas recordou os que tão veementemente condenaram, na Assembleia da República, por exemplo, o aumento da idade da reforma das mulheres de 62 para 65 anos. «Esses que na altura falaram contra o Governo, que fizeram discursos

inflamados contra este atropelo, têm por acaso agora nos seus programas a reposição das reformas aos 62 anos para as mulheres. Não, esqueceram-se. Foi talvez um pequeno esquecimento. Uma falta de paixão pelas mulheres».

O secretário-geral do PCP esclareceu de seguida que «estas eleições são para escolher 230 deputados e quem vai determinar a política é a

correlação de forças entre partidos». Neste sentido, continuou, «há que colocar o PSD e o CDS em minoria e reforçar a CDU. Nós contamos sempre para derrubar a direita, mas também contamos para que ela não regresse ao sétimo dia».

Ainda no domingo, Carlos Carvalhas esteve em Sines, num comício-festa, e juntou com apoiantes em Santiago do Cacém, no Pavilhão Municipal de Exposições. Salas cheias, alegria, entusiasmo e confiança foram os tons da jornada, que o líder comunista não deixou de assinalar: «por onde quer que passamos sentimos uma grande corrente de simpatia em torno do projecto da CDU. Sentimos que a nossa mensagem chega a sectores onde antes tínhamos dificuldades em chegar. Estamos confiantes que alcançaremos um bom resultado no dia 1 de Outubro».



Sala cheia no jantar de apoiantes no Pavilhão Municipal de Exposições, em Santiago do Cacém. Antes, Carvalhas esteve em Sines onde o aguardavam numerosos jovens com bandeiras da coligação e um grupo de música popular. Muitos não resistiram a um passo de dança



Centenas na Voz do Operário «Um bom resultado da CDU é um bom resultado para Portugal»

Centenas de apoiantes da CDU estiveram no Sábado passado na Voz do Operário em Lisboa em mais uma iniciativa integrada no período de pré-campanha eleitoral e onde de sondagens, debates televisivos, segurança social, emprego e desenvolvimento se falou. Alguns dos temas que levaram à conclusão tirada por Carlos Carvalhas na sua intervenção: «um bom resultado da CDU é um bom resultado para Portugal».

O anfitrião do período destinado às intervenções políticas deste «mega-almoço» (forma utilizada num aviso à entrada da Voz do Operário para caracterizar a iniciativa) seria o vereador na Câmara de Lisboa e candidato da CDU pelo distrito, António Abreu.

«Ponto de chegada e ponto de partida de uma caminhada já longa onde averbámos já diversos sucessos» foi como o Abreu qualificou a iniciativa, para depois se referir às «perspectivas promissoras que se abrem à CDU» mas avisando para a exigência de «nestas três semanas que faltam para as eleições termos de fazer dessas perspectivas uma realidade».

Um início de intervenção que não seria inteiramente alheia ao facto de nas conversas desse Sábado, entre os presentes, dominarem os comentários aos resultados de mais uma sondagem eleitoral, divulgada nessa manhã pelo semanário Expresso. A CDU com uma votação bem superior ao que tem sido costume noutras oportunidades semelhantes, gerou ironias, trocadilhos, quase anedotas. Também, declaremo-lo, evidente optimismo: «pois se até estes já acham que subimos», ouvimos dizer por diversas vezes.

Outro dos sucessos da CDU referidos por António Abreu seria a admissão pelos líderes do PSD e PS de realização dos cha-

mados «debates a quatro» que levaria o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, na última intervenção da iniciativa, a dizer que no entanto «qualquer outro debate» a quatro «não anula» o efeito do frente-a-frente de 13 de Setembro na SIC, entre os líderes do PS e do PSD.

Política de exclusão

Subiriam depois ao palco o presidente da Voz do Operário, José Martinez, o presidente da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, Feliciano David, e os representantes das forças políticas da CDU: Blasco Hugo Fernandes, da ID; Bernardino Gomes, da JCP; Isabel Castro, dos «Verdes», e Luís Sá e Carlos Carvalhas, do PCP.

Seguiram-se curtas intervenções, a primeira do presidente da Direcção da ID, que se referiu à «política de exclusões» seguida pelo PSD: exclusão «do verdadeiro desenvolvimento económico», exclusão «política na comunicação social» ou exclusão «social» a provocar aumento de desemprego e de pobreza.

Despoluir é correr com o PSD

Isabel Castro, por seu lado, começou por defender a

«acção de despoluição que o país precisa: correr com o PSD».

«A democracia não se gasta na imagem, na ditadura das tretas e das petas», disse a dirigente de «Os Verdes» que defendeu uma acção e uma política onde a tolerância «não seja apenas um chavão demagógico» a que se contraponha a realidade dos acordos de Shegen ou a lei de asilo existente no nosso país.

Depois da intervenção de Luís Sá, que se segue na lista da CDU pelo distrito de Lisboa ao secretário-geral do PCP, interveio Carvalhas para falar da «corrente de simpatia» pela CDU que «aumenta dia a dia».

Carlos Carvalhas afirmou-se animado pela presença daquelas centenas de pessoas no almoço-convívio na «Voz do Operário», uma «instituição de tão grandes tradições», como disse.

Carvalhas falou depois da campanha eleitoral propria-



mente dita: «Não temos naturalmente os meios financeiros que outros têm para cobrir o país com campanha. Mas mesmo que os tivéssemos não o fariamos, sabendo como vive parte da nossa população», disse o líder do PCP.

Contudo, «temos o que os outros não têm: militância», considerou Carlos Carvalhas.

Ainda sobre os debates televisivos, Carvalhas anunciou que caso se realizasse mais um frente-a-frente Nogueira-Guterres, a CDU iria protestar, no que classificou como «uma luta pela democracia» e «pela liberdade de expressão». Apesar do acto de discriminação, a CDU reafirmou a sua vontade

de participar em qualquer debate depois dessa data.

«Democracia sim, discriminação não» - entoaram então os apoiantes da CDU participantes neste almoço-convívio.

Falando das semelhanças de projectos políticos entre PS e PSD, Carvalhas deu o exemplo do interesse agora manifestado, em palavras, pelo reformados que se contrapõe a medidas como o aumento da idade de reforma ou a diminuição na comparticipação do Estado nos medicamentos. Carvalhas deixou uma pergunta àqueles dois partidos: «Estão de acordo em reduzir a idade das reformas?»

Falando em particular para os muitos jovens ali presentes, Carlos Carvalhas disse que o «PS já quer a diminuição das propinas» mas, perguntou, «quer também a abolição do *numerus clausus*», como defendeu já na Assembleia da República o PCP, que a esse propósito apresentou um plano que permitiria concretizar esse objectivo?

Luís Sá

Contra as portagens na CREL

Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP que, depois de Carlos Carvalhas, lidera a lista da CDU pelo distrito de Lisboa, interveio no convívio na Voz do Operário realizado no Sábado começando por dar conta da experiência «muito positiva» de contacto com a população lisboeta ocorrida nas últimas semanas.

Uma experiência que o leva a concluir que «quantos mais deputados da CDU elegermos, mais perto os deputados estarão das populações», numa referência a um dos temas políticos mais falados no princípio do ano, quando houve quem defendesse mudanças no sistema eleitoral.

«A grande via de termos deputados que estejam perto dos eleitores é elegermos mais deputados da CDU», disse Luís Sá. Para o justificar, deu o exemplo do trabalho, na anterior legislatu-

ra, dos deputados comunistas, responsáveis pela apresentação de 42 por cento do total de projectos de lei discutidos na Assembleia da República.

Falando em particular do distrito de Lisboa, Luís Sá acusou de «demagógica e eleitoralista» a inauguração, nesse mesmo dia, da CREL, «que já devia estar a funcionar há mais tempo» e manifestou-se contra as portagens naquela via, «que deveria ter sido uma via rápida e não uma auto-estrada», o que faz com que a função para que foi criada, «e onde se gastaram muitos milhões de contos» acabe por ficar comprometida.

Ficou a promessa: na abertura da próxima Assembleia da República, o PCP apresentará novamente projectos que revoguem as portagens na CREL.

PCP contra debates discriminatórios

Após a sua reunião de segunda-feira passada, a Comissão Política do PCP divulgou um comunicado sobre os debates televisivos programados para este período eleitoral e onde se apelou à participação na concentração de ontem à noite, junto à SIC, na altura do segundo debate entre Fernando Nogueira e António Guterres. Na nota então distribuída à comunicação social, lia-se:

«1. O PCP chama a atenção para que, apesar da repentina mudança de posição pública assumida pelos líderes do PSD e do PS, continua inalterada a realização do segundo debate apenas entre Fernando Nogueira e António Guterres, no próximo dia 13, na SIC.

«2. É assim patente que quer a proposta da SIC da realização em data posterior de um debate a quatro quer a alegada abertura de Fernando Nogueira e António Guterres para um tal debate já no dia 13 constituíram meras manobras de diversão desenvolvidas na esperança de amortecer a indignação geral contra as práticas discriminatórias do PSD, do PS, da RTP e da SIC.

«3. Se se desse algum crédito à alegada mudança de posição dos líderes do PSD e do PS, dir-se-ia que se pas-

sou de uma situação em que a RTP e a SIC andavam às ordens do PSD e PS para uma situação em que PSD e PS andam às ordens da atitude intransigente da SIC.

«Como facilmente se compreende, o que, em verdade, se passa é que PSD e PS se viram obrigados a aproximar-se verbalmente da aspiração a debates efectivamente pluralistas, mas nunca tencionaram desistir das suas concepções e intuídos discriminatórios e da realização do segundo debate.

«De outra forma, já teriam desistido do debate a dois no dia 13 na SIC e manifestado abertura para a realização, na mesma data, noutra estação de televisão, de um debate a quatro.

«O PCP sublinha que, em qualquer caso, nenhum outro eventual debate a quatro em data posterior anularia ou compensaria a ofensa à democraticidade do processo eleitoral causada pelos debates a dois em 6 e 13 de Setembro.

«4. Uma vez que o PSD, o PS e a SIC persistem na intenção de deturpar a verdade da vida política e da disputa eleitoral, o PCP confirma a convocação e organização pela CDU de uma concentração «pela democracia, pelo pluralismo e pelo liberdade de informação, contra a discriminação», frente às instalações da SIC, a partir das 21h30, no próximo dia 13.

«Durante a concentração, abertá a todos os que, com firmeza e serenidade, se identificam com os seus objectivos, usando a palavra diversas personalidades e representantes das componentes da CDU, com uma curta alocução final do Secretário-Geral do PCP. Na ocasião, uma delegação da CDU entregará um protesto escrito na SIC.

«O PCP chama a atenção para que foi a CDU que, na noite de passado dis 6, convocou esta concentração e que fez a respectiva participação legal, pelo que devem ser respeitadas no local a natureza e as características desta iniciativa.

«5. O PCP apela a que, também no dia 13, a indignação e o protesto dos cidadãos com os debates discriminatórios acertados entre PS e PSD se exprima através de uma nova «chuva» de telefonemas para a SIC.»

■ Henrique
Custódio

Carlos Carvalho com intelectuais, em Lisboa

«A saída é pela esquerda sem medo da palavra esquerda!»

A noite estava amena e a multidão foi chegando vagarosamente, como quem aproveita o passeio. Às 22 horas, todas as mesas da bela esplanada do Século, em Lisboa, estavam ocupadas, numa enchente que tornou um sucesso o encontro-convívio de intelectuais apoiantes da CDU, realizado antontem na bela esplanada do Século, em Lisboa, com a presença de Carlos Carvalho, Secretário-Geral do PCP. Grande estrela da noite: a afirmação de que a saída para o País estava na esquerda que não tem medo de o ser.

A apresentação do breve comício esteve a cargo do actor Moraes e Castro, exuberante de boa disposição, que começou por anunciar o oradores em conjunto - Manuel Gusmão, Luís Sá e Carlos Carvalho - e outorgando-lhes uma obrigação: «Agora, que se apresentem uns aos outros!» Foi levado à letra, com igual bom humor.

Todos os oradores fizeram intervenções breves, de improviso e acutilantes. Manuel Gusmão assestou de imediato baterias contra a «degradada situação dos intelectuais no nosso país» imposta por uma política que tem promovido a degradação salarial e das condições de trabalho dos intelectuais, ao mesmo tempo que os ignora, em absoluto, na definição das políticas seja no Ensino, na Cultura ou na Investigação, acusando o executivo cavaquista de «arregimentação partidária de uma minoria de intelectuais, usados na perda de autonomia» dos intelectuais desejada pelo regime laranja no nosso país. Acentuando que a Educação, o Ensino e a Cultura são questões estratégicas no nosso país, como foi destacado na 2ª Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, Manuel Gusmão apontou o dedo ao PS referindo os que afirmam ser a Educação «uma prioridade», mas não explicando os critérios que preten-

dem seguir, defendendo, finalmente, que «O Estado não pode ser desresponsabilizado destas questões».

Luís Sá entrou também ao ataque, ridicularizando os que afirmam «os outros falam, nós trabalhamos» através de um dado concreto: «Na legislação que agora termina, 46% dos projectos apresentados são do PCP». Apontando directamente para a política governamental imposta pelo PSD ao longo dos últimos anos, denunciou: «Se falarmos do Governo, temos de falar do cimento armado gastando verbas da Comunidade Europeia, que mesmo assim lhes puxou as orelhas por estarem a gastar pouco». Mas onde o Governo de Cavaco Silva não gastou nada «foi nos domínios da ciência, da investigação e da cultura», acusou Luís Sá, subinhando que, com o reforço do PCP e da CDU, se pode conquistar uma real alternativa a este estado de coisas.

Carlos Carvalho:
«Não estamos para aguentar e resistir, mas para crescer e avançar!»

Num discurso praticamente de improviso, socorrendo-se apenas de algumas notas, o Secretário-Geral do PCP,



Carlos Carvalho, num momento da sua intervenção na esplanada do Século, e um pormenor da agradável esplanada onde decorreu a iniciativa

Carlos Carvalho, não se afastou do tom enérgico das intervenções precedentes e começou por informar que «a

CDU tem vindo a ser envolvida por uma grande corrente de simpatia», constituindo «uma força de mudança e

uma força de esperança». E advertiu: «Não estamos aqui para aguentar e resistir, mas para crescer e avançar!», no que foi calorosamente aplaudido pela numerosa assistência.

Apontando «o aprofundamento da democracia económica, política e social» como uma necessidade imperiosa para o nosso país, Carlos Carvalho denunciou o «espalhafato verbal» dos outros principais partidos, sem distinção, apontando a CDU como a única força política que afirma, sem ambiguidades, que «quem trabalha merece o melhor», realçando que «quanto mais deputados elegermos, mais hipóteses temos de mudar a política de direita».

«Todos nós sabemos o que tem sido a estabilidade do PSD», afirmou mais adiante: «uma estabilidade traduzida em 430.000 desempregados e cerca de meio milhão de marginalizados». O PS também não escapou às críticas do Secretário-Geral do PCP, que respondeu às afirmações produzidas no dia anterior por António Guterres no Barreiro, de que a CDU estaria a eleger o PS como «inimigo principal». Após, mais uma

vez, explicar que é a política de direita do PSD igualmente defendida pelo PS que leva a CDU a criticar este último partido, Carlos Carvalho recordou que «o PS não pode mudar a história» e, já que está «a pedi-las», «aí vai e em curto!». Posto isto, o Secretário-Geral do PCP recordou, resumidamente, a trajectória do PS sempre caracterizada por posições coincidentes ou de apoio às políticas de direita realizadas no Portugal democrático, posto o que concluiu: «Para o nosso país, a saída é pela esquerda e sem medo da palavra esquerda!»

O dirigente do PCP denunciaria ainda a grande hipocrisia à volta dos debates e dois ou a quatro, considerando que se houvesse verdade nas afirmações de Guterres e Nogueira, «o que tinham a fazer era desistir do debate a dois», o que não fizeram. E advertiu: «Não andamos aqui a mendigar debates! O povo português tirará as conclusões desta operação de bipolarização à força!»

A noite terminaria com uma intervenção musical a cargo de Luísa Basto, que apresentou alguns números do seu novo trabalho.



Um bem humorado Moraes e Castro apresentou a sessão e Luísa Basto animou a iniciativa, no final das intervenções, com canções do seu novo trabalho



O actor António Assunção e o cenógrafo Mário Alberto num flagrante «à la minuta»



O Governo de Cavaco Silva «nada gastou com a Cultural!», acusou Luís Sá, merecendo calorosos aplausos dos intelectuais presentes



Outro pormenor do público presente na iniciativa, com o escritor Modesto Navarro e o cantor Janita Salomé em primeiro plano

■ Isabel Araújo Branco **Álvaro Cunhal nos distritos de Évora, Beja e Faro**

Confiança num bom resultado da CDU

Foi a uma região que representa cerca de metade da superfície agrícola útil do país, com 40 mil desempregados e 40 mil emigrantes, em que um por cento dos proprietários possui oitenta por cento das terras e em que se regista um subaproveitamento dos recursos naturais, que Álvaro Cunhal se deslocou, na sexta-feira e no sábado. A recepção calorosa que se verificou reafirma a confiança nas possibilidades de alcançar bons resultados nas eleições legislativas de dia 1. Esta confiança voltou a sentir-se no Algarve, no domingo, quando o Presidente do Conselho Nacional do PCP visitou Lagos, Silves e Portimão.

Álvaro Cunhal, durante a sua deslocação aos distritos de Évora, Beja e Faro, insistiu na urgência de lutar contra o regresso ao poder dos grandes capitalistas, a desindustrialização, a miséria, os privilégios, a destruição das conquistas de Abril, a liquidação de direitos

essenciais dos trabalhadores e o desemprego, através de uma política alternativa e democrática que promova o desenvolvimento da economia e, consequentemente, da educação, da saúde, do emprego e da cultura. A nova política, proposta detalhadamente no Programa Eleito-

ral do PCP, foi definida com base nos Debates com o País, tendo em conta a participação de milhares de especialistas nas várias áreas de actividade.

Referindo-se ao que representam as maiorias absolutas, o Presidente do Conselho Nacional do PCP falou sobre a inversão das posições de fiscalização do Presidente da República, do Parlamento e do Presidente do Tribunal de Contas em relação ao Governo, particularmente notória no abafamento de inquéritos parlamentares sobre casos de corrupção de ministros e secretários de Estado.

Aos apelos do PS e do PSD, que pretendem conseguir uma maioria absoluta em nome da «estabilidade governativa»,



Sexta-feira, Álvaro Cunhal visitou a Câmara Municipal de Estremoz e mostrou a sua satisfação quanto às instalações, aos projectos e realizações da autarquia. Deslocou-se depois aos estaleiros da Câmara, durante a hora de almoço dos funcionários (na foto)

ção dos debates pelo PS e PSD, excluindo as outras forças» e colocou com mais veemência na ordem do dia a necessidade

de realização de um debate a quatro.

«Para nós é uma grande satisfação e um grande orgulho estar

com as pessoas idosas. Os que parecem ter vergonha dos idosos e da sua imagem não querem sentir-se ligados àqueles que tanto sofrem no nosso país e que são mais de um milhão de pessoas. Os reformados podem ter a certeza que nós estaremos com eles, lutando pelos seus direitos fundamentais», declarou o Presidente do Conselho Nacional do PCP.

Álvaro Cunhal reafirmou a sua confiança na juventude, na sua força e reflexão, e numa intervenção espontânea e adequada à sua realidade, «não atrás de nós, mas ao nosso lado» e foi fortemente saudado, sobretudo pelos jovens, com aplausos e palavras de ordem como «Agora e sempre, a juventude está presente».



No Montoito, durante a visita ao Centro de Dia, estabeleceu-se o diálogo entre os dirigentes comunistas e os 50 reformados que habitualmente ali passam as suas horas. Depois de ouvir lamentar a situação dos idosos em geral, Álvaro Cunhal lembrou que a CDU sempre lutou pela melhoria das suas condições de vida e afirmou que este continua a ser um dos seus objectivos

Álvaro Cunhal contrapôs que tal «estabilidade» tem representado, ao longo destes últimos dez anos, a desestabilização económica, social e política.

Um dos momentos mais aplaudidos das intervenções de Álvaro Cunhal foi durante o comício de Aljustrel, quando declarou que a CDU não apoiaria um Governo do PS, caso não haja uma alteração na política de direita que os principais dirigentes socialistas declaram pretender continuar.

Quanto à tentativa de bipolarização da vida política e da campanha eleitoral, Álvaro Cunhal afirmou que esta «é uma pretensão antidemocrática, uma posição que corta a possibilidade de o eleitorado ouvir os outros partidos». Assinalou que a iniciativa do PCP, com a ida de Carlos Carvalhas à RTP, «suscitou um movimento de opinião no sentido de contestar esta tentativa de monopoliza-



Uma sala repleta de apoiantes apoiou calorosamente as palavras dos intervenientes no jantar de sexta-feira, no Redondo, especialmente as de Lino de Carvalho

Lino de Carvalho

«Apesar de nós...»

No Redondo, no distrito de Évora, cerca de 250 pessoas participaram no jantar-convívio CDU na passada sexta-feira. Após as intervenções de Alfredo Barroso, o Presidente da Câmara, que apostou no reforço da Coligação nesta localidade e nos concelhos vizinhos, e de Ana Balão, em nome da JCP, que abordou o papel dos jovens na sociedade e na melhoria das condições de vida da população em geral, foi a vez de Lino de Carvalho intervir.

O cabeça de lista pelo círculo de Évora, após referir a adesão às ideias e propostas da CDU que verificou nas iniciativas ao longo do dia, falou sobre a dupla utilidade do voto na Coligação: «condenar as políticas que não servem os interesses do Alentejo, mas também apoiar os que mais fazem pelos trabalhadores e pela nossa região».

«Os pequenos agricultores não têm área ou dimensão que lhes permita viver dos subsídios. Quem vive assim são os grandes proprietários», afirmou Lino de Carvalho. «Nesta região, a agricultura é um sector determinante e as actividades complementares ressentem-se também do abandono das terras, que provoca desemprego e consequentemente a descida do poder de compra e do consumo. É a crise generalizada na região, que só não é mais grave devido à intensa acção do poder local.»

Respondendo às declarações da candidata do PSD, que acusou a CDU de ser responsável pela situação na região, sustentou que as estatísticas municipais recentemente publicadas mostram que os indicadores de despesas com a cultura, saneamento básico ou cobertura da rede de água, responsabilidades das autarquias, são dos melhores do país. «A situação do Alentejo não é esta por causa de nós. É esta apesar de nós, devido à política do governo central.»

«Temos, no nosso Programa Eleitoral, propostas sérias para dar resposta aos bloqueamentos da actividade produtiva que resultam de uma política de direita. Estas propostas apontam no sentido de se criar condições para a elaboração de um programa integrado de desenvolvimento, que diversifique a nossa base económica, que promova a industrialização e que ponha as coutadas a produzir, isto é, que se concretize a democratização do acesso à terra de forma a sustentar um sector industrial agroalimentar.»

Outras das propostas apresentadas pelo deputado comunista estão relacionadas com a saúde e a população envelhecida desta região. O isolamento das populações, provocado pelo fecho de escolas, carreiras rodoviárias, centros de saúde e de serviços públicos, é igualmente outra situação que actualmente se regista e que é urgente combater, salientou Lino de Carvalho.



A população aguardava Álvaro Cunhal à entrada para a CM de Borba, onde foi feito um brinde aos resultados futuros da CDU. A visita posterior às oficinas de tratamento do mármore, aos sectores das obras e da recolha do lixo proporcionou o contacto com o pessoal dos estaleiros da Câmara



Na Junta de Freguesia de Bencatel, cerca de 200 pessoas, grande parte jovens, esperavam a caravana CDU. Nas suas intervenções, Joaquim José Serra, o segundo candidato pelo distrito de Évora, e Álvaro Cunhal referiram a necessidade de vencer a política de direita, através do voto democrático na Coligação



Na Aldeia da Venda, muitos populares aplaudiram as palavras de Joaquim José Serra e do Presidente do Conselho Nacional do PCP sobre a urgência de uma nova Reforma Agrária, que permita relançar o progresso económico da região



Entre os participantes do almoço na Casa do Povo de Ferreira do Alentejo muitos afirmavam estar ali pelos ideais sempre vivos e para que não se repita um passado de miséria vivido por eles e por muitos outros. Ouviram atentamente e aplaudiram Lurdes Hespanhol, José Soeiro e Álvaro Cunhal, e responderam com um categórico «não» à questão levantada pelo cabeça de lista: «Com o fim da Reforma Agrária, as terras estão melhor exploradas, empregam mais gente, garantem melhores salários ou melhoram os rendimentos dos agricultores?»

Ansiosos, muitos populares perguntavam se Álvaro Cunhal já tinha chegado e afirmavam-se comunistas de alma e coração para quem quisesse ouvir, orgulhando-se dos autocolantes ao peito.

Apesar dos vários casamentos que se realizaram no concelho naquele dia, o vasto salão do Centro Cultural de Cuba encheu-se de gente que ali se deslocou para reafirmar o forte apoio com que a CDU sempre tem contado



No domingo, depois de uma visita à Câmara Municipal de Aljezur e a um lar de terceira idade que funciona na vila com o apoio camarário, Álvaro Cunhal parou em Odeáxere, Lagos, para um almoço que reuniu mais umas dezenas de activistas que a centena e meia prevista inicialmente, o que foi encarado como mais um motivo de confiança nos bons resultados eleitorais da CDU, que, como afirmou Carlos Luís Figueira, o cabeça de lista por Faro, trabalha para voltar a eleger deputados pelo Algarve



Cerca de seiscentas pessoas encheram de entusiasmo e de bandeiras do PCP e da CDU o largo de Ervidel. Nas palavras do primeiro candidato ao Parlamento pelo distrito de Beja, a população desta freguesia de tradições revolucionárias, que tem vindo a sofrer as consequências de uma política de destruição do aparelho produtivo nacional, tem de lutar «contra a abstenção para que outros não votem por eles e não decidam o seu futuro»



Depois dos muitos aplausos que interromperam as intervenções de Manuel Camacho, José Soeiro e Álvaro Cunhal, o comício em Aljustrel terminou com uma canção sobre o quotidiano do Alentejo interpretada pelo Grupo Coral Feminino do Movimento Democrático das Mulheres



«Terras de pão, gente de paz». É com a leitura destas palavras que entramos nas ruas cheias de laranjeiras da Vidigueira. Na época do início das vindimas, o salão na Junta de Freguesia, inaugurado naquela ocasião, não foi suficiente para receber todas as pessoas que ali se deslocaram. Carlos Pinto, o presidente da Junta, apelou à opção pela CDU «que nos boletins de voto está em último, mas em primeiro lugar nos corações dos alentejanos»



No refeitório da Escola C+S de Silves realizou-se um encontro com reformados (foto), onde, com a participação activa de alguns pensionistas, foram recordadas medidas do Programa Eleitoral do PCP para melhorar o quotidiano dos muitos idosos portugueses, como é o caso do rendimento mínimo de subsistência, da gratuitidade dos medicamentos em doenças crónicas ou dos serviços médicos domiciliários. Durante o jantar que mais tarde juntou num restaurante de Silves cerca de 200 pessoas, Álvaro Cunhal recordou as lutas travadas naquela cidade contra o fascismo, na defesa dos direitos dos trabalhadores e pelas conquistas de Abril



Na noite de domingo, o Canto Livre inundou a Praça Teixeira Gomes, em Portimão, com saudosas músicas de Abril, antes de um muito participado comício que encerrou esta visita de Álvaro Cunhal ao Algarve

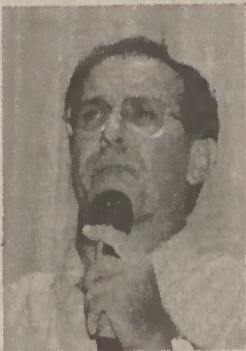
José Soeiro

«Nunca de chapéu na mão...»

A lotação esgotou no Cine-Teatro Oriental, em Aljustrel, para assistir ao comício CDU marcado para a noite de sábado. Depois de Manuel Camacho, presidente da Associação de Municípios do Distrito de Beja e terceiro candidato nas listas da Coligação, ter afirmado que «não podemos ter outra música que não seja a da defesa dos trabalhadores», José Soeiro, cabeça de lista, continuou a abordar os problemas do Alentejo, defendendo a necessidade real da regionalização e da autonomia do Poder Local face ao Poder Central.

José Soeiro, referindo-se aos 47 por cento de superfície agrícola útil do total do país representados pelo Alentejo, afirmou que é imperioso pôr termo ao actual subaproveitamento dos recursos locais, através da liquidação do latifúndio, da utilização dos recursos hídricos e da exploração mineira (nomeadamente do cobre, pirite, mármore, xisto, zinco e estanho), de forma a elevar o nível de vida dos portugueses e a poder-mos «encarar os europeus de olhos nos olhos e não de chapéu na mão».

Aludindo à adjudicação da empreitada da Barragem do Alqueva, que já estava anunciada para dia 11, o dirigente comunista lembrou que estas obras cessaram em 1979 durante o Governo PS/CDS.



«Não podemos deixar em branco as responsabilidades deste partidos. Já fizeram as contas dos prejuízos para o Alentejo e para o país de ter a água a correr para o Guadiana e a perder-se em Vila Real de Santo António, enquanto faltava nas barragens para regar as terras que estão hoje a produzir de sequeiro, enquanto deviam estar a produzir em regadio, diversificando as culturas, garantindo mais emprego, abrindo perspectivas para a industrialização? Já calcularam os prejuízos quando não temos água nas torneiras, quando se gasta milhares de contos em furos, a esgotar os lençóis freáticos, quando podíamos consumir a da superfície com abundância? E ouvir os espanhóis dizerem que retêm a água porque nós não temos como a segurar», exclamou.

Por fim, apelou ao voto na CDU, porque «nós não estamos aqui só hoje, mas permanentemente com o povo de

Aljustrel, antes e depois das eleições, na Assembleia da República, no Poder Local, nos sindicatos». E concluiu: «Depois de sucessivas manifestações, aqui e até em Lisboa, não podemos perder a possibilidade de, nas urnas, dizer «basta de política de direita». O voto é um instrumento complementar da luta de todos os dias.»

Carlos Luís Figueira

«É possível...»

A festa CDU em Portimão iniciou-se com Canto Livre, em que as muitas pessoas que quase enchem a Praça Teixeira Gomes, no centro da cidade, recordaram um passado revolucionário em forma de cantigas de intervenção. O comício, introduzido e apresentado por Margarida Tengarrinha, entusiasmou todos os que ali se deslocaram e aqueles que, de passagem, não quiseram deixar de ouvir as palavras dos dirigentes da CDU.

Celina Leal, membro da Intervenção Democrática, sublinhou a promoção das mulheres que tem sido desenvolvida pela Coligação tanto na política, como no trabalho e na conquista de regalias sociais.

«No Algarve, quando passa o Verão, fica o desemprego, a insegurança, a precariedade», focou Carlos Luís Figueira, cabeça de lista pelo Algarve. Para alterar esta ausência de perspectivas de desenvolvimento e para assegurar segurança de emprego aos algarvios é necessário o reforço da frota pesqueira, a cultura dos campos, um melhor abastecimento hídrico, a criação de mais fábricas de conservas e refrigerantes e de indústrias corticeiras.

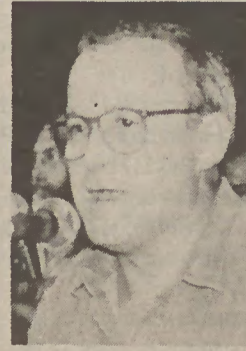
Para isso, a CDU apresentou, na passada semana, um conjunto de treze propostas, que, no plano institucional, pretendem avançar para a criação da Região Administrativa do Algarve, «antiga ambição da zona, frustrada pela acção do PSD e do PS», de forma a dar

mais autonomia ao Poder Local e às Autarquias, sem deixar de existir, simultaneamente, uma política central. E o cabeça de lista assegurou que, com mais deputados CDU, em 1996 já será possível realizarem-se eleições para as Regiões Administrativas.

O compromisso eleitoral tem igualmente como base o desenvolvimento da actividade, com o afastamento das imposições das políticas económicas comuns e a melhoria das condições técnicas.

«Acreditamos que é possível, mas não de braços cruzados ou de joelhos. Os nossos agricultores fazem a melhor agricultura, as operárias conserveiras as melhores conservas, os pescadores sabem pescar. É preciso é que não se submetam àqueles que não os querem deixar produzir. O nosso povo não pode estar sujeito a viver de migalhas.»

«Na próxima Assembleia da República, é preciso ter deputados de mangas arregaçadas e não deputados que no dia 2 de Outubro apanham o primeiro avião para Bruxelas, depois de cá terem vindo pedir o vosso voto. Temos aqui hoje candidatos que ficarão no Algarve, a sua terra, onde têm a sua família e onde gostam de viver. Esses candidatos deslocar-se-ão para o Parlamento mantendo uma profunda ligação aos problemas desta região», concluiu Carlos Luís Figueira.



Justifica-se a negociação directa

Nota do Gabinete de Imprensa do PCP sobre o impasse nas negociações do acordo de pescas com Marrocos

«A situação de impasse em que se encontra o Acordo de Pescas entre a União Europeia e Marrocos demonstra quão negativo tem sido para o País estar amarrado a políticas comuns comunitárias, nas quais se jogam interesses que não têm em conta as característi-

das negociações conduzidas pela Comunidade, as nossas diferenças e especificidades não têm sido consideradas.

Toda esta situação, que se prolonga já por longos meses (é de considerar que a frota portuguesa não pesca nestas águas desde

negociações directas e a saída da Política Comum de Pescas, não podem, com esta fuga para a frente, apagar as responsabilidades que têm nesta situação. Em Dezembro último, os deputados do CDS/PP no Parlamento Europeu, onde se incluía, como

tempo, em pescadores alternativos, ao largo das Baleares e a meio caminho da Madeira. Trata-se, todavia, de uma situação de recurso, já que os pesqueiros utilizados não oferecem garantias de estabilidade, beneficiam, no caso das Baleares, da complacência dos espanhóis, só porque estes não estão interessados nestas pescas, e tudo isto só foi possível pela livre iniciativa dos armadores portugueses, já que não tiveram, mesmo para esta situação de recurso, qualquer apoio do Governo».

Neste quadro, o PCP considera que «o Estado português deve, no imediato, desencadear uma acção mais corajosa, fundamentalmente com dois objectivos:

1. Obter uma linha de negociação directa com Marrocos para desbloquear o exercício de pesca da nossa frota.

2. Defender, junto da Comunidade, que os prejuízos que estão a sofrer a nossa frota e, particularmente, os pescadores, sejam objecto de um tratamento diferenciado através da atribuição de compensações financeiras e comunitárias, que poderiam ser complementadas por verbas nacionais».

O PCP sublinha que «o que hoje acontece com Marrocos, e o que já se passou na zona da NAFO, dá razão às suas posições sobre as políticas comunitárias e as graves consequências que estas têm tido em importantes sectores da nossa economia. Mas mais: a manter-se este quadro, é justo considerar-se que os interesses de Portugal serão melhor defendidos pela obtenção de cláusulas de excepção que nos permitam negociar directamente e, sobretudo, nos salvaguardem das imposições contidas nas políticas comunitárias comuns. Esta posição é, aliás, assumida pela Dinamarca e, em muitos outros casos, praticada pelo Reino Unido e mesmo por Espanha».



Os prejuízos da nossa frota por falta de acordo entre a Comunidade e Marrocos deviam merecer um tratamento diferenciado - defende o PCP (foto de arquivo)

cas e especificidades da nossa frota» - afirma-se numa nota do Gabinete de Imprensa do PCP divulgada a 30 de Agosto.

Barcos portugueses não são problema

Os comunistas referem que «dos cerca de 700 barcos envolvidos, só 44 são portugueses. As artes e o tipo de pesca exercido pela frota portuguesa são o que menos prejuízo causa aos recursos em disputa. Os próprios marroquinos já admitiram que os problemas se colocam com a potente frota espanhola; só que, amarrados como temos estado ao quadro

Dezembro passado), deveria ter conduzido a uma atitude de maior empenhamento do Governo na Comunidade, e directamente com o governo marroquino, visando estabelecer uma linha directa de negociação que, mesmo com carácter temporário, permitisse à nossa frota continuar a pescar».

Agora, chegou-se a uma situação em que «os problemas sociais são grandes, sobretudo para os pescadores, que, desde então, têm estado a receber o subsídio equivalente ao subsídio de desemprego, o que quer dizer que vivem com metade do salário que dispunham quando estavam a pescar».

O PCP realça que «aqueles que hoje aparecem a defender, como é o caso do CDS/PP, uma linha de

é sabido, o dr. Manuel Monteiro, aprovaram, conjuntamente com o PSD, e com a abstenção do PS e o voto contra do PCP, um relatório visando antecipar para Janeiro de 1996 a integração completa de Portugal na Política Comum de Pescas (apenas perspectivada para 2002), que significará reais prejuízos para as pescas portuguesas». Na nota recorda-se que tais posições foram então denunciadas, em conferência de imprensa, pela Comissão Política do Comité Central do PCP.

Refere-se ainda que «uma parte da frota portuguesa afectada pela ausência de acordo, particularmente a sediada em Sesimbra, tem estado a pescar, desde há algum

PCP quer mudar a lei da caça

Num encontro com representantes da Federação Nacional dos Caçadores e Proprietários e do respectivo núcleo de Évora, o PCP lembrou que foi o primeiro partido a criticar na Assembleia da República a actual lei da caça, contra a qual votou em 1986.

Raimundo Cabral, membro do Conselho Nacional do PCP e responsável da direcção regional de Évora (DOREV) do Partido, e Lino de Carvalho, deputado e primeiro candidato da CDU nas listas de Évora para as próximas eleições legislativas, manifestaram as preocupações dos comunistas «pela continuada ausência de uma política de ordenamento cinegético, pelas irregularidades e conflitos que têm rodeado a actual lei e pela expansão desordenada das reservas de caça».

Na nota distribuída dia 30 de Agosto pelo Gabinete de Imprensa da DOREV, após o encontro com os representantes dos caçadores, o PCP chama a atenção para o facto de existirem hoje no País 2121 reservas de caça, que ocupam uma área de 2,7 milhões de hectares; daquelas, situam-se na 4ª região cinegética (que abrange o Alentejo) 965 reservas, com 1,1 milhão de hectares. Há concelhos «completamente cercados por reservas», afirmam os comunistas eborenses.

Depois de recordar que o Grupo Parlamentar comunista apresentou várias iniciativas legislativas ao longo destes quase 10 anos decorridos desde a aprovação da lei da caça, a nota informa foi dado a conhecer à federação e ao seu núcleo de Évora o compromisso para a caça, inscrito no Programa Eleitoral do PCP. Neste documento reconhece-se a caça «não como alternativa à agricultura, mas também como fonte complementar de rendimento de muitos agricultores», e afirma-se a determinação do PCP de propor, na próxima legislatura, a alteração da lei da caça; são ainda apontadas as orien-

tações que definirão o conteúdo das alterações defendidas pelos comunistas:

- definição de uma política de ordenamento cinegético que assegure a preservação e fomento dos recursos e discipline a prática da caça;
- soluções de equilíbrio entre a criação de zonas de caça do regime especial e o regime geral, bem como do calendário cinegético;
- consagração do direito de caça dos agricultores na sua própria terra;
- obrigatoriedade da criação de zonas de caça sociais em cada região cinegética;
- obrigatoriedade de as associações de caçadores concessionárias de zonas de caça associativas terem um número mínimo de associados residentes no concelho, ou concelhos limítrofes, e de a sua sede social ser instalada no município, ou num dos municípios, das respectivas zonas de caça;
- atribuição de parte das licenças e taxas a pagar pelas reservas de caça ao município onde se encontre instalada a respectiva zona de caça;
- reforço dos mecanismos de fiscalização, tanto na concessão de reservas de caça, como na prática das actividades cinegéticas, seja sobre as zonas de regime especial, designadamente turísticas e associativas, bem como sobre as áreas de regime geral;
- medidas de formação e educação cinegética e ambiental para todos os praticantes da caça;
- estímulo e apoio à criação de organizações de caçadores;
- participação das associações de caçadores, de defesa do ambiente e municípios, na definição das orientações cinegéticas para o País.

Contra CM de Vila do Conde CNE dá razão à queixa da CDU

Na sequência de uma queixa apresentada pela CDU, a Comissão Nacional de Eleições notificou na semana passada o presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde para que seja reposta a propaganda da coligação removida a mando do executivo municipal, de maioria absoluta PS e presidido por Mário Almeida.

A CNE analisou a queixa no dia 5, depois de consultar o IPPAR, e no dia seguinte comunicou a sua decisão a Mário Almeida e à comissão concelhia do PCP.

«Não estando em causa o respeito pelo património cultural e arquitectónico, sempre presente entre os activistas, nem o exercício de um direito democrático, de que a CDU não abdica nem abdicará, fica apenas mais claro, neste lamentável episódio, o espírito sectário, persecutório e intolerante que moveu os responsáveis da Câmara Municipal de Vila do Conde» - comenta o gabinete de imprensa da CDU do distrito do Porto, numa nota enviada dia 6 à comunicação social.

Propostas para o Porto

A CDU apresentou, na passada quinta-feira, dia 7, o compromisso eleitoral dos seus candidatos para o distrito do Porto, que se propõem defender «uma política económica e social, liberta das imposições dos critérios de Maastricht». Os comunistas e seus aliados consideram esta uma «questão central que não pode ser iludida por ninguém, particularmente pelo PS e PSD».

O compromisso eleitoral integra doze propostas para resolver os problemas essenciais do distrito. Para o desenvolvimento económico, a CDU aponta como «objectivo prioritário a criação de riqueza e de emprego». Reafirma a necessidade de «um aumento significativo das verbas do orçamento e dos fundos comunitários destinados ao distrito». Compromete-se a defender melhores condições de trabalho e de segurança, a garantir o Serviço Nacional Público de Saúde e a defender as escolas públicas. Pretende ainda promover instituições de investigação científica, a formação profissional e a construção de novas escolas.

Os candidatos da CDU propõem «um reforço do investimento na habitação» e a adopção de «um programa de emergência contra a chaga da exclusão social». Vão ainda bater-se para criar condições para a regionalização e por medidas de preservação ambiental.

Esclarecimento e não espectáculo

A CDU no distrito do Porto pretende uma campanha eleitoral virada para o esclarecimento «e não para o aparato e o espectáculo fácil, desprovido de conteúdo». Como foi sublinhado na conferência de imprensa em que apresentou as suas principais linhas de intervenção e iniciativas, a Coligação quer «fazer chegar aos eleitores a consciência da situação social económica e política que afecta o nosso país». «Queremos derrotar a direita nestas eleições e, sobretudo, realçar o valor das nossas propostas e de como o voto na CDU é decisivo para uma efectiva alternativa» - afirmou Emídio Ribeiro aos jornalistas. O responsável da direcção regional do Porto do PCP e candidato da CDU adiantou que a CDU tem para a sua campanha um rol de iniciativas que vai envolver os candidatos, as organizações do PCP e da CDU, o cabeça de lista pelo Porto, João Amaral, e ainda Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal.

Apontando como linha essencial da campanha o contacto directo com as populações, foi dado destaque ao comício do próximo sábado, no Palácio de Cristal, com Carlos Carvalhas e João Amaral.

Debates temáticos

O cabeça de lista da CDU pelo Porto propôs aos candidatos do PS, PSD e PP a realização de três debates temáticos sobre a situação económica e social, a regionalização e a segurança pública. Para João Amaral, os debates devem ser «organizados por entidades independentes, de preferência ligadas à área do jornalismo, e abertos a toda a Comunicação Social». Na conferência de imprensa em que avançou com esta proposta, João Amaral afirmou que «da nossa parte não desejamos que a campanha se resuma a uma afirmação solitária de propostas», uma vez que «privilegiamos o debate de ideias e defendemos que a campanha deve ser para permitir uma possibilidade de esclarecimento dos eleitores».

Alqueva retomado ao fim de 16 anos

«Importante vitória do povo alentejano»

Os candidatos da CDU por Beja regozijam-se com o reinício das obras, recordam as responsabilidades pela paragem em 1979 e exigem garantias de que o empreendimento desta vez vai mesmo avante

«O recomeço das obras de Alqueva constitui, sem dúvida, uma importante vitória do povo alentejano e de todos aqueles que, ao longo dos últimos 16 anos, lutaram de forma firme e coerente para que tal acontecesse», afirmam os candidatos da CDU pelo círculo eleitoral de Beja.

Em conferência de imprensa dada na passada segunda-feira, José Soeiro e os demais candidatos da coligação PCP-PEV fizeram questão de sublinhar que a adjudicação da empreitada de escavações da 1ª fase do aproveitamento hidroeléctrico do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva representa

«um importante passo para o recomeço das obras», «paradas desde 1979 contra a vontade e os interesses dos alentejanos e do Alentejo», e é ainda «um importante testemunho de que, tal como sempre afirmamos, mesmo quando as condições são muito difíceis e tudo parece perdido, vale sempre a pena lutar».

No documento distribuído à comunicação social os comunistas e outros democratas da CDU do Baixo Alentejo expressam o seu regozijo com o reinício das obras, «pelo qual lutaram sem desfalecimento», e vêem «com grande satisfação e orgulho» que

o PSD e o PS fazem de Alqueva, «ainda que com 16 anos de atraso, uma das suas principais bandeiras eleitorais, reconhecendo a sua natureza estruturante para o desenvolvimento do distrito e do Alentejo».

Alerta

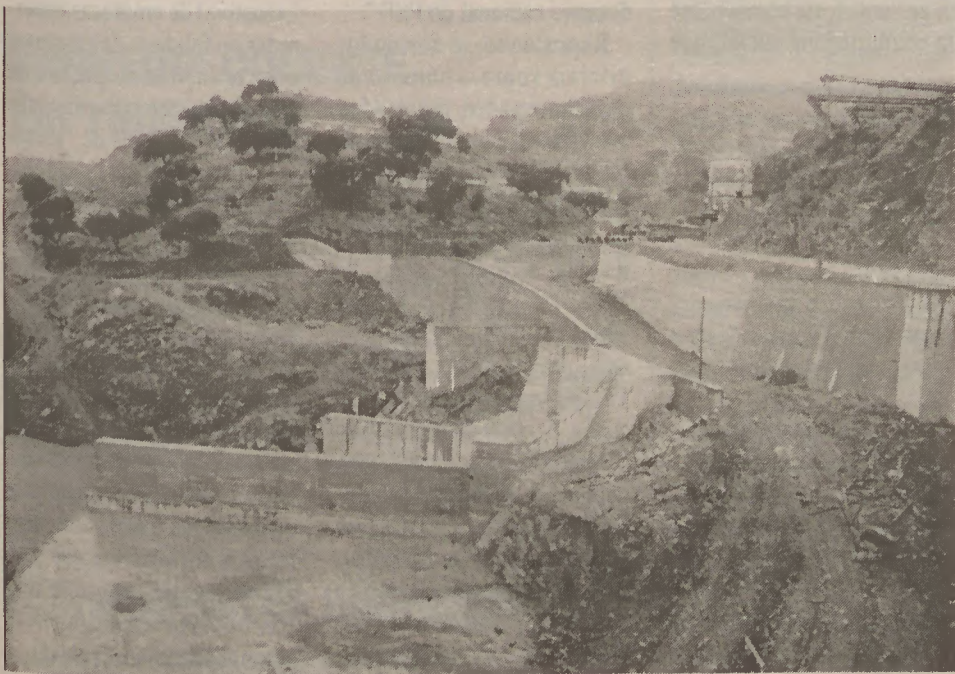
Os candidatos da CDU pelo círculo eleitoral de Beja consideram entretanto que «os alentejanos não devem deixar de estar vigilantes e prontos para prosseguir a luta em defesa de Alqueva, pois é de todos sabido que, também em 1975, as obras se iniciaram e nem por isso

deixaram de parar e ficar paradas, desde 1979 até aos nossos dias, apesar de entretanto terem passado pelo governo os que hoje mais alto se procuram afirmar como seus defensores de sempre: o PSD e o PS».

A CDU condena veementemente e alerta a opinião pública para «a instrumentalização que o PSD vem fazendo de todo o processo relativo a Alqueva, promovendo através do aparelho do Estado que controla e com a cobertura dos grandes meios de comunicação social, com destaque para as televisões, sucessivas iniciativas e repetidos actos solenes no sentido de promover artificialmente a sua ministra/candidata à custa do erário público».

Os candidatos da coligação chamam igualmente a atenção para «as declarações dúbias de altos responsáveis do PS, incluindo o seu secretário-geral, António Guterres, que num dia afirmam ser Alqueva um projecto cuja construção é indiscutível (Francisco George) e noutro afirmam que Alqueva tem que ser repensado (Capoula Santos), que Alqueva exige ainda novos estudos (José Sócrates) ou que Alqueva é uma questão em aberto (António Guterres)».

Para a CDU/Beja é necessário «deixar claro e sem margem para qualquer dúvida que, com dinheiros da Comunidade Europeia ou sem eles, o empreendimento de Alqueva não voltará a parar», como faz o PCP no seu Programa Eleitoral.



Prejuízos e responsáveis

Ao comentarem a retoma das obras de Alqueva, os candidatos da CDU fizeram questão de recordar «os gravíssimos prejuízos provocados, não só aos alentejanos e ao Alentejo, como ao País», pela interrupção dos trabalhos desde 1979; igualmente importa «não esquecer o nome dos responsáveis por esta condenável situação: o PSD, o PS e o CDS, partidos que formaram os governos de todos estes anos».

Na conferência de imprensa de segunda-feira foi salientado que «a barragem de Alqueva podia e devia, se tivessem tido na devida conta a opinião dos comunistas e outros democratas da CDU e a vontade repetidamente afirmada do povo alentejano, estar concluída há muitos anos». Frisando que «reconhecer hoje que Alqueva devia estar construído há mais de 20 anos não pode servir para alijar responsabilidades por parte daqueles que impediram que tal tivesse acontecido, mas sim para avaliar em toda a dimensão os incalculáveis prejuízos resultantes dessa atitude»; e a CDU do distrito de Beja aponta uma série de tais prejuízos:

«Alqueva podia e devia estar a garantir a água que nos falta hoje nas barragens, como as do Roxo ou Odivelas, para matar a sede às terras ressequidas do Alentejo. Podia

e devia estar a servir de base a uma nova, moderna e diversificada agricultura. Podia e devia estar a evitar os enormes prejuízos e falências de que estão a ser vítimas os agricultores em resultado da famigerada PAC (Política Agrícola Comum) e da prolongada seca que há 4 anos consecutivos assola o Alentejo. Podia e devia estar a contribuir para se produzirem no Alentejo muitos dos produtos agro-alimentares que o País está hoje a importar de Espanha, França, Holanda, etc. Podia e devia estar a contribuir para a laboração das nossas indústrias agro-alimentares, hoje de portas encerradas, o que em muito contribuiria para não haver desempregados nem tantos alentejanos a emigrar.»

«Alqueva podia e devia estar a garantir a água que nos falta hoje nas torneiras ou para encher piscinas como as de Beja e Aljustrel, que sem ela estão encerradas. Podia e devia estar a evitar o gasto desnecessário de centenas de milhares de contos pelas autarquias em furos para procurar no subsolo a água que não temos porque no inverno corre pelo Guadiana para o mar sem proveito para ninguém.»

«Alqueva podia e devia estar há muito a fornecer energia eléctrica que hoje importamos e a ser um factor complementar para a dinamização do turismo no Alentejo.»

«Alqueva podia e devia estar a regularizar o caudal do Guadiana, evitando assim a transformação do «grande rio do Sul» num ribeiro de água estagnada onde morrem milhares de peixes, enquanto a miséria bate à porta de dezenas de famílias de pescadores que tinham no Guadiana a garantia do seu sustento.»

«Alqueva podia e devia estar a ser um poderoso e decisivo argumento nas negociações com a vizinha Espanha, evitando-nos ter que ouvir que, se nos privam da água do Guadiana, é porque se a libertassem ela se iria perder no mar.»

«Alqueva podia e devia ser há muito um factor de desenvolvimento, progresso e bem-estar do Alentejo, contribuindo para evitar o envelhecimento, a desertificação, a estagnação económica e o desemprego em massa que caracterizam hoje a região.»

«Alqueva podia e devia ser hoje, não uma promessa de futuro e uma palavra de esperança para a nossa juventude, mas uma realidade a garantir aos milhares de jovens, que se vêem obrigados a abandonar a sua terra, as premissas necessárias à sua fixação na região, pois ninguém melhor do que eles sabe quanto custa ter que deixar os seus, pois ninguém melhor do que eles sabe que é bom viver e trabalhar no Alentejo.»

ID divulga manifesto eleitoral

A Intervenção Democrática (ID), força integrante da CDU, divulgou recentemente o seu manifesto eleitoral para as eleições legislativas, onde afirma pugnar pela «afirmação dos valores da democracia participada nos planos político, económico, social e cultural, na perspectiva de promover um verdadeiro desenvolvimento económico e o progresso social».

O documento salienta que a associação «procura intervir e sensibilizar as populações para a prática quotidiana da cidadania, de molde a aprofundar-se o conhecimento da realidade nacional e a transformá-la em consonância com os seus valores e objectivos».

«E naturalmente em sintonia com os valores do 25 de Abril e da Constituição da República Portuguesa, designadamente os da defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais e colectivas, da afirmação e promoção dos direitos económicos, sociais e culturais das populações, do Estado de Direito Democrático e da Soberania nacional».

A ID considera que «devido à política do PSD, - partido que está no Governo há dezasseis anos e em maioria absoluta há oito anos - a situação que se vive hoje em Portugal está longe de corresponder àqueles objectivos e valores».

Neste sentido, conclui o manifesto, «uma forte votação na CDU cria as condições necessárias para a eleição de uma maioria democrática de deputados na AR, que conduza ao desenvolvimento de uma política de esquerda alternativa à desastrosa política de direita do PSD».

«Os objectivos programáticos da CDU - desenvolvimento e modernização da economia nacional, melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos, valorização da educação, ciência e cultura e da formação profissional, aprofundamento da democracia e defesa dos interesses nacionais e das especificidades portuguesas no quadro da integração europeia e da economia mundial - serão intransigentemente defendidos pelos deputados eleitos pela CDU».

No entender da ID, o voto na CDU conta sempre, para o duplo objectivo de colocar o PSD e a direita em minoria e de contribuir para uma alternativa democrática, indispensável para se imprimir uma viragem da vida nacional no sentido do desenvolvimento económico e do progresso social.

«A Associação Intervenção Democrática - ID apela, por isso, ao voto na CDU porque esta coligação é a única alternativa democrática para Portugal.»

Desenvolver a Guarda

Os candidatos da CDU pelo distrito da Guarda apresentaram as suas propostas para o distrito, onde se destaca a exigência da criação de regiões administrativas, como «uma das condições mais importantes para alcançar o desenvolvimento regional».

A coligação pugna ainda por salários dignos, pelo emprego, direitos laborais e regalias sociais, melhor ensino e formação, e uma nova política de saúde.

O apoio à indústria, nomeadamente o sector têxtil, e a criação de incentivos para a constituição de novas unidades não poluentes, caso das empresas agro-alimentares, são propostas com vista a combater «a desertificação industrial».

Na área da agricultura, a CDU defende uma política que «garanta rendimentos adequados aos agricultores, respeitando as características da agricultura do distrito».

A defesa do ambiente é outra das preocupações da CDU, que defende a elaboração de um plano regional de ordenamento do território, bem como medidas para a salvaguarda do Parque da Serra da Estrela e dos rios que ali nascem (Mondego e o Zêzere), do Parque Natural da Serra da Malcata, e para a recuperação de outros rios e ribeiras actualmente poluídos.

No campo da cultura, a CDU tem propostas concretas para a recuperação de recintos como o Cine-Teatro da Guarda, de Gouveia e outros. Pronunciando-se pela criação de um Carta Cultural, com base no levantamento patrimonial rigoroso, a prioridade é dada à defesa das Gravuras Rupestres de Foz Côa, que não se compatibiliza, no entender da CDU, com a construção da Barragem. A Coligação quer pedir a classificação do Vale do Côa como património mundial e recorrer aos apoios internacionais para inventariar, preservar e divulgar as gravuras paleolíticas.

Bragança adquire Centro de Trabalho

A Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP adquiriu o edifício, onde há muitos anos funcionava o Centro de Trabalho de Alfândega da Fé.

A escritura foi efectuada quinta-feira da passada semana, com a presença dos dirigentes distritais do PCP José Brinquete, Vítor Martins e Manuel João Araújo.

A organização concelhia de Alfândega da Fé lançou desde já uma campanha de fundos para os próximos meses para a compra das novas instalações, cuja reabertura está marcada para o próximo domingo com um convívio em que participam candidatos CDU pelo distrito.

Rectificação

Na edição anterior, na peça sobre a 8ª Corrida da Festa do «Avante!», por lapso nosso, referimos incorrectamente o nome do presidente da Associação de Atletismo de Setúbal. Trata-se, na verdade, de Manuel Aguiar e não de Manuel Águia como erradamente saiu. Pelo facto, pedimos as nossas desculpas.

PSD é o responsável

Flagelo do desemprego no distrito de Lisboa

Em todo o distrito de Lisboa, o número de pessoas activas é de aproximadamente 980.000 e destas, segundo as estatísticas oficiais, mais de nove por cento estão sem emprego. Isto não são apenas números. Isto significa que quase 100.000 famílias têm um dos pais, ou ambos, ou um filho, sem ganhar dinheiro para garantir o seu normal quotidiano.

Este é o resultado de mais de 10 anos de política governamental contrária aos interesses do povo e dos trabalhadores.

A constatação, feita no Encontro de Desempregados do distrito de Lisboa ontem realizado na capital por iniciativa da União de Sindicatos, CGTP-IN e diversos sindicatos, consta de um extenso documento em que se faz a análise da situação económica, social e política do distrito, a que voltaremos com mais detalhe em próxima edição.

Numa primeira abordagem, é de salientar a análise feita ao processo de desindustrialização registado na última década no distrito de Lisboa, com particular incidência no concelho de Lisboa. Este processo, segundo os promotores do Encontro, foi agravado com um concomitante aumento do sector terciário, que se expan-

diu de forma descontrolada e transformou a capital numa autêntica "praça financeira e especulativa, desumanizando-a e desertificando-a". Os números são esclarecedores: a população decresceu cerca de 20 por cento (mais de 150 mil pessoas), especialmente jovens com idades entre os 20 e os 29 anos.

O centro nevrálgico do distrito perdeu população e envelheceu, ao mesmo tempo que o tecido produtivo se esvaiu e o desemprego aumentou: segundo as estatísticas oficiais, mais de 9 por cento das pessoas em idade de entrar no mercado de trabalho estão sem emprego, o que representa cerca de 100.000 famílias a viver este flagelo.

Como se refere no documento que serviu de base ao debate, "o problema do desemprego no distrito atingiu tais proporções que deixou de ser apenas um problema de contornos económicos para se tornar um problema da própria razão de ser da sociedade. Um desempregado já não é somente um cidadão que durante um certo tempo não recebe um vencimento, ou recebe menos (subsídio), e que consegue, mesmo assim, manter um nível aceitável de vida. Hoje em dia, o facto de estar desempregado acarreta a perda ou a forte limitação da



possibilidade de assegurar os cuidados elementares de educação dos filhos, do acesso aos bens culturais, da possibilidade, enfim, de manter laços sociais estáveis". Por isso mesmo se considera que qualquer medida de combate ao flagelo do desemprego exige "uma forte componente de solidariedade social, que

não deve ser confundida com palavras e actos da caridade das más consciências".

Particularmente grave, como foi demonstrado, é a situação no concelho de Lisboa, que o Encontro considerou "como exemplo dos efeitos no distrito da política de desastre nacional do PSD".

Reportando-se aos dados oficiais sobre o número de desempregados registados nos vários Centros de Emprego de Lisboa, o documento verifica que "o número total de desempregados inscritos teve um acréscimo geral (de Maio de 1994 a Maio de 1995) de 12,9 por cento", ou seja, passou de 12.168 para 13.738 desempregados inscritos. A nível de distrito, no mesmo período, o aumento do número de desempregados foi de 21,9 por cento. Quanto ao desemprego juvenil (pessoas à procura do primeiro emprego), o aumento registado no período considerado

foi de 13,1 por cento, "apesar de tudo uma das percentagens mais baixas da média de aumento no distrito".

O Encontro de Desempregados, que decorria ainda à hora de encerramento da nossa edição, divulgou também uma extensa lista (não exaustiva) de empresas encerradas ou falidas e de empresas com reduções de postos de trabalho, testemunho da realidade dos "10 anos de 'sucesso' cavaquista", as novas formas de pressão sobre os trabalhadores, as formas encaipotadas de despedimento e perda de direitos adquiridos, bem como um conjunto de reivindicações a apresentar aos órgãos de soberania e aos partidos com representação na Assembleia da República. Um importante conjunto de questões em que vale a pena meditar em vésperas das próximas eleições, porque não restam dúvidas de que é urgente mudar de política.

Escândalo na colocação dos Educadores de Infância

Mais de 2.000 educadores de infância no desemprego e mais de 1.000 lugares que não são postos a concurso, constituem a prova da degradação a que se chegou neste domínio em resultado da política educativa seguida pelo Governo PSD. A denúncia foi feita esta semana pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), para quem esta situação abre as portas a "atropelos à lei, aos direitos dos Educadores, às colocações discricionárias à margem do concurso, servindo clientelas, reforçando as injustiças e aumentando a instabilidade que se vive entre os Educadores de Infância".

Segundo a Fenprof, no ano lectivo que agora começa a situação repete-se, de tal modo que as prioridades na colocação de Pro-

fessores e Educadores de Infância está a ser deixada ao critério dos serviços, havendo quem cumpra a disposições legais em vigor e quem proceda às colocações segundo pedidos nominais das Câmaras.

Rejeitando que "a estabilidade do pessoal docente" esteja na dependência, "ano a ano, da boa vontade ou das graças dos executivos camarários e doutros que detêm esse poder discricionário", a Fenprof considera que "só o concurso público, com critérios iguais para todos os profissionais, poderá pôr termo a esta pouca vergonha, que em cada ano aumenta as injustiças e promove o clientelismo, atentando contra a dignidade dos Educadores de Infância".

NACIONAL

Gravuras do Côa À espera de Bruxelas

A Comissão Europeia admitiu a possibilidade, há alguns meses, de vir a tomar posição sobre a questão das gravuras rupestres no vale do Côa, designadamente no âmbito das acções previstas no quadro de um programa cultural, o programa 'Raphael', sem no entanto deixar de invocar o princípio da subsidiariedade, que remete para as autoridades nacionais a decisão sobre a matéria. Tal posição surgiu em resposta a uma questão do eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, que este mês voltou a interpelar a Comissão sobre o assunto, dadas as evoluções entretanto registadas.

Alerta Sérgio Ribeiro a Comissão para o facto de se ter agravado "o risco de continuidade da construção da barragem", o que a verificar-se "submergiria o que é considerado inestimável património mundial", assistindo-se a uma operação de marketing autojustificativo em que "se baralham datas, se multiplicam os milhões de contos, se dramatiza o desemprego provocado pela interrupção da construção da barragem". Enquanto isso, sublinha o eurodeputado, no Congresso Mundial de Arte Rupestre, em Turim, o caso das gravuras de Foz Côa foi uma questão central e

a Rede Europeia de Arqueologia pronunciou-se, afirmando que "construir a barragem, secundarizar esse passado único, é ajudar a apagar o passado da União Europeia".

Face à presente situação, Sérgio Ribeiro volta à carga e pergunta à Comissão: "Se não seria da maior oportunidade, e sem qualquer desrespeito pelo princípio da subsidiariedade, tomar uma posição sobre esta relevantíssima questão?" Aguarda-se resposta.

Entretanto, em nota à Imprensa, o partido ecologista "Os Verdes" veio exigir o debate sobre o futuro das gravuras do Côa na campanha eleitoral. Segundo "Os Verdes", "quando os cidadãos se preparam para votar têm de saber escolher face às posições que os partidos assumem perante questões tão importantes como a salvaguarda de património da humanidade". Pela parte que lhes toca, a sua posição é clara: "parar as obras da barragem; pedir a classificação do Vale do Côa como património mundial; continuar os estudos; pagar as indemnizações devidas pelos compromissos assumidos pelo Governo do PSD; avançar para a construção de uma barragem alternativa à da Foz do Côa".

Bairros Sociais Reparar ou demolir?

Um estudo recente do Instituto Nacional de Habitação (INH) revela que 70 por cento dos edifícios dos bairros sociais portugueses sofrem de problemas de humidade "tão graves que é difícil decidir entre repará-los ou demoli-los" - afirmou à Agência Lusa um responsável da organização do simpósio internacional "A Humidade e a Degradação de Edifícios", realizado nos dias 11 e 12 no Porto, e que contou com o apoio do Instituto da Construção e do "Internacional Council for Research Studies and Documentation".

Segundo o responsável, o custo médio das reparações necessárias para os problemas de humidade, que equivalem a 62 por cento das patologias detectadas nos bairros, "ronda os seis mil contos, aproximadamente o preço da construção de raiz de uma habitação social".

O referido estudo indica no entanto que "a qualidade na habitação social cresceu brutalmente nos últimos anos, já que no início da década de 80 os bairros eram autênticos cancros".

O estudo abarca não só os bairros de promoção do INH como os de propriedade camarária.

O simpósio internacional reuniu centenas de especialistas em Engenharia e construção de 22 países para debater a humidade nos edifícios, considerada "o principal factor de degradação dos imóveis".

"A humidade é a principal manifestação das várias patologias que um edifício pode sofrer, provocadas na sua maioria por

erros de projecto ou de construção", referiu Rui Calejo, citado pela Lusa.

Segundo o responsável, a garantia de cinco anos imposta pela lei à construção dos edifícios "é uma melhoria em relação à situação anterior mas não tem correspondência com a realidade", já que "existem produtos como vernizes e revestimentos interiores que é impossível garantir por mais de seis meses a um ano, enquanto há problemas de estrutura que só se manifestam ao fim de mais de uma década e que deveriam ter uma garantia, de no mínimo, 20 anos".

Uma maior responsabilização dos projectistas e vistoria das obras por outras entidades, "nomeadamente gabinetes privados de prestígio", foram algumas das soluções propostas para garantir a qualidade da habitação social.

FOZNAVE SEM SALÁRIOS

Sem receber há três meses, os trabalhadores da Foznave - Estaleiros Navais da Figueira da Foz - continuam a lutar pela viabilização da empresa, apesar do crescente clima de incerteza quanto ao seu futuro ter já forçado grande número de trabalhadores a suspender os seus contratos. Em comunicado recentemente divulgado, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos distritos de Coimbra e Leiria salienta o facto de os trabalhadores terem dado mais uma prova do seu empenhamento com a conclusão do navio palangreiro MARIPESCA, "construído com o sacrifício dos operários da Foznave durante meses em que nunca receberam os salários atempadamente". Recordando que o processo de recuperação da empresa foi aceite pelo Tribunal Judicial da Figueira da Foz, o comunicado sublinha que "importa agora que os credores, à cabeça dos quais está o Estado e a banca, cumpram o que prometeram e viabilizem a Foznave, evitando a sangria de mais postos de trabalho num sector já tão duramente atingido pela recessão".

GREVE NA 'OPÇÃO MAIS'

Uma adesão a cem por cento foi o resultado da greve levada a efeito pelos trabalhadores dos Refeitórios em que a empresa 'Opção Mais' é concessionária, no passado dia 5, como "forma de repúdio pelas irregularidades e ilegalidades" que a administração da empresa vem praticando há meses. Segundo uma nota divulgada pelo Sindicato de Hotelaria, não há um único final de mês em que os trabalhadores recebam o salário na totalidade, efectuando-se os pagamentos "a bochechos", os retroactivos de aumentos salariais não são pagos, as transferências de local de trabalho são uma constante. Perante esta situação, a luta era o único caminho. A adesão registada não deixou dúvidas da combatividade dos trabalhadores, empenhados em defender os seus direitos.

CARREIRA DOCENTE EM TRIBUNAL...

O Provedor de Justiça requereu ao Tribunal Constitucional que "aprecie com força obrigatória geral a inconstitucionalidade das normas contidas nos artigos 14, 15, 24 e 25 do Decreto-Lei 409/89, por entender que violam o princípio constitucional de igualdade". Os artigos em causa respeitam à carreira docente e à transição dos professores então em exercício para a nova estrutura de carreira, cuja consequência foi a colocação de professores já no topo, numa situação "a meio" da nova carreira. A decisão, tomada na sequência de uma queixa apresentada pela FENPROF, reforça a convicção da inconstitucionalidade das referidas medidas, desde sempre apontada pela estrutura sindical.

... E DOCENTES DESPEDIDOS

Três professores de português na Suíça foram recentemente afastados das suas funções, em total desrespeito pela legislação em vigor, denunciou há dias a FENPROF, num comunicado em que acusa os sucessivos ministros da Educação e respectivos secretários de Estado de darem cobertura às repetidas ilegalidades cometidas "quer no que diz respeito à colocação de professores (no estrangeiro), quer à distribuição de horários, quer à contratação local", e de fazerem "ouvidos de mercador" às sucessivas denúncias feitas pelas organizações sindicais sobre "o estado de degradação a que chegou o ensino do português junto das comunidades portuguesas".

Segundo o comunicado, "os concursos efectuam-se sem que exista uma lista de vagas, nem lista de professores colocados, o que permite todo o tipo de ultrapassagens", e as arbitrariedades nos concursos são tantas que vários professores decidiram já recorrer aos tribunais e ao Provedor de Justiça. Exigindo que os docentes afastados sejam reintegrados nas suas funções, a FENPROF chama de novo "a atenção dos responsáveis governamentais para as atitudes de responsáveis de serviços públicos que não se coadunam com um Estado de direito".

PONTE SEM PORTAGEM

Os trabalhadores da Portagem da Ponte 25 de Abril iniciam amanhã, dia 15, uma greve por tempo indeterminado, em mais uma tentativa para desbloquear o impasse em que foram colocados pela necessidade de optarem entre a Função Pública e a Lusoponte. A 15 dias do termo do prazo para tal opção, os trabalhadores continuam a não conhecer propostas de reconversão profissional, nem tão-pouco em que condições lhes será feita a integração na Lusoponte. Após tentativas infrutíferas para desbloquear o processo pela via negociada junto do Ministério das Obras Públicas, e tendo o Governo considerado "imoral" um projecto de Decreto-Lei que permitiria a aposentação bonificada (situação que já se verificou em diversos serviços), não resta aos trabalhadores senão o prosseguimento da luta pela defesa dos seus direitos. A luta, afirmam, "irá prosseguir até que o Governo cumpra o que vem prometendo há mais de um ano".

CGTP defende aumentos salariais de oito por cento

Aumentos salariais de oito por cento e o aumento do salário mínimo em cinco mil escudos e da pensão mínima em quatro mil escudos foram exigidos sábado pela Comissão Executiva da CGTP, em documento divulgado em conferência de imprensa, após uma reunião do respectivo Conselho Nacional em que foi debatida a situação político-sindical. A reunião, iniciada na sexta-feira de manhã, debateu a política reivindicativa da CGTP-IN para os próximos tempos e para 1996, nomeadamente no que se refere à quantificação de valores para a negociação colectiva, para o salário mínimo, para as pensões de reforma e outras prestações sociais, tendo contado, na parte da tarde, com a participação de Emílio Gabaglio, secretário-geral da Confederação Europeia dos Sindicatos, que interveio na discussão sobre vários assuntos comunitários.

No documento de conclusões distribuído à imprensa, a central sindical fundamenta a sua proposta de aumentos salariais de oito por cento "com base na inflação verificada em 1995, na participação nos ganhos de produtividade e na necessidade de aproximação aos salários médios comunitários".

Segundo a CGTP, os salários reais diminuíram 0,3 por cento em 1993 e 0,8 por cento em 1994 e a inflação média no final do ano deverá situar-se entre 4,2 a 4,5 por cento, incluindo a habitação. Considerando que "os salários devem acompanhar o crescimento da produtividade para impedir que volte a baixar a parte salarial na distribuição dos rendimentos nacionais, como tem acontecido nos últimos anos", a CGTP lembra que as previsões da Comissão Europeia apontam para um crescimento de produtividade de 2,5 por cento em 1995 e 1996.

Defendendo que "os aumentos salariais devem conter um factor de aproximação aos salários médios comunitários, por forma a dar expressão ao princípio da convergência real", a CGTP reivindica também um aumento do salário mínimo nacional de cinco mil escudos a partir de Janeiro do próximo ano e que "o pagamento do subsídio de Natal seja igual ao seu valor global". Na determinação deste valor é tido em conta "o não acompanhamento do salário mínimo em relação aos salários médios, violando o acordo estabelecido com o Governo em sede de concertação social", bem como "a perda do poder de compra, o não acompanhamento do salário mínimo face ao crescimento económico e a "função social do salário mínimo que tem por objectivo proteger os trabalhadores contra salários baixos, que impedem uma vida decente".

Outras reivindicações da CGTP respeitam à necessidade de pôr fim aos recibos verdes, aplicar a semana máxima de 40

horas de trabalho e aumentar em quatro mil escudos a pensão mínima da segurança geral.

Por outro lado, a central sindical reclama ainda "a efectivação de compromissos eleitorais feitos pela generalidade das forças políticas", nomeadamente a criação do rendimento mínimo garantido "para complementar a segurança social e impedir que qualquer cidadão fique sem recursos económicos".

A CGTP advoga também que o abono de família seja fixado num valor que represente 10 por cento do salário mínimo (57 contos), e defende que "para as famílias de menores rendimentos e desempregados há que criar apoios sociais complementares". Neste âmbito, propõe-se "o prolongamento do subsídio de desemprego para os desempregados de longa duração que esgotem aquele subsídio".

CGTP refuta irregularidades

A propósito de notícias vindas a público no final da semana passada sobre a inclusão da CGTP-IN numa lista de entidades a quem teriam sido suspensos os pagamentos do Fundo Social Europeu por suspeitas de irregularidades, a central sindical divulgou, na passada sexta-feira, um comunicado manifestando estranheza por tais notícias e refutando a existência de quaisquer irregularidades.

Lembra a central sindical que "todas as acções desenvolvidas pela CGTP-IN no âmbito do FSE decorreram normalmente, tendo as suas contas sido prestadas atempadamente e os seus relatórios de execução nunca levantaram quaisquer reservas", apesar de muitas dessas acções terem sido objecto de "acções de acompanhamento e inspecções sucessivas, por parte de entidades competentes, nacionais e comunitárias".

Existe de facto um processo judicial contra a CGTP-IN, movido pela empresa portuguesa Euritmo, esclarece o documento, por alegadas dívidas por serviços prestados no âmbito da campanha de Higiene e Segurança no Trabalho, financiada pelo PEDIP. Só que a referida acção do PEDIP, afirma a CGTP, se

Os salários devem acompanhar o crescimento da produtividade para impedir que volte a baixar a parte salarial na distribuição dos rendimentos nacionais, como tem acontecido nos últimos anos, defende a CGTP, lembrando que as previsões da Comissão Europeia apontam para um crescimento de produtividade de 2,5 por cento em 1995 e 1996



A CGTP recorda que estes objectivos constam da "Plataforma para uma Nova Política Económica e Social", que apresentou aos partidos políticos em Abril último, sublinhando que "não é possível continuar a manter uma falsa oposição entre o económico (a que se diz não ser possível fugir) e o social (cujos custos há apenas que mitigar)".

Reformados aprovam Carta Reivindicativa

Entretanto, os participantes no Encontro Nacional de Reformados promovido pela CGTP reivindicaram quinta-feira, em Lisboa, o aumento das pensões mínimas, de modo a representarem 60 por cento do salário mínimo nacional.

A Carta Reivindicativa aprovada no encontro defende ainda o aumento das pensões de

forma a melhorar o poder de compra de todos os reformados, bem como a reformulação da fórmula de cálculo das pensões, o pagamento do 14º mês aos pensionistas vítimas de acidentes de trabalho e a revisão das pensões "degradadas" da função pública.

No documento, que vai ser entregue aos partidos políticos e aos órgãos de soberania, os reformados manifestam-se nomeadamente contra a introdução do princípio da selectividade das prestações para a segurança social e de um tecto contributivo; reivindicam medicamentos gratuitos para os reformados com doenças crónicas e para os que auferem pensões inferiores ao salário mínimo nacional, bem como serviços de assistência médica e de enfermagem domiciliários; exigem a criação de mais centros de dia, lares e centros de recuperação para idosos e descontos de 50 por cento nos transportes.

encontra "perfeitamente regularizada", tendo inclusive os respectivos dossiers "sido já aprovados pelas entidades competentes", pelo que a central sindical "aguarda serenamente as decisões do Tribunal sobre as alegadas dívidas".

Estranhando as notícias referentes à suspensão das verbas destinadas aos cursos de formação, a CGTP-IN lembra no seu comunicado que, só em 1995, já realizou "mais de 50.000 horas de formação, que beneficiaram cerca de 2000 trabalhadores, com custos hora/formando significativamente inferiores à média nacional", e que estão a decorrer actualmente, em 17 distritos do país, "130 acções de formação", prevendo-se o início de mais 30 acções durante o mês de Setembro.

Os esclarecimentos entretanto pedidos ao ministro do Emprego comprovaram que a notícia não tinha fundamento, pelo menos no respeitante à CGTP. Estando a UGT a ser alvo de investigações judiciais, estas sim por alegadas irregularidades, parece que há por aí quem pretenda dividir o mal pelas aldeias, metendo no mesmo saco quem não se pauta pelos mesmos princípios de actuação.

Azerbaijão

O supremo tribunal do Azerbaijão decidiu proibir o Partido Comunista em todo o território da República, impedindo assim os comunistas de participar nas eleições legislativas de 12 de Novembro.

Nuclear

Mais de 60 por cento dos franceses continua a opor-se ao reinício dos ensaios nucleares, indica uma sondagem do IFOP, publicada no "Journal de Dimanche".

A sondagem é a primeira sobre o assunto desde o primeiro ensaio realizado no atol de Mururoa, no Pacífico.

Segundo esta mesma sondagem, 59 por cento dos franceses contra 40 por cento pensa que a política do primeiro-ministro, Alain Juppé, é "pouco diferente" (41 por cento) ou mesmo igual (18 por cento) à do seu antecessor, Edouard Balladur.

Esta ideia é defendida por 67 por cento de simpatizantes da esquerda e por 53 por cento dos adeptos da direita.

Sobre o nuclear, os franceses próximos da esquerda declararam-se maioritariamente contra a retoma dos testes. Cerca de 84 por cento julga que é uma política negativa, enquanto 13 por cento considera que é "uma coisa boa".

Pelo contrário, a maioria dos eleitores de direita (59 por cento) aprova o recomeço dos ensaios nucleares. Cerca de 36 por cento considera que se trata "de uma coisa má".

Jornalistas

Pelo menos dezoito jornalistas morreram desde o início do ano na Comunidade de Estados Independentes (CEI), dos quais treze na Rússia, anunciou a Fundação para a Protecção da Liberdade de Imprensa (Glasnost), citada pela agência Interfax.

Oleg Panfilov, membro da fundação, disse que em 1994 morreram 20 jornalistas na CEI. Segundo a Fundação Glasnost, em Agosto deste ano foram assassinados dois jornalistas, feridos 23 e 13 "perseguidos pelo Estado", no território da antiga URSS.

Tchetchénia

Cerca de 16 mil pessoas morreram nos combates entre as forças independentistas tchetchenas e as forças armadas russas, declarou o chefe do governo instalado por Moscovo em Grozny, Salambek Khadjiev. Deste total, seis a sete mil são civis, quatro a cinco mil combatentes tchetchenos e três a quatro mil soldados russos.

Cólera

Mais de quarenta pessoas adoeceram com cólera, na Roménia, após o primeiro caso, registado em inícios de Agosto. A maioria dos casos têm vindo a surgir no leste do país, nas províncias ribeirinhas do Danúbio.

Conferência de Pequim Plataforma de Acção pela igualdade de direitos

Após uma semana de negociações e o debate que se lhe seguiu, a redacção final da "Plataforma de Acção" a adoptar pela IV Conferência Mundial

sobre a Mulher, deverá ser aprovada hoje, na véspera do encerramento da Conferência patrocinada pela ONU.

A IV Conferência Mundial

sobre a Mulher - com delegados de 181 dos 185 países membros da ONU - é a maior jamais organizada pelas Nações Unidas.

As medidas previstas na "Pla-

taforma de Acção" visam "suprimir as desigualdades no domínio da educação", "garantir o acesso aos cuidados de saúde e ao emprego", "acabar com as desigualdades na partilha do poder e na tomada de decisões", "melhorar a imagem da mulher nos media" e "eliminar a violência sobre as mulheres".

Setenta por cento dos 1.300 milhões de pobres existentes no mundo são mulheres e crianças, e apenas nos parlamentos dos países nórdicos (Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca e Islândia) a percentagem de mulheres excede os trinta por cento.

Por outro lado, as mulheres constituem dois terços dos 960 milhões de analfabetos do planeta e, só na Europa, cerca de quatro milhões são anualmente vítimas de agressões.

O reconhecimento dos direitos sexuais como parte integrante dos direitos das mulheres, foi

uma das questões mais polémicas, num debate em que sectores que mais se opuseram a esse reconhecimento argumentaram com a "necessidade de respeitar os diferentes valores religiosos, culturais e éticos".

Embora a expressão direitos sexuais não seja explicitamente referida, o documento saído do debate determina que "os direitos da mulher incluem o de controlar e decidir livremente da sua sexualidade" e da "sua saúde sexual e reprodutiva, sem coerção, discriminação ou violência".

No mesmo artigo, a "Plataforma de Acção" proclama que "a igualdade do relacionamento entre homens e mulheres em matéria de relações sexuais e reprodução, incluindo total respeito pela integridade da pessoa, requerem respeito mútuo, consentimento e responsabilidade partilhada no comportamento sexual e suas consequências".



Pequim foi nestes dias palco de múltiplas manifestações pelos direitos da mulher. Na foto, uma manifestante exige direitos iguais para as mulheres marroquinas

México

Zapatistas vão participar em diálogo nacional

Os zapatistas e o governo mexicano chegaram a acordo sobre uma agenda das negociações para a paz no estado de Chiapas, anunciou o mediano Samuel Ruiz, bispo de San Cristobal.

Uma mesa-redonda debaterá em 1 de Outubro, em San Andres, o tema dos direitos e da cultura das populações autóctones e em 17 desse mês deverá iniciar-se uma segunda série de conversações.

Na véspera do encontro de que resultou este acordo, o presidente mexicano, Ernesto Zedillo, tinha declarado aceitar a participação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no diálogo nacional para a reforma do Estado e a elaboração de uma lei sobre os direitos das populações índias.

A luta dos zapatistas surge estreitamente interligada com outros movimentos reivindicativos dos mais diversos sectores da população mexicana.

Nestes mesmos dias, quando da apresentação do primeiro relatório governamental ao Congresso, dezenas de milhares de mexicanos concentraram-se frente ao monumento à Revolução.

A manifestação foi convocada por mais de 400 organizações.

Presentes, os participantes em todas as grandes lutas em curso: os mais de dez mil trabalhadores da Ruta 100, despedidos há cinco meses atrás, e

de que só um pequeno número aceitou as indemnizações propostas; a intersindical do 1º de Maio, empenhada nas negociações de Outubro para um contrato colectivo da Segurança social (o governo tem um projecto de aumento da semana de trabalho, despedimentos em massa e redução dos subsídios sociais); os estudantes em luta pela entrada na Universidade nacional autónoma do México (cerca de um milhão foram

recusados); as viúvas dos camponeses assassinados quando do massacre de Coyuca de Benitez; os combatentes do EZLN.

Na concentração participou igualmente o movimento do Barzon, criado há cerca de dois anos por pequenos camponeses, que já não conseguiam pagar as suas dívidas à banca.

Actualmente, o Barzon agrupa vários milhões de pessoas em todo o país e exige

a suspensão do pagamento da dívida externa para financiar as actividades produtivas, as pequenas e médias empresas (PME) mexicanas, e defende que a unidade entre índios, camponeses e proprietários "poderá ser um detonador para o país".

Os movimentos de protesto, o diálogo com o EZLN (que uma recente consulta indica ser apoiado por muitos mexicanos), surgem como compo-

nentes da luta popular num quadro de grande degradação socioeconómica.

Nos últimos seis meses o México pagou, para o serviço da dívida, quase 18 mil milhões de dólares (o dobro de todo o ano de 1994). O PIB (produto interno bruto) sofreu uma quebra de 4,5% e a inflação é superior a 50%.

O número de desempregados aumentou de 100%.

Chile

Reprimida manifestação de homenagem a Allende

"A sombra negra do pinochetismo" continua presente no Chile, impedindo a consolidação de uma verdadeira democracia, afirmou Gladys Marin, secretária-geral do Partido Comunista, após a repressão policial desencadeada contra uma manifestação em memória a Salvador Allende.

A polícia utilizou gás lacrimogéneo e canhões de água contra os manifestantes.

Entretanto, Pinochet foi homenageado por uma delegação do exército, aproveitando a oportunidade para responsabilizar pelos crimes da junta militar fascista as suas próprias vítimas.

Segunda-feira passaram vinte e dois anos sobre o sangrento golpe comandado por Augusto Pinochet, que levou à deposição e morte do presidente eleito Salvador Allende, e à instauração da ditadura militar no país.

"Mais cedo do que tarde, se abrirão as grandes Alamedas por onde passará o homem livre, para construir uma sociedade melhor", foram as últimas palavras de Salvador Allende.

Vitorioso o golpe, o estádio da capital foi transformado em campo de concentração. Nos dias e anos que se seguiram, milhares de opositores da Junta Militar iriam ser torturados e sumariamente liquidados nos calabouços do novo poder.

Em 1970, Allende fora eleito presidente com 36,3 por cento dos votos, apesar dos democratas-cristãos manterem a maioria no Congresso dos Deputados.

Em Março de 1973, apenas seis meses antes do golpe de Pinochet, a Frente Popular, força política que apoiava Allende, obtinha 44 por cento dos votos. Um expressivo apoio a uma política que passava pela reforma agrária e pela nacionalização da banca e da indústria.

O golpe militar fascista contou com o decisivo apoio dos Estados Unidos e das multinacionais entretanto nacionalizadas.

Testes nucleares Não obrigado

O imenso protesto que acompanhou a realização do primeiro teste nuclear francês não foi suficiente ainda para impedir a realização dos novos testes previstos. Segundo indicações fornecidas pelos responsáveis civis e militares franceses, o próximo teste nuclear poderá ocorrer num prazo de três a cinco semanas.

Entretanto, em França, cresce o movimento de repúdio pela política nuclear do governo de Chirac.

Uma delegação do Partido Comunista Francês (PCF) entregou no Eliseu dezenas de milhar de assinaturas contra os testes em Mururoa.

Na sequência do encontro com um representante do presidente da República, Jean-Claude Gayssot, da delegação do PCF, sublinhou que a corrida aos armamentos "constitui uma intolerável afronta à miséria, aos sofrimentos e dificuldades de centenas de milhões de seres humanos".

Protestos em Portugal

A realização do primeiro teste nuclear francês no atol de Mururoa desencadeou nova vaga de protestos contra a decisão do governo de Chirac de retomar as experiências nucleares.

Também em Portugal, onde desde o início os comunistas denunciaram este passo na escalada armamentista, se têm vindo a registar diferentes protestos.

O Partido Ecologista "Os Verdes" apela à população portuguesa ao boicote aos produtos franceses e anuncia a realização de iniciativas à entrada dos grandes hipermercados franceses em Portugal.

"Os Verdes" apresentaram ainda na Assembleia Municipal de Lisboa um voto de protesto contra os ensaios nucleares, aprovado por unanimidade, em que se sublinha a "necessidade de contribuir para a salvaguarda do planeta e o respeito dos direitos das gerações vindouras".

A Direcção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) sublinha, em comunicado de imprensa, que "para além de constituir um pretexto para as outras potências nucleares retomarem também os seus ensaios e, assim, relançarem a corrida e a modernização dos armamentos nucleares", o ensaio nuclear no atol de Mururoa "constitui uma afronta aos resultados alcançados pelo Tratado de Não-Proliferação Nuclear, aprovado em Abril passado em Nova Iorque".

O CPPC defende que a "segurança só poderá ser alcançada através de um sistema de segurança colectivo, assente em medidas de confiança e no desarmamento".

Silas Cerqueira falou em Harvard

Silas Cerqueira, membro da presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), visitou recentemente, como docente universitário, algumas das grandes Universidades dos Estados Unidos, no âmbito de um trabalho de investigação sobre a política daquele país em relação a Angola e à África Austral.

A convite do prof. Paul Sweezy, director da "Monthly Review", fez uma palestra para redactores e colaboradores daquela prestigiada revista marxista, desenvolvendo o tema "A Revolução democrática portuguesa de 1974/75 - alguns traços específicos percursos de futuras revoluções".

No mesmo mês, a convite do centro de Assuntos Internacionais da Universidade de Harvard, proferiu naquela Universidade, a mais respeitada do país, uma conferência sobre o tema "Angola, Moçambique e a África Austral vinte anos depois".

Pouco antes de regressar a Portugal, Silas Cerqueira foi entrevistado durante 40 minutos pela Rádio WBAI num programa de grande audiência. A conjuntura angolana, os graves perigos resultantes das violações sistémicas do cessar-fogo pela UNITA e o protelamento indefinido do desarmamento perante a complacência da ONU, dos EUA e das potências da União Europeia, foram alguns dos assuntos desenvolvidos.



Prisão de uma jovem na manifestação contra os testes nucleares, em 1 de Setembro, em Paris

Mensagens à Festa do "Avante!"

Das múltiplas mensagens à Festa do "Avante!", por parte de delegações estrangeiras que estiveram entre nós, ou de outros partidos e organizações, aqui transcrevemos a mensagem deixada por G. Ziuganov, presidente do CC do Partido Comunista da Federação Russa.

À Redacção do jornal «Avante!»

Aos participantes da Festa do «Avante!»

Caros camaradas, amigos!

Os comunistas da Rússia saudam-vos calorosamente e desejam-vos sucesso na vossa nobre acção em defesa dos interesses das amplas massas populares, na propaganda das ideias do socialismo.

Juntamente com os comunistas de Portugal, o seu combativo jornal «Avante!» percorreu um duro, mas glorioso caminho. Leva às pessoas a verdade, precisamente por isso o «Avante!» é um jornal verdadeiramente popular.

Desejamo-vos, caros camaradas, novos êxitos na luta pelos interesses do povo, pelo socialismo.

Também o director do jornal "Pravda", Aleksandr A. Ilhin, dirigiu uma saudação ao "colectivo da redacção do jornal dos comunistas portugueses, o «Avante!», por ocasião da Festa, desejando a todos vós êxitos na luta por uma causa justa, pelos ideais do Partido Comunista Português, pelos interesses dos trabalhadores do vosso país".

Na saudação, sublinha-se "a grave influência que tiveram na situação no mundo e no movimento comunista os acontecimentos dos últimos anos no nosso país, que ainda recentemente se chamava orgulhosamente URSS. Já tive ocasião de escrever que dos fracassos do movimento comunista na URSS não se pode tirar conclusões globais, desanimar por causa dos insucessos dos comunistas neste ou naquele país. O movimento comunista, a influência das ideias comunistas no desenvolvimento do mundo não se limitam a um qualquer país e à sua expe-

riência, apoiam-se na história de todos os países do mundo, e esta história, a dialéctica do desenvolvimento mundial, mostra bem que o potencial comunista não está esgotado, que a humanidade, tarde ou cedo, voltará novamente às ideias da justiça social, da igualdade e da fraternidade. E novamente voltarão a brilhar as ideias da liberdade - reduzida à lei da selva, ao poder do dinheiro, e ao cinismo das relações monetárias e de mercado pela lógica capitalista do dinheiro contado, mas que na realidade resiste a todos estes ideais mesquinhos."

Saudações

Aqui reproduzimos a lista de saudações enviadas à festa do "Avante".

Argélia
Partido da Frente de Libertação Nacional
Movimento Ettahadi
Argentina
Partido Comunista da Argentina
Áustria
Partido Comunista da Áustria
Austrália
Partido Socialista da Austrália
Bulgária
Partido Socialista Búlgaro
Camarões
União das Populações dos Camarões
Chipre
AKEL
Dinamarca
Partido Comunista da Dinamarca
El Salvador
Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional
Finlândia
Partido Comunista da Finlândia
Guiana
Partido do Povo da Guiana
Haiti
Organização Política Lavallas
Hungria
Partido dos Trabalhadores da Hungria
Israel
Partido Comunista de Israel
Irão
Partido do Povo do Irão
Jordânia
Partido Comunista da Jordânia
Líbia
Congresso Geral do Povo da Líbia
Palestina
Frente Popular de Libertação da Palestina
República Checa
PC da Bohemia e Morávia
Rússia
Pravda
Sahara Ocidental
Frente Polisário
Síria
Partido Comunista da Síria (B)
Suécia
Partido da Esquerda
Suíça
Partido Suíço do Trabalho
Zimbábue
União Patriótica Nacional do Zimbábue

Argélia

Dez dos 11 jornais diários da Argélia suspenderam as suas edições, respondendo assim a um apelo para uma greve de três dias lançado pela Associação dos Editores Argelinos (AEJ), em protesto contra o assassinio de jornalistas no país. O apelo da AEJ foi lançado na sequência do assassinio de Said Ibrahim, 35 anos, jornalista da televisão estatal argelina, e da sua mulher, Radja, 25, funcionária na mesma estação.

Estas mortes elevam para 52 o número de jornalistas e profissionais associados ao sector vítimas da onda de violência fundamentalista islâmica iniciada na Argélia em 1992.

Ao convocar esta greve de protesto, a AEJ frisou que, nos últimos anos, "a imprensa argelina pagou um terrível tributo à luta pela liberdade e pela democracia".

Entretanto, uma greve de 24 horas convocada pela central sindical UGTA, para protestar contra o elevado custo de vida, contou com uma adesão de quase 100% no sector dos transportes públicos e dos Correios.

A central sindical convocou "esta jornada de protesto para denunciar a deterioração do poder de compra dos trabalhadores", confrontados com uma inflação sem precedentes, após a liberalização do comércio.

A greve serviu para protestar igualmente contra a privatização das empresas públicas, decidida pelas autoridades e aprovada pelo Conselho Nacional de Transição, e que já levou ao despedimento de milhares de trabalhadores.

Palestina

Negociadores israelitas e palestinos prosseguem os esforços para chegar a um acordo global sobre o alargamento da autonomia palestina na Cisjordânia.

Seis grupos de trabalho mistos reuniram-se em Eilat, estância turística israelita junto ao mar Vermelho, para tratarem das questões de segurança, poderes civis, economia, questões legais, eleições palestinas e cooperação.

A semana passada, um encontro entre Arafat e Peres, em Taba, Egipto, foi inteiramente dedicado à questão de Hebron, onde Israel quer manter as forças militares. A cidade palestina de Hebron, com 120.000 habitantes, conta com uma colónia de cerca de 400 judeus.

Colômbia

Segundo o procurador geral, Alfonso Valdivieso, um inquérito entretanto realizado comprova que o dinheiro da droga infiltrou, não apenas os meios futebolísticos, mas também o desporto automóvel, o ciclismo e a tauromaquia, utilizados para branqueamento do dinheiro proveniente do negócio com a cocaína.



O País julgará os que preferem falar sozinhos

«Sacudindo as responsabilidades, a RTP manteve a posição já anunciada de não permitir a minha participação no debate, com argumentos que, no fundo, revelam um enorme escândalo.»

«É uma atitude lamentável e inadmissível de um serviço público de televisão que acaba por confessar que não tem vontade nem decisão própria e que não tem vergonha de estar às ordens das combinações de dois partidos, o PSD e o PS.»

«O país fica a saber que pela nossa parte fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para que o debate de hoje, em vez de ser um arranjinho laranja e rosa sustentado no silêncio de outras vozes, fosse uma confrontação verdadeiramente pluralista de propostas e projectos; para que este debate, em vez de ser um triste momento de sombra e intolerância, pudesse ser uma afirmação forte da nossa democracia, como os portugueses mereciam.»

«Não tenho a mínima dúvida de que a grande maioria dos por-

tugueses compreende esta minha diligência e partilha da nossa indignação com esta injustiça e com esta discriminação antidemocrática.

«O país julgará os que preferem falar sozinhos porque querem que ganhe a mesma política que defendem, porque têm medo da verdade e da diferença, porque têm medo de quem lhes estrague a encenação que hoje vão fazer.»

«O país julgará os que já se comportam como se fossem donos da televisão e do país e como se fossem polícias da consciência e da liberdade de escolha dos eleitores.»

«Voltamos a apelar a todos os cidadãos para que em nome dos valores democráticos façam hoje ouvir a sua indignação e o seu protesto.»

«E, na continuidade desta luta que, repito, não é apenas uma luta do PCP mas a causa da decência e da democracia do processo eleitoral, anunciamos a realização, no dia 13, de uma concentração de protesto em frente às instalações da SIC, à hora do segundo debate.»

Declarações de Carlos Carvalhas à saída da RTP, na semana passada.

Sacudir a água do capote...

«O PS, no intuito de se furtar ao pagamento do preço político correspondente a esta sua reprovável negociação com o PSD, veio agora dizer que a principal recusa de debates a quatro partiú do PSD e que o PS até teria aventado a hipótese de um debate a quatro.»

«Melhor seria que o PS nos poupasse a todos de semelhante manifestação de hipocrisia e falta de respeito pela verdade, porque a

verdade é que o PS e o eng. António Guterres, ao longo de meses, em sucessivas declarações e «desafios», sempre concebeu os debates televisivos como instrumento de promoção de uma bipolarização PS-PSD que existiria nos media mas não existe nem na acção prática, nem nas propostas fundamentais, nem no projecto político, nem na disputa eleitoral.

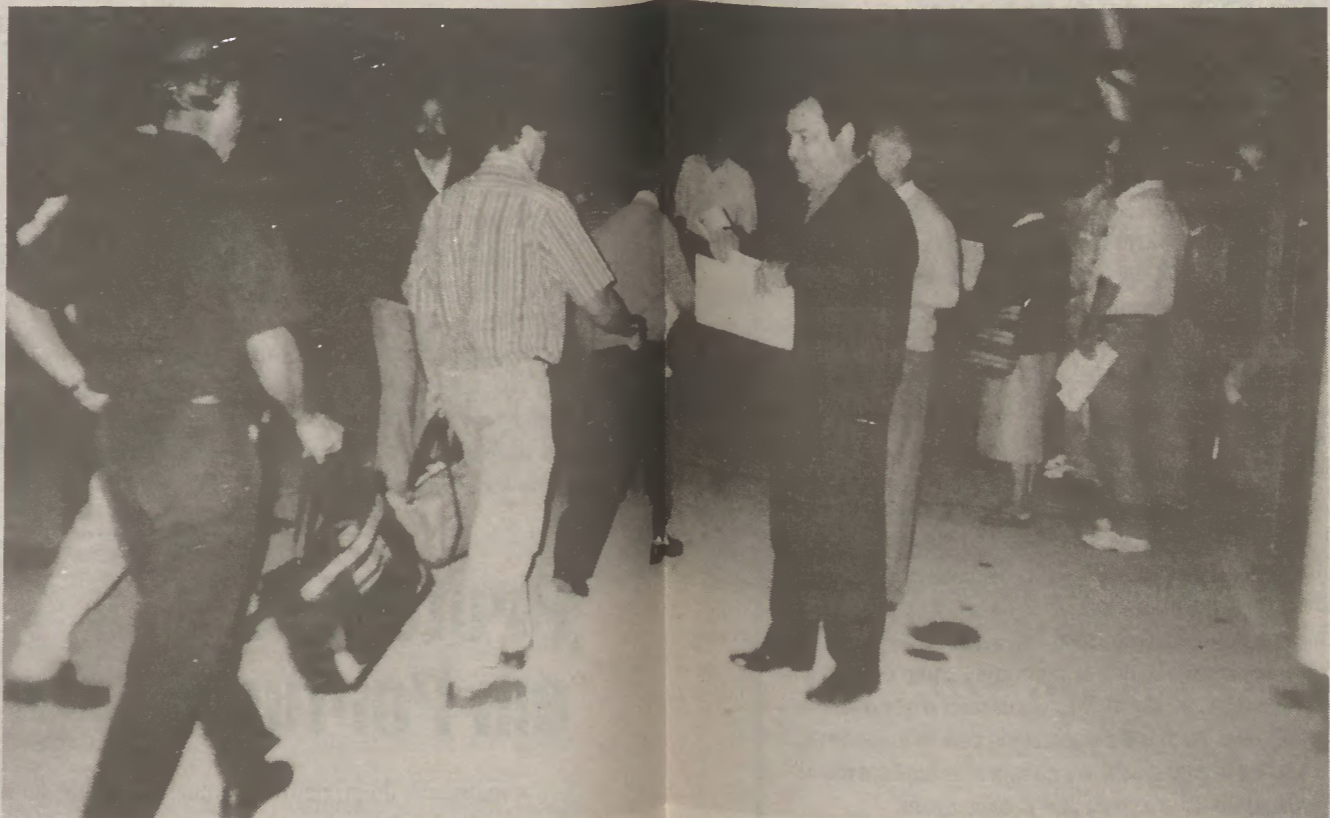
«Porque a verdade é que o PS, tendó, já depois de conhecidos os resultados de sondagens sobre este tema, alegado, entre muitas variantes, mas que incluía um debate a quatro mas sempre seguido de um debate Fernando Nogueira-António Guterres, essa sua variante nem durou meia hora porque logo se deu... o acordo final entre os dois partidos...»



Carlos Carvalhas no comício da Pontinha

«Agora, depois das palavras do Presidente da República e da indignação popular, continua a sacudir a água do capote...»

Luta, diálogo e festa



Candidatos CDU solidários com a luta dos trabalhadores da Renault

O camarada Ruben de Carvalho, candidato da CDU pelo distrito de Setúbal, e outros companheiros de lista — Manuel Véstias, membro da CT da Renault, e Vicente Merendas, da CT da Lisnave, distribuíram comunicados da CDU à porta da Renault, aos trabalhadores que iam entrar no primeiro turno. Era ainda madrugada, na passada segunda-feira, quando os candidatos, que assim mais uma vez mostravam a solidariedade dos comunistas e dos seus aliados à luta dos trabalhadores daquela empresa, ali se deslocaram acompanhados por José Manuel Maia, vice-presidente cessante da Assembleia da República e membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, por dirigentes sindicais, como Eduardo Tavares, dos Rodoviários, e José Hermenegildo, dos Metalúrgicos, por membros da CT da Renault, como Carlos Ricardo, por autarcas, como a vereadora Regina Marques, o Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Carmelindo Elias, e Manuel Damásio, membro da Junta de Pontes e Alto da Guerra, e ainda por Valdemar Santos, do CC e do Executivo da DORS.

Os trabalhadores da Renault conhecem bem os comunistas e por isso mesmo receberam os comunicados com a natural confiança de quem reconhece os seus aliados nesta luta. Não se tratava, ali, de uma acção de campanha, mas de uma demonstração de solidariedade dos candidatos CDU do distrito. O texto do comunicado, manifestando essa solidariedade, afirmava:

Os mais recentes desenvolvimentos na fábrica da Renault de Setúbal constituem mais uma demonstração dos resultados desastrosos da política seguida na última década pelo cavaquismo e a incapacidade deste Governo — ou de qualquer outro que prossiga idêntica orientação — para resolver os grandes problemas que se colocam ao distrito de Setúbal, ao seu aparelho produtivo e à situação do desemprego aqui vividos.

A administração francesa da Renault prossegue sistematicamente o projecto de desactivação das suas unidades em Portugal, contrastando frontalmente todos os compromissos assumidos. Se esta acção — que põe em causa centenas de postos de trabalho no já duramente afectado distrito de Setúbal — é inaceitável, o comportamento do Governo é a demonstração do total fiasco da sua acção.

O Governo português, depois de ter concedido à Renault facilidades e créditos excepcionais no quadro de acordos que agora são negados pela empresa francesa, revela-se incapaz; não apenas de zelar pelos interesses das centenas de trabalhadores portugueses envolvidos, como de impor o respeito pelos próprios recursos do Estado envolvidos na operação.

É particularmente grave e sintomático da real ou alegada incapacidade do Governo a sua anunciada intenção de recorrer aos tribunais no sentido de resolver o diferendo: sabe o Governo e sabe toda a gente que semelhante solução não só não salvaguarda a determinante manutenção dos postos de trabalho, como fará arrastar o caso por anos numa situação que apenas beneficia a administração da Renault.

A CDU do distrito de Setúbal — de cuja lista de candidatos a deputados faz parte Manuel Véstias, membro da Comissão de Trabalhadores da Renault/Setúbal — manifesta o seu integral apoio à luta dos trabalhadores da Renault, apela à solidariedade de todos os trabalhadores e da população e sublinha que a situação criada nesta empresa revela uma vez mais a urgente necessidade de os resultados eleitorais do próximo dia 1 de Outubro se traduzirem numa clara derrota da direita e da sua política e na criação de condições para a formação de um Governo democrático com uma política democrática ao serviço dos trabalhadores e do País, para o que é essencial uma forte votação na CDU — Coligação Democrática Unitária.



Deficientes Comunistas lançam desafio

Numa sessão pública em que, para além do camarada Jaime Félix, do CC, e de outros responsáveis do sector, participou o secretário-geral do PCP, a problemática dos deficientes foi largamente abordada. Aconteceu na passada sexta-feira, no CT Vitória, em Lisboa. E um desafio foi lançado pelos comunistas — que todas as forças políticas aceitem discutir estes problemas, a nível nacional, em cada concelho do país. Quanto ao PCP, tem propostas claras, desenvolvidas no seu Programa Eleitoral, para além de um vasto trabalho realizado a diversos níveis. O PCP, que assume o compromisso de continuar a lutar pelos interesses dos deficientes, apresenta numerosas propostas a levar à prática, nomeadamente a adopção de uma nova definição para a deficiência; a adopção de uma lei antidis-



criminatória; legislação que estabeleça as regras de financiamento por parte do Estado às organizações de deficientes; a criação de um cartão nacional de deficiente e a adopção de uma política nacional de reabilitação.

Toxicodependência Eliminar as causas



Carlos Carvalhas, acompanhado do deputado e candidato Octávio Filipe e de outros camaradas, visitou na passada quinta-feira o Centro de Atendimento de Toxicodependentes das Taipas, em Lisboa. Mais uma oportunidade para se inteirar dos problemas da toxicodependência, questão à qual os comunistas dispõem especial atenção.

No Programa Eleitoral do PCP, o problema é abordado e algumas medidas são apontadas no sentido da prevenção da toxicodependência e do combate ao tráfico de drogas: uma política geral que contribua para eliminar as causas das vulnerabilidades; um verdadeiro plano nacional de prevenção da toxicodependência e combate ao tráfico; a aprovação de uma lei-quadro de prevenção primária; a criação de uma rede nacional pública para o atendimento, o tratamento e a reinserção social; o estabelecimento da cobertura nacional suficiente de apartamentos terapêuticos (casas de saúde) e a promoção de um vasto programa de reinserção social, são entre muitas outras, algumas das propostas do PCP no âmbito do combate à toxicodependência, um combate que deve considerar o toxicodependente como um doente que é preciso ajudar.

Cultura popular

Em Paio Pires, na Sociedade Filarmónica 5 de Outubro, Carlos Carvalhas, acompanhado de Ruben de Carvalho, candidato por Setúbal, Eufrazio Filipe, presidente da Câmara do Seixal, e vários dirigentes locais do Partido, assistiu, na passada sexta-feira, ao primeiro ensaio desta época da banda da colectividade.

Nas breves palavras que dirigiu aos presentes, o secretário-geral do PCP elogiou o trabalho das autarquias junto das colectividades, realçando o papel que estas desempenham na promoção da cultura ao nível das comunidades



Fado na Amadora

Grande Noite de Fado. Foi na noite de sábado passado, na Amadora, na Fábrica de Cultura. Momento de fado, com Rodrigo, mas também momento político, em que participou Carlos Carvalhas e esteve presente o camarada Orlando de Almeida, presidente da Câmara Municipal.

Palavras e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

Flores de Campo Maior

No extremo leste do Alentejo queimado, após ondas de restolhos amarelos e de chaparros quietos e duros como esculturas na solidão dos plainos, surgem os olivais, que uma brisa muito morna ondula, e os escalvados cabeços da Estremadura espanhola. O castelo medieval de Campo Maior e a Igreja Matriz erguem-se sobre a alvura imaculada da vila. À entrada, os automóveis são desviados para improvisados parques de estacionamento. Vai começar a Festa das Flores e ali afluem centenas de milhares de forasteiros de todo o País e até alguns nórdicos louros e castelhanos palradores.

Após a visita obrigatória à Igreja Matriz, de um barroco primitivo, e à inquietante Capela dos Ossos, deambulo pela povoação que, já de si bela, com casas antigas e janelas de frontão, na parte histórica, onde se abrem alguns pátios com formosas talhas de barro, maiores do que um homem, buganvílias nas paredes, colonelos e ferros forjados, toda ela ferve de entusiasmo. Começa a azáfama: as ruas vão-se fechando uma após outra, lá conseguimos passar graças à lábia dos nossos anfitriões, e as flores, nalguns lados, aparecem já em coloridos docéis, ao alto, ou em grandes vasos encostados às paredes. São rosas, cravos, malvas, viçosas grinaldas que o róseo crepúsculo ilumina; hera e junquinhos, aéreos jardins, sonhos de papel entretecidos com fios de arame. O cartão imita o ferro. O azul rivaliza com o amarelo e com o branco nas tranças de pétalas, que vão ainda sobrepujar barcos e estrelas.

Pouco a pouco vem toda a gente para a rua e a seiva que sobe pelas falsas plantas é a vontade do povo de Campo Maior, que, com a sua alegria, a sua tenacidade, o orgulho na sua terra, está pondo de pé este milagre.

Músicas estridentes, do rock às saias, ao novo nacional-cançonetismo e, valha-nos isso, às modinhas alentejanas ou a algumas vozes locais que até são bonitas, enchem as ruas estreitas, onde começam a acender-se as luzes eléctricas e a aragem leve desloca, como cisnes, as brancas corolas de flores que a todos sorriem.

Entre o som e o pensamento balança a euforia da festa. Fora do perímetro das ruas decoradas, que o próprio povo vigia, com a ajuda de um ou outro guarda republicano, acumula-se a multidão dos forasteiros, aguardando o fim dos trabalhos para poder penetrar naquele pequeno mundo de flores cada vez mais densas, tupidas, quase reais.

Foi em Janeiro que se tomou a grande decisão; cada rua, em segredo, programou o seu espectáculo; e logo todas as mulheres se lançaram ao trabalho, desenhando, cortando, cosendo as miúdas maravilhas que aqui estão, que se vão acrescentando ao jardim suspenso, enquanto a noite avança e o verde luar se mistura já aos efeitos da fada electricidade.

Cá fora, no jardim público, muitas pessoas comem os seus farnéis, a sua ceia, ou deitam-se, para dormir, na fofa relva. Há ainda quem emborque canecas de cerveja, quem se encha de café para seguir mesmo de longe a floração da longa noite.

Amanhã será o deslumbramento, o dia penetrará em fogo por entre as mágicas rosas e as violetas e, antes que os altifalantes de novo estreondeiem, dará a palavra às flores, a todas as flores de todas as ruas, para uma semana de festa.

Veio a chuva, é certo, dois dias depois.

Mas as flores de Campo Maior, feridas, desbotadas algumas, enxugaram as lágrimas, curaram as cicatrizes e lá ficaram, com sua ilusão de perfume e de carícia, até ao último dia, com o povo a dançar, a cantar, a viver em fraternidade.

A «bipolarização», o dueto, a hipocrisia e outros pecados

A «bipolarização» artificial da vida política nacional, produto dos laboratórios multinacionais de marketing político da direita e importada para «seguro de vida» do domínio do capital financeiro, foi, na semana que findou, sujeita a um teste que os respectivos autores, actores e aproveitadores não esperavam se viesse a revelar semelhante fracasso.

Meses a fio, PS e PSD encenaram a espectacularização da sua política, a respectiva protagonização obsessiva e a redutora, mistificadora e anti democrática «bipolarização».

Inventaram as «candidaturas a primeiro-ministro», simularam a divisão do país entre o congresso do entrudo de Nogueira e as cortes gerais do Guterres, entre a postura de querubim humanizado do Fernando e a liderança personalizada «que sabe o quer para o país» do António, entre a imagem branqueada do «homem de confiança» e o perfil do «estadista» de «razão e coração».

Transformaram a actividade política numa feira de vaidades, num desfile de encenações mediáticas, substancialmente inócuas mas perversas, formalmente incolores e modernças, à compita pelo share de audiências, entre a Pontinha e o Pontal entre o Guterres e o Nogueira; entre o colgate e o pepso-dent, entre o «cenas de um casamento» e o «despedida de solteiro».

Como ensina o «Manual de Telejornalismo» da SIC fez-se os impossíveis para «combinar a carga emocional inerente à mensagem televisiva e a sua apresentação como um verdadeiro espectáculo informativo». Ou seja, para parte significativa dos «media», afectos à «ideologia publicitária», tratou-se de produzir este país em rosa alaranjado, ou vice-versa, tratou-se de substituir a realidade plural da vida social e política pela espectacularidade do «sucesso mediático» dos actores Nogueira e Guterres, tratou-se de passar um «atestado de credibilidade» à respectiva (in)capacidade política e promover assim a famigerada «bipolarização».

Mas chegou o «dia das surpresas» quando a manobra culminante desta «bipolarização» de plástico naufragou nos escolhos da realidade, quando o longo e silenciosamente combinado «debate Nogueira Guterres», que devia constituir o momento decisivo na intimidação televisiva dos não afectos ao PS e PSD e respectiva arregimentação por um ou outro dos actores/aproveitadores da encenação, se viu posto em causa pela generalidade da opinião pública.

Porque o nosso povo, mesmo o que vota PS ou PSD, entende que a realidade política é plural e comporta pelo menos quatro forças com peso na solução política e institucional que vier a resultar das eleições de 1 de Outubro.

Porque o próprio Presidente da República, nalguns casos indignamente silenciado pelos «media», veio a público manifestar a sua discordância desta vergonhosa exclusão antidemocrática.

Porque o PCP, com serenidade, firmeza e argúcia, assumiu a denúncia e o combate frontal à discriminação urdida pelo PS e PSD, com a conivência da RTP e da SIC, e fez fracassar a golpada de «bipolarização» artificial para silenciar a CDU.

Ainda por cima o «dueto» revelou-se um dueto. O rei na barriga que fez Guterres e Nogueira encenar o espectáculo, tipo combate combinado de luta livre americana, tornou-o um verdadeiro soporífero, ajudou a comprovar a grande semelhança das políticas essenciais do PS e PSD e contribuiu para o desencanto com a mistificação «bipolarizadora».

E, neste quadro, confrontados PS e PSD com o descrédito do seu esquema de debates «bipolarizadores», ei-los com desconcertante hipocrisia a renegar a criança.

Pois que não senhor. O PS, que há anos insiste neste aberrante modelo de entorse ao debate democrático, que obviamente guloso, com mais olhos que barriga, tudo queria ganhar nesta fantochada, jura que nunca quis outra coisa que debater a quatro. Mas mantém o debate de 13 na SIC na esperança de que Guterres desta vez tenha tudo empinado.

Pois que até o PSD, que sempre fugiu como o diabo da cruz de tudo o que se assemelhasse a debater o que quer que fosse, com fosse quem fosse e sobretudo com os comunistas, passou agora a aceitar o debate a quatro. Mas também não se desvincula do dia 13, que para pior já basta assim.

E a SIC e a RTP e a TVI, todas querem um debate a quatro, todos são modelos de virtude, nenhuma fez nada, nem agora, nem ontem, para que a vida política fosse artificialmente «bipolarizada», para que a democracia fosse distorcida em favor de PS e PSD.

Mas nada mudou, o coro de «arrepentimentos» é uma monumental manobra de diversão. Nem PS nem PSD, que têm a faca e o queijo na mão, nem SIC, nenhum dá um passo para efectivamente repor a justiça e a equidade no debate político no único momento em que tal seria possível, no dia 13 de Setembro.

Por entre tanta hipocrisia, tanto sem-vergonhismo, tanto sacudir a água do capote, coube a José António Lima do «Expresso», Vicente Jorge Silva do «Público» e Emídio Rangel da SIC falar claro e explicitar o quadro ideológico dos «bipolarizadores»: que de facto o PCP é um «pequeno partido», que se exclui a si próprio e bem merece ser excluído do «debate democrático» e que é excluído porque a SIC, cheia de empáfia megalómana de «rede Globo», assim «decide» para bem da «bipolarização».

Mas o rei vai nu! A decisão de excluir o PCP é de facto de Guterres e Nogueira, para vergonha de ambos, que nem sequer se atrevem a assumi-la.

■ Carlos Gonçalves

A Democracia dos Marcelos

Marcelo Rebelo de Sousa está finalmente mais feliz: o PCP conseguiu esta semana fazer passar a sua mensagem, o que, como é óbvio, é um fenómeno estranho que nada tem que ver com o facto de os media lhe terem de dar mais espaço na comunicação social. Ele comenta aliviado: «Já não era sem tempo».

Mas vai mais longe, o ilustre comentarista do PSD. Preocupado com a degradação da vida democrática do País; certamente reflectindo no facto do indigente Baião da SIC ter mais audiência que o Nogueira e o Guterres juntos; escandalizado inevitavelmente com a perversão do funcionamento normal da vida democrática que representa a discriminação, designadamente do PCP, dos debates televisivos; certamente receptivo ao protesto de Guterres pela discriminação de que o PS foi vítima na RTP face ao PSD; perplexo, no entanto, com o facto de a discriminação do PS não ter sido, porém, suficientemente forte para dissuadir o Guterres de deslizar para a situação de cúmplice do PSD e das televisões na distorção das regras democráticas, o nosso «cientista» político, inquieta-se, perturba-se, incomoda-se, aconselha e, generoso democrata e pluralista, afirma: «Eu já tinha dito que deviam arranjar alguém do Partido Comunista. Fica aqui dito que, embora «laranjinha», acho que deve haver *opinion makers* do PC».

Respiramos todos mais profundamente. Nem tudo vai mal

no «reino da democracia portuguesa», quando assistimos a tal desassombro político!!

São assim estas «estrelas fulgentes» da comunicação social!!

O PCP está melhor hoje do que ontem.

Não, não é devido à força que a Festa do «Avante!» demonstrou. Não, não se trata da demonstração de vitalidade que a Festa evidenciou. Não, não se trata da adesão entusiasta da juventude que o comício mostrou. Não, não se trata da manifesta solidariedade internacionalista que a presença de dezenas de delegações de Partidos Comunistas e de outras organizações políticas progressistas expressou. Não, não se trata da afirmação da coerência, da firmeza, do respeito pelos seus valores históricos e da capacidade de caminhar para o futuro, ao encontro da esperança dos Homens, expressa nas palavras dos dirigentes do Partido.

Nada disso. Tudo isto são insignificâncias!!

Hoje, nós, os comunistas, estamos mais serenos porque apesar de «fantasmas» e fantoches, o inefável Marcelo, com grande tolerância e espírito cívico, concede-nos o direito à palavra!

E que seria de nós, camaradas, apesar da resistência a 48 anos de fascismo, se não fora esta boa alma?!

■ Carlos Amaro

De conferência em conferência...

■ Ana Paula Assunção
Dirigente do MDM

Não deixemos para amanhã o que devemos fazer hoje!

Em 1975, deu-se início a um ciclo regular de conferências mundiais em que a mulher surge como tema central e onde se foram apontando objectivos que, subscritos pelos países presentes, deveriam, numa forma progressiva, inserir e integrar as mulheres no conjunto global das políticas nacionais. Mas se destas boas intenções (que nada têm de mal), declarações, convenções ou recomendações que a nível mundial se vão produzindo sobre a mulher, ainda se constatou (Reunião preparatória da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em Estrasburgo) que se registam recuos na participação política da Mulher, então há que aproveitar novamente este contexto da nova Conferência Mundial sobre a Mulher, de 4 a 15 de Setembro, em Pequim para, a nível nacional, aprofundarmos e avaliarmos também a aplicação e construção dessas metas para a participação e valorização da Mulher e desmistificar os discursos e procedimentos do Governo de Cavaco Silva, em nome da Mulher (!!).

Embora em 1976/77 Portugal tenha sido um dos primeiros países a nível europeu a criar a Comissão para a Condição Feminina, directamente na dependência do 1º Ministro para as questões das Mulheres (cumprindo o Plano de Acção Mundial), hoje (e a partir de 1991) já esta Comissão se designa por Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, dependendo agora do Ministério do Emprego e da Segurança Social. O Plano Global para a Igualdade, anunciado por Cavaco Silva, nunca passou do papel. E a secundarização dos problemas das Mulheres tornou-se clara.

Mas não foi só isso que não passou no cumprimento dessas metas da promoção da igualdade, propostas pelas Nações Unidas.

Aliás, nesta política cinzenta e tristonha que enfada as portuguesas e os portugueses nos últimos dez anos, que tem vindo a ser cumprido?

Qualquer que seja o domínio, do económico-financeiro ao social ou educativo, apreciar a situação da Mulher (da sociedade no global) em Portugal é concluir, sem grande dificuldade, que o papel diz uma coisa, a Lei outra, a sua aplicação, uma surpresa maior.

E isto sem ir buscar as tais declarações ou recomendações mundiais que o Governo Cavaco Silva assinou em 1990, em Resolução do Conselho de Ministros de Novembro, "imprimir uma renovada dinâmica às estruturas da política familiar", foi a decisão para a Comemoração do Ano Internacional da Família, para 1994.

Em 1994, Portugal, as portuguesas, os portugueses, as famílias não souberam o que isso significou: o balanço foi o de um ano (mais cheio de problemas a nível de creches, de jardins infantis, de desemprego para educadores de infância, de desemprego generalizado, de não respeito e cumprimento das leis da maternidade/paternidade, de agravamento dos preços dos medicamentos e outros bens de 1ª necessidade, de grande precariedade de emprego, da continuação da existência do trabalho infantil (apesar da evidente mentira do Governo que diz não existir tal coisa...) etc., etc.

Em 1994, realizou-se a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, no Cairo; o Governo subscreveu novamente as conclusões. Uma delas remetia para a consideração do aborto como sendo um problema de saúde pública, mas a realidade é esta: nada foi alterado, apesar da conclusão mundial...

Efectivamente, as Conferências Mundiais, porque representando a maioria dos países, a maioria das vontades (por mais díspares os governos e suas ideologias) tendo por objectivo comum a real promoção e valorização da Mulher, não podem deixar de ter peso na longa luta por esta meta da igualdade.

as Mulheres (que o são todo o ano e não apenas, por consideração especial em vésperas de eleições ou das tais reuniões mundiais, em que é preciso dizer o muito que se fez...) continuarem

Mas é importante não ficarmos à espera que destes consensos venha a luz, porque os consensos (e a História tem-no demonstrado) são só a nível de intenções.

A realidade é outra: não podemos deixar para uma amanhã longínquo o que pode começar já hoje a ser realizado.

O que está em causa

O que está em causa é, dentro do país, de cada país,

e lutarem por efectivas políticas integradoras das suas preocupações na sociedade. Exigirem. É possível alterar políticas, é possível mudar governos! Também em Portugal. Dúvidas, quem as tem?

Fala-se muito das Organizações Não Governamentais, do seu papel, da sociedade civil. A ver vamos. E qual a forma de influenciar?

Qual o mecanismo que assegura e concretiza as preocupações das ONG, relativamente às questões das Mulheres?

As ONG não substituem governos ou remendam as suas imperfeições. As ONG deveriam fazer parte reconhecida do conjunto de mecanismos legais que discutissem, aprofundassem e fiscalizassem as políticas nacionais, no que às mulheres dissesse respeito.

Mas se nem sequer lhes é reconhecido o estatuto de parceiro social, como chegar até à influência da decisão?

O PCP apresentou um projecto para reforço dos Direitos de Associações de Mulheres, que consagra esta questão, dando-lhes lugar no Conselho Económico e Social. Por falta de vontade política dos restantes partidos, este projecto caiu com o fim da legislatura.

A realidade é esta: o discurso é um, a política outra.

As mulheres, os homens, a grande maioria do povo português não vive feliz; não tem razões para dar continuidade a mais um governo laranja.

Existe uma democracia política, económica, social e cultural consagrada nos princípios da Constituição Portuguesa.

Independentemente da Plataforma de Acção que, em Pequim, os 181 países subcrevam, onde já se sabe que a necessidade de integrar as dimensões de igualdade de oportunidades entre Mulheres e Homens na política, planeamento e execução a todos os níveis e em qualquer área da governação é um dos pontos fundamentais independentemente, de na próxima revisão do Tratado de Maastricht, em 1996, já se pensar introduzir no seu preâmbulo o princípio da igualdade entre os homens e mulheres, cremos que existe um dado irrecusável; o nosso país tem uma Constituição que consagra já princípios fundamentais sobre igualdade. É preciso não esquecer. É preciso relembrar.

O silêncio é grande

Começámos por falar do ciclo de Conferências Mundiais, a nível governamental, de Foruns das ONG, de conclusões e recomendações, mas e a população, o país real, que sabe disso?

Nestes dias da Conferência Mundial sobre a Mulher, que se sabe das preocupações do Governo português? Da sua avaliação sobre o seu próprio trabalho? (O silêncio é grande...)

Então vamos nós fazê-la, em Outubro, no nosso boletim de voto: injustiças, violências, discriminação não existem apenas "lá fora", no país irreal dos Telejornais ou dos debates pseudodemocráticos; Portugal merece um vento de mudança. O PCP, a CDU têm um longo trabalho feito inequivocamente a favor da Mulher, da Sociedade. A sua actividade na Assembleia da República assim o comprova.

É preciso a certeza de que a Constituição e as Leis vão ser cumpridas.

Em Outubro há que dar lugar à cor, à esperança.

Dar mais força à esquerda, reforçar a CDU é o caminho, é um novo dia.

As mulheres, a sociedade, merecem isto!



■ Zillah Branco

Muito lustro e pouca sola

Nesta catastrófica despedida governamental em que a terra queimada fica como símbolo não só da incompetência como da estratégia política seguida nos últimos 10 anos de dedicação exclusiva à defesa dos interesses e da aparência de uma classe privilegiada, paira a pergunta: que caminho escolher nas próximas eleições?

Estamos de acordo com o ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, que no dia 29 de Agosto afirmou não ser ele o responsável pelos incêndios que já devastaram cerca de metade da área florestal do país. Não é pirómano. Mas dá a dizer que a responsabilidade cabe aos proprietários privados que não limpam nem abrem vias de acesso às matas, exige uma explicação. Digamos mais honestamente que a responsabilidade divide-se entre o governo, que nestes 10 anos não foi capaz de criar o plano de defesa das florestas que agora anuncia como trunfo eleitoral, os mais de 600 proprietários privados que ou não receberam apoio técnico do Estado para prevenir incêndios ou não foram obrigados a aplicar uma tímida legislação preventiva, a população em geral que não se deu conta de que o Governo era incompetente e se deixou ficar na dependência dos bombeiros voluntários, alguns elementos que exercem livremente as suas loucuras incentivadas por uma educação telecomandada pela comunicação social, e, provavelmente, os executores de uma estratégia criminosa com vistas a benefícios financeiros que o sistema capitalista alimenta. O ministro não ateia o fogo, mas é um dos responsáveis directos de toda esta situação que condiciona uma população des-governada.

Resumindo, o governo PSD não cumpriu a sua missão elementar de proteger os bens nacionais e cuidar do desenvolvimento cultural da população. Gabou-se de receber um rio de dinheiro da União Europeia (2 milhões de contos por dia, fora os subsídios específicos) que não foi utilizado para garantir a água nas barragens do Alqueva e Enxóe (além de aplicar medidas hidrológicas para que os caudais que têm sido transformados em esgotos industriais não se percam a caminho do mar) ou para criar uma estratégia de formação cívica da população para que ela tenha condições de aproveitar as inovações dos planos de desenvolvimento nacional. Agora apresenta como diploma da sua capacidade de gestão um conjunto de estradas próprias para um país rico como os trajes de carnaval a enfeitarem os sonhos de uma população que vive o ano todo na miséria. Lustraram bem as botas e esqueceram-se de tapar os buracos da sola

Buraco real dos 10 anos

O Primeiro-Ministro, com ar de quem nada quer, apresentou em livro o seu auto-elogio com um balanço dos 10 anos de governo. Não li, bastaram-me as subtis promoções feitas pelos canais televisivos do Estado. Não aguento mais mentiras, não suporto este ar sacripanta dos que se vestem de anjo enquanto toda a gente vê a cauda em flecha sob a casa e os cascos disfarçados em meias de seda. A linguagem de financista mistifica a realidade com cálculos de probabilidade de desenvolvimento que estão viciados de modo a beneficiar apenas os que movem grandes capitais. A população anima-se com a «raspadinha» ou o totoloto, com a mesma fé com que adere às seitas religiosas à procura do bem-estar mental já que não tem sorte como cidadãos deste pedaço mal gerido da Europa rica.

Seria interessante fazer uma sondagem dos problemas reais que ficam como saldo dos 10 anos em que foram destruídos os benefícios criados com o 25 de Abril. Os trabalhadores que não foram para o desemprego ficaram com a angústia da precariedade contratual; a juventude foi formada com uma avalanche de programas educacionais de violências, taradismo sexual, combate aos valores morais; os jovens profissionais procuram desenvolver-se em outros países porque aqui não têm condições de ultrapassar a mediocridade cristalizada nas instituições pela ausência de uma política cultural; os idosos vêem-se transformados em mendigos com pensões de miséria; os que amealharam nos cofres

dos CTT viram-se desfalcados por um passe de mágica, com justificações financistas, que transformou capital acumulado em juros alteráveis (sempre os privilégios dos financistas a contarem com a ignorância dos investidores populares); as mães que recorreram ao Tribunal de Família defrontaram-se com a arbitrariedade machista de juizes que defendem os haveres e direitos paternos, deixando-lhes como compensação os deveres maternos; os gestores que levaram indústrias à falência (como a vidreira Pereira Roldão, por exemplo) foram perdoados e os trabalhadores condenados a trabalharem de graça e sem reclamar; os pescadores ficaram apertados nas malhas das redes protectoras dos interesses dos parceiros comunitários; os agricultores forçados a abandonar produções ficaram arruinados por não alcançarem o modelo CEE; das albufeiras onde escasseia a água são retirados os peixes ainda vivos para serem enterrados sem qualquer proveito, tal como as laranjas do Algarve; os estudantes e professores prevêem greves e mais greves numa luta contra a mediocridade e a inanição inventadas pelo Ministro da Educação como estratégia de (in)acção; o ministro da Justiça alerta para problemas de redes de droga que se ocultam atrás de associações de reabilitação de toxicódependentes e faz leis e mais leis que todos sabem que ficarão como um manual teórico sem aplicação; a Polícia fica sem meios para actuar contra a marginalidade crescente, etc., etc. É de chorar o incêndio ateadado na cultura e no desenvolvimento socioeconómico de Portugal por um Governo que estacionou durante 10 anos impedindo o País à autodestruição.

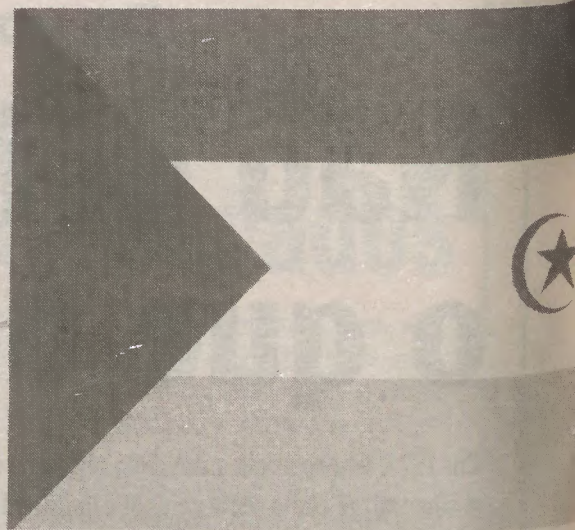
A última palavra do Governo PSD

O ministro da Administração Interna, depois de expor um plano de prevenção dos incêndios com 10 anos de atraso, acusou as populações de «descansarem sobre os ombros dos bombeiros». Omitiu o principal: o descanso do Governo PSD sobre os ombros dos bombeiros e da população, esquecendo-se de que por mais mínimo que tenham tornado o Estado (promovendo as privatizações e esvaziando os serviços de atendimento público nas áreas da educação, saúde pública, segurança social, policiamento, emprego), o Governo continuou a existir e a consumir fartamente.

Que os bombeiros voluntários têm suportado quase sozinho e com escassos meios as tarefas de protecção das populações toda a gente sabe há muitos anos. Em 1993, foram desencadeadas muitas manifestações contra os abusos do Estado que, além de não os apoiarem e não desenvolverem um plano de ordenamento do território, lhes deviam milhares de contos pela utilização de ambulâncias que sempre respondem aos apelos do 115, não lhes concedia seguros e nem isenção de IRS, descansava e explorava vergonhosamente a consciência patriótica dos voluntários. Pelo visto as dívidas persistem, pois vemos as carências com que os bombeiros se debatem para enfrentar o fogo sem equipamentos adequados para estabelecer comunicação via rádio, com falta de carros bem conservados, além do reduzido apoio aéreo que aparece só quando a situação é declaradamente calamitosa enquanto os pirómanos utilizam helicópteros.

Ficaria muito bem ao ministro PSD, se não fosse em véspera de eleições, louvar os bombeiros voluntários que têm sido heróis não só em dias de incêndio mas durante o ano inteiro, socorrendo os que o Governo não vê, não ouve e não paga. Mas agora, francamente, é preciso ter muita lata! Que seja esta a última palavra de um governo PSD, ou melhor, de um governo social democrata qualquer que seja a sua sigla. A população deve acordar não só para evitar os incêndios como para impedir que o País continue no plano inclinado para o qual os destruidores do 25 de Abril o empurraram. Para isso precisa votar a favor de uma mudança que favoreça o País.

FRENTE POLISARIO



Visto de cima, de uma altitude de dez mil metros, o deserto do Sahara é uma enorme extensão em que as cores dominantes são as de areia branca, argilosa e ocre.

À medida que o avião desce e se aproxima do solo é, às vezes, perceptível a configuração de árvores de porte baixo.

Durante a descida, a hospedeira da Air Argélia informa que a temperatura em Tindouf é de 47°. Nessa altura eram 18h 45m.

O calor daquela região do Sahara queima, não tem humidade. O vento é quente, o siroco.

Após termos atravessado a cidade (1), o Hamada (2), a Estepe da Morte, desvenda-se. Os velhos autocarros, apesar das suas centenas de milhares de quilómetros em cidades espanholas, comem aos solavancos a terra ora arenosa ou de pedra da estepe.

O zunir do calor é asfixiante. Na procura sófrega de algo vivo avistam-se corvos, sobretudo junto às raras árvores, do tipo de acácias raquíticas.

Chegados ao acampamento de Ragun são atribuídas às várias delegações as tendas. Os mais desesperados dirigem-se aos três chuveiros existentes. Porém, é quantíssima a água que corre.

No deserto não há crepúsculo. A passagem do dia para a noite é rápida. E à medida que a noite se instala, o céu ganha a dimensão de uma verdadeira abóbada negra cravada de astros cintilantes. É a grande montra das estrelas, dos cometas, dos planetas e nebulosas. Todos os astros que aprendemos a identificar ali estão à mão sem ser necessário recorrer a telescópios. Basta olhar para o céu. Disfrutar daquela abóbada bordada a astros é quiça fornecer à nossa alma europeia, há muito esquecida destas noites pela poluição, elementos que nos aproximam do modo de ser nómada, da sensibilidade das mulheres e homens que dormem debaixo daqueles tectos ornamentados a ouro.

No dia seguinte, o termómetro, por volta do meio-dia, ultrapassava os cinquenta graus e os velhos autocarros levaram-nos durante cerca de cinquenta quilómetros, ao longo de mais de uma hora e meia, ao local onde decorreu o Congresso.

O sol não pode ser mais impiedoso. Só resta aos delegados convidados beberem água, que, entretanto, a Frente Polisário tinha feito chegar aos acampamentos em grandes arcas térmicas. Não bastava beber a água. Entornavam-se a água das garrafas pela cabeça e por cima da roupa.

Nessa noite, uma das nossas companheiras de delegação, dirigente do Sindicato dos bancários, só conseguiu dormir fora da tenda, por cima da toalha previamente molhada.

A luta armada. O referendun e as pressões de Marrocos

Vale esta incursão para se ter uma ideia das condições de vida dos saharis. Expulsos da sua terra, o Sahara Ocidental, pelos bombardeamentos de Marrocos, receberam como sua terra a terra que ninguém queria, a terra inabitada e inabitável, o Hamada, a Estepe da Morte. É que só dali podiam entrar na sua terra, muito mais longe dali já não compensaria. E também só ali estavam em segurança face a Marrocos, pois a Argélia garantia-lhes essa segurança. Há mais de vinte anos que os saharis desafiam uma das zonas mais inóspitas do Planeta. Ali construíram a sua coesão nacional. Ali urdiram a teia que os levou à luta de libertação nacional, à guerra pela paz.

A Frente Polisário apoiada nas populações saharis tinha conseguido impor a Marrocos negociações e a ONU estabeleceu um plano de paz para o Sahara Ocidental cujo desenlace final consistiria na realização de um referendun durante o ano de 1992. Um referendun livre, justo, sem constrangimentos políticos, militares e administrativos, organizado e supervisionado pela ONU em cooperação com a OUA, cujos participantes no referendun deveriam ser determinados sobre a base do recenseamento espanhol de 1974.

Em 6 de Setembro de 1991, a Frente Polisário passa a respeitar o cessar-fogo, decretado pelas Nações Unidas após 18 anos de luta armada.

Desde muito cedo que Marrocos tentou subverter o carácter do referendun ajustado e obteve particular eco junto do ex-secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, que dias antes de deixar o cargo introduziu novos critérios de elegibilidade para determinar os participantes, obtendo, por isso, cerca de dois meses mais tarde o cargo de vice-presidente da Administração de um consórcio internacional cujo presidente é o rei de Marrocos.

Com esta decisão, Perez de Cuellar transformou algumas dezenas de milhar de marroquinos em saharis...

Até 1993, a luta trava-se em torno da interpretação dos critérios

■ Domingos Lopes

9º Congresso da Frente Polisário no Hamada

— no Deserto da Morte

de Perez de Cuellar. Em 2/3/93, o Conselho de Segurança da ONU, através da Resolução 809, encarregou o S.-Geral de desen-

volver novos esforços para resolver as dificuldades acumuladas ao longo do processo. Em 29.3.94, através da Resolução 907, o C. de Segurança decidiu começar a operação de identificação sobre a base de um compromisso. Não obstante as fortes reservas em relação ao compromisso, a F. Polisário cooperou com a ONU.

Marrocos prosseguiu a obstaculização do processo: impedindo a presença de observadores da ONU e internacionais e inundando a Comissão de Verificação com dezenas de milhares de pedidos de inscrição de marroquinos.

Paralelamente, nos territórios administrados por Marrocos foi instaurado um verdadeiro estado de sítio, onde as populações não gozam das mínimas liberdades democráticas e onde manifestações de apoio à F. Polisário são duramente reprimidas e os seus participantes condenados a pesadas penas.

Naquele contexto, a F.P. suspendeu a sua participação nos trabalhos referendários.

Alguns países do Conselho de Segurança pressionam Marrocos a propósito da repressão em El Aiun e no seguimento da Resolução 1002 a F. Polisário acaba por retomar a sua participação nos trabalhos.

Mas até hoje a situação mantém-se praticamente inalterada. Marrocos continua a apresentar dezenas de milhares de marroquinos ao recenseamento. Os cheiques (chefes das tribos) do lado marroquino por imposição das autoridades marroquinas dificultam o recenseamento dos saharis.

Permanecem no terreno milhares de soldados da ONU (Minurso) que custam diariamente cerca de quinze milhões de escudos.

Marrocos, bem apoiado pela França, Espanha e até Portugal, só está interessado num referendun que lhe garanta a continuidade do território naquele país.

Desde 1991 que tudo está num impasse, o qual é particularmente prejudicial para a F. Polisário.

O crescimento demográfico da população sahari foi elevado e durante este período transitório a parte mais jovem das populações dos acampamentos praticamente vive à espera de um referendun que não sabe se se realiza e sem ter sequer onde ocupar o seu tempo no meio da areia e das pedras do Hamad. A parte que se ocupa das questões de administração prossegue o seu trabalho, mas os combatentes e os futuros combatentes estão na prática "desempregados".

A maior parte desta gente com quem falámos estaria disponível para o reiniciar da luta armada, mas é evidente que uma tal decisão levará à liquidação a curto prazo dos meios políticos para a resolução do conflito.

Como naquela região não há agricultura e a gestão dos recursos humanos tem em vista a organização da vida político-administrativa dos acampamentos (3), os saharis não recebem ordenados. A comida que recebem dos organismos internacionais é distribuída pelas famílias em função do número de integrantes de cada família.

Quando um casal quer contrair casamento, o jovem fala com a mãe que se encarrega de convencer o pai. Convencido este e convencido o pai da jovem pelo mesmo processo, o Estado distribui ao casal uma tenda, uma esteira, um colchão, algumas mantas, um pouco mais de açúcar e uma cabeça de gado ovino para a boda.

Este igualitarismo resulta do tipo de vida, das condicionantes políticas em que as populações vivem nos acampamentos.

Para manter a ligação à terra-mãe há tantos acampamentos quantos as "wilayas" (distrito). As "wilayas" dividem-se depois em dahras, ou seja, cidades, que por sua vez se subdividem em freguesias e bairros. A F. Polisário tenta assim manter nos acampamentos a estrutura político-administrativa existente no Sahara Ocidental.

Perspectivas

No discurso de Abdel Azis, Secretário-Geral da F. Polisário ao 9º Congresso, foram assinaladas quatro grandes tarefas:

1º - Reforçar a coesão nacional, reforçar o debate democrático, e aprofundar a organização no seio da F.P.

2º - Tomar as medidas adequadas para tornar mais eficaz o funcionamento da administração e melhorar as estruturas de gestão e controlo. Canalizar e utilizar as energias e as potencialidades, numerosas, mas por vezes subutilizadas.

3º - A prioridade das prioridades deve ser dada às Forças Armadas de Libertação Nacional.

4º - Reforçar as lutas do povo sahari nas zonas ocupadas e no sul marroquino como elemento essencial da resistência geral à ocupação.

No Congresso sentia-se as complexidades e as dificuldades que enfrenta a F. Polisário.

A ONU não dá mostras de ter vontade e determinação para levar a cabo o referendun. Escudada no "desentendimento" entre as partes e passando por cima dos critérios já acordados quanto à identificação dos saharis, pode ir elaborando relatórios dando conta do impasse. O transitório vai-se tornando duradouro.

O peso de Marrocos, graças à Espanha, França e outros, é bem maior que o da F. Polisário.

A situação interna prevalecente na Argélia funciona negativamente para os combatentes polisários.

É, pois, extraordinariamente difícil e

e três filhos tinham morrido em combate. Uma irmã tinha ficado sem um braço atingido pelos bombardeamentos marroquinos aos acampamentos de refugiados, quando estes ainda se encontravam dentro do Sahara Ocidental. Na tenda estava reunida quase toda a família.

A velha dizia que preferia os espanhóis aos marroquinos, pois os primeiros roubavam-lhes as riquezas mas não os reprimiam, enquanto os segundos roubavam-lhes as riquezas e impediam-nos de serem saharis. Tinham a sua cultura, bem diferente de Marrocos. Aos filhos, cunhados, netos e bisnetos acenavam com a cabeça.

E se vier a guerra?, perguntei. A resposta foi pronta: Estamos à espera. Não podemos fugir daqui. Só temos um caminho até às nossas casas: ou referendun, ou voltar às armas.

O neto levantou-se. Anunciou que tinha música portuguesa e uma cassete de Phil Collins. Foi buscá-las. A cassete não era de música portuguesa, mas sim italiana... E com um aparelho da Bosch que captava energia solar, que por sua vez se ligava a uma pequena bate-



complexa a luta da F.P. O slogan do Congresso era "Independência por via pacífica ou armada". O alerta está feito. Se tudo se passar como Marrocos pretende, se se continuar a não dar voz ao povo sahari no referendun aprovado é natural que as nuvens negras da guerra voltem ao Sahara. Os homens e as mulheres do Sahara Ocidental não vão desistir de lutar pela independência da sua terra. Irão juntar mais sacrifícios aos enormes sacrifícios já dispendidos, mas o que está em causa é a terra onde nasceram e viveram saharis, e que eles querem que volte a ser sahari. O modo de falarem árabe, a sua cultura nómada, o seu modo de ser, faz deles um povo único e singular que, como todos os povos, tem o direito a ser livre e independente.

No acampamento de El Aiun, na tenda de uma velha sahari (há muito respeito pelos mais velhos) esta explicou-nos com serena tranquilidade e firmeza que não há outro caminho para os saharis para além da conquista da independência e regresso ao Sahara. O marido

ria, lá ouvimos em pleno Hamada um Phil Collins roufenho de tanto ser ouvido...

O vento fora da tenda soprava. Um pó amarelo entranhava tudo. Em Outubro de 1994 as inundações tinham destruído o acampamento de Aiun.

Um médico, formado em Cuba (como quase todos os licenciados) dizia-me que para além do calor, do frio, a água que bebiam não era potável. Doenças várias afectavam a população. Mas se o homem se recusou a viver no Hamada, os saharis desafiaram tudo e todos ao longo destes 20 anos. Para eles, o desafio é a continuação do desafio de há duas décadas: prosseguir a luta pela independência do Sahara.

(1) Tindouf é uma pequena localidade com algumas dezenas de prédios mal construídos e que inspiram um sentimento de grande desconforto a quem a vê.

(2) Em árabe significa "tudo o que há de pior".

(3) Há tantos acampamentos quanto o número de wilayas existentes no Sahara.

■ Miguel Urbano Rodrigues

A política da hipocrisia nos 50 anos da ONU

As Nações Unidas começaram a festejar com estrondo o seu 50º aniversário. De 30 de Agosto a 1 de Setembro, o grande hemiciclo da Assembleia Geral, cenário de acontecimentos históricos, funcionou como caixa de ressonância das comemorações. Em iniciativa conjunta do secretário-geral e da União Interparlamentar, esta reuniu-se ali em sessão extraordinária. O Parlamento Europeu, as Assembleias do Conselho da Europa e da União da Europa Ocidental e outras organizações internacionais estavam representadas por delegações especiais. O espectáculo não correspondeu à encenação. Mais do que melancólico, foi farisaico.

No discurso de abertura, Boutros Ghali cumpriu o ritual da modernidade onusiana. O auto-elogio predominou sobre os lamentos. Na sua opinião, apesar do gigantismo dos desafios que a humanidade enfrenta na viragem do milénio, a ONU está a desempenhar o seu papel melhor do que em qualquer outro período do seu meio século de existência. Em defesa dessa convicção apontou o novo intervencionismo do Conselho de Segurança como exemplo da evolução positiva das Nações Unidas e fez a apologia da Agenda para a Paz (que veio consagrar o direito de ingerência). No final da sua intervenção, a Assembleia saudou-o com uma prolongada e quente ovação. Aderiu, com raras excepções, ao conteúdo do discurso.

Sabia-se no hemiciclo que, enquanto o secretário-geral das Nações Unidas discursava, dezenas de aviões da NATO estavam, pelo segundo dia consecutivo, a atacar áreas ocupadas pelos sérvios da Bósnia, algumas distantes de Sarajevo. Mas Boutros Ghali não fez referência ao assunto. Preferiu ocupar-se dele horas depois, em declarações à imprensa. Então, manifestou total apoio à iniciativa da NATO, sublinhando que fora tomada de acordo com a Forpronu.

Três dias durou a sessão extraordinária. Nem um só orador (!) criticou, no entanto, o reinício das acções agressivas e ilegítimas da NATO (cujo estatuto somente lhe permite intervir em caso de agressão contra um dos seus membros). Em contrapartida, muitos elogiaram os bombardeamentos, qualificando-os de valiosa contribuição para a Paz.

Nos corredores das Nações Unidas, um dos temas mais discutidos naqueles dias foi a retomada pela China e pela França dos testes nucleares. O representante da Nova Zelândia dirigiu mesmo à Assembleia um emotivo apelo para que condenasse os referidos ensaios.

A Declaração Final não lhe fez a vontade. Ignorou o apelo; o texto das Conclusões limitou-se a sugerir que os Estados possuidores de armas atómicas «demonstrem a maior moderação possível no que se refere aos testes nucleares».

O recado

A União Interparlamentar e as organizações presentes na sessão de Nova Iorque não podem nem devem ser confundidas com as Nações Unidas. Mas tudo ali convergiu. O entusiasmo suscitado pelo discurso do secretário-geral, a troca de elogios, o conteúdo dos textos aprovados e aclamados convidam à reflexão.

Esta sessão foi bem preparada.

A Agenda incluía dois pontos:

1 — O debate sobre as grandes orientações a adoptar nos terrenos da defesa da Paz, da democracia, dos direitos do homem e do desenvolvimento sustentado;

2 — A dinamização do sistema das Nações Unidas e o reforço do compromisso parlamentar.

A Declaração Final e as Conclusões traduziram expressivamente a hipocrisia do debate que, na prática, serviu apenas para dar cobertura a tomadas de posição definidas com larga

antecedência. Objectivo prioritário: alinhar com a estratégia de submissão das Nações Unidas no contexto de um mundo unipolar.

Os dois textos citados desenvolvem as grandes opções citadas por Boutros Ghali. O discurso humanista, redigido em tom grandiloquente, enumera problemas cruciais do mundo contemporâneo. Mas as belas palavras são utilizadas como prólogo do essencial: as soluções preconizadas pelo sistema imperial que hoje impõe a sua vontade à humanidade. A ONU funciona como seu instrumento e porta-voz.

Os documentos aprovados registam que «um fosso cada vez maior separa os ricos dos pobres» e as nações industrializadas das não desenvolvidas. Mas a estratégia sugerida para reduzir distâncias é a do G-7, ou seja, a dos países responsáveis pela situação criada. O remédio proposto é a liberalização total das economias dependentes. O mercado, na sua versão ultraliberal, é erigido em religião das sociedades e dos indivíduos.

Para o planeta, cercado de ameaças, assolado pela violência irracional, onde a fome, as epidemias e a ignorância alastram, o caminho da salvação — proclama-se — só pode ser o da integração sob a hegemonia daqueles que possuem o saber, o dinheiro e o poder real. A idealização de uma comunidade mundial progressista e feliz aparece aos dominadores

Confissão americana

A imprensa liberal norte-americana reconheceu que o reinício dos bombardeamentos contra os sérvios da Bósnia favoreceu o desenvolvimento da estratégia eleitoral do presidente Clinton. As conclusões do relatório do coronel Rupert Smith sobre o bombardeamento de Sarajevo são falsas. Foram forjadas porque era preciso acusar os sérvios bósnios para justificar a intervenção da NATO.

O apoio dos EUA às ofensivas do exército croata contra os sérvios da Eslovénia ocidental e contra os sérvios do sul da Krajina foi preparada com muita antecedência, bem como a ajuda maciça aos muçulmanos da Bósnia.

Segundo *The New York Times* existe uma

relação directa entre a mudança da relação de forças e a decisão tomada pela NATO (com o aval de Boutros Ghali). Mas na opinião do influente diário a aceitação das negociações por parte dos sérvios da Bósnia não resultou dos bombardeamentos. Fora tomada dias antes.

The New York Times, embora aprovando a escalada militar em curso, advertiu em editorial (1.9.95) que a situação está grávida de riscos explosivos. Se os EUA tiverem de enviar forças terrestres para a Bósnia para execução do chamado Plano Americano nada garante, aliás — sublinhou o jornal —, que o Congresso venha a aprovar qualquer deslocação de tropas que requiera a sua concordância.

mais poder de intervenção aos países que enfeixam nas mãos o poder militar e o poder económico. A linguagem da reforma têm o seu código. Para ser decifrada é indispensável conhecer as chaves. Fala-se, por exemplo, da aplicação de todas as decisões do Conselho de Segurança. Mas apenas é citado um exemplo: o da Bósnia-Herzegovina. Isso enquanto as bombas da NATO explodiram sobre cabeças sérvias.

O Império e a Europa

Nesta sessão comemorativa do meio século das Nações Unidas a cumplicidade alemã, britânica e francesa com a estratégia esboçada pelo secretário-geral Boutros Ghali foi permanente e, por vezes, calorosa, superando contradições.

Os Estados Unidos não estiveram presentes. Foi recebida a informação de que não voltarão mesmo à UIP e que, a partir do próximo ano, deixarão de pagar a sua quota de membro da organização, que era, de longe, a mais elevada. Washington não vê qualquer interesse na União Interparlamentar. A Casa Branca e o Congresso, com a ONU reduzida à condição de instrumento dócil — sobretudo o Conselho de Segurança — da sua política de hegemonia mundial estão mais empenhados em intervir nas organizações de âmbito continental ou regional.

Nas Nações Unidas, um alto funcionário do Conselho da Europa disse-me que os EUA já apresentaram em Estrasburgo um inesperado pedido. Pretendem que lhes seja atribuído o estatuto de observadores no Conselho da Europa, não obstante não serem um país europeu. Essa pretensão será apreciada numa sessão extraordinária da Assembleia Parlamentar do Conselho que deverá reunir-se para o efeito no final de Outubro para discutir simultaneamente o pedido de admissão da Rússia.

*

* *

Repetir que as Nações Unidas atravessam a fronteira do meio século de vida desprestigiadas e calcando aos pés os princípios da sua Carta não será surpresa para os leitores do «Avante!». A ONU é hoje, por culpa

própria, uma caricatura grotesca da organização que no final da última guerra mundial nasceu envolvida pelo respeito de toda a humanidade. Funciona como instrumento de uma política incompatível com os ideais da sua Carta.

Um colega do Conselho da Europa (cujo nome omito a seu pedido) confidenciava-me, triste, em Nova Iorque, quando o pano desceu sobre a indecorosa sessão a que havíamos assistido:

«Esta entrada iminente dos EUA para o Conselho da Europa como observadores retrata bem a dependência chocante dos europeus perante o poderio dos actuais donos do mundo. Terá pouco significado para muita gente, mas é reveladora de uma mentalidade imperial. A seguir vão querer observar o Parlamento Europeu. Já tratam a Europa como protectorado. Ao que chegámos!»

(1) Particpei nesta sessão comemorativa do aniversário da ONU como membro de uma delegação de observadores da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Não tive a oportunidade de intervir porque representava uma das famílias políticas da Assembleia — a Esquerda Unitária Europeia — e o tempo atribuído à delegação do Conselho foi dividido entre os representantes do Grupo Liberal (um inglês) e do Grupo Socialista (um húngaro).

Cuba não compareceu. Em vésperas de um debate crucial sobre o bloqueio, agendado para a Assembleia Geral da ONU, uma posição crítica da delegação cubana numa sessão consagrada ao aniversário da ONU seria utilizada como arma contra a Ilha revolucionária.

■ Vitor Serrão (*)

O Santuário de Arte Rupestre do Vale do Côa

Da política dos adiamentos ao escândalo da desinformação

Mau grado todas as vicissitudes ligadas às circunstâncias do seu achado, o acervo de petróglifos de arte pré-histórica a que se convencionou chamar o *Santuário de Arte Rupestre do Vale do Côa* não pode deixar de ser visto como a grande descoberta científica da História portuguesa recente. É incontestável a valia artística dos vastos conjuntos composicionais gravados há dezenas de milhar de anos que se distribuem, ao longo de dezasseis quilómetros do rio Côa, nos afloramentos xistosos das suas margens, num percurso verdadeiramente excepcional de «arte de ar livre» datável da fase Solutrense-Magdalense que, pela sua ancianidade e riqueza iconográfica, se impõe como um «*inicum*» no quadro da arte pré-histórica subsistente no planeta.

Perante esta fabulosa evidência, que coloca o nosso país no roteiro dos lugares mais expressivos da Europa com marca cultural do Paleolítico Superior, a única atitude consciente (e consequente) do Poder deveria ser a de potenciar todos os meios técnicos e humanos disponíveis para a salvaguarda desse espaço arqueológico e natural, fazendo parar de imediato as obras da barragem em curso, e movendo os passos legislativos para a classificação do sítio e para a sua consequente protecção.

Assim, caberia ao Estado português viabilizar — com o carácter de urgência que o assunto requer — as bases de uma Área de Paisagem Protegida, apta a congregar (como sucedeu em Val Camonica



ca, com a equipa de Emmanuel Anati, e os resultados turísticos e científicos que se sabem) número considerável de postos de trabalho, na certeza de que um conjunto arqueológico como este será, durante muitas dezenas de anos, um laboratório vivo de métodos de pesquisas, de escavações sistemáticas, de congressos regulares, etc., envolvendo toda a comunidade científica internacional.

Neste quadro, e quanto à EDP, como empresa responsável, caber-lhe-ia — ao invés de promover a desinformação, encomendando relatórios a geólogos fora da sua alçada de competência e, mais grave, divulgando-os sob forma incompleta e sensacionalista —, provar a oportunidade da construção de uma barragem no Côa: o que ainda não consta que tenha feito de forma irrecusável, quando se sabe até das ponderadas suspeitas sobre a inoportunidade do plano energético que advoga (ver Nuno Gomes da Silva, «Público», 6-7).

Quando ao IPPAR, entretanto, cumprir-lhe-ia dinamizar, com energias acrescidas e sem qualquer espécie de reservas ou de «conciliação» impossível entre gravuras e barragem (entendida sempre como grave desautorização da comunidade arqueológica nacional), o programa de estudo científico do santuário, fornecendo meios à equipa já designada para que avance no recenseamento dos xistos com composições gravadas e no estudo dos abrigos pintados da fase neolítica, e bem assim para as escavações em sítios da «entourage» do vale passíveis de fornecer dados de identificação cronológica mais precisos para o enquadramento sociocultural do conjunto.

Nove meses passados sobre a divulgação pública da descoberta, verifica-se que nenhuma destas linhas de conduta foi tomada a sério. Antes se moveram forças ocultas de obstaculização ao trabalho dos cientistas e de demagógica despromoção da descoberta — sempre em nome da incondicional construção da barragem, custe o que custar em termos de imagem exterior do País! Essas forças não

se coíbem de recorrer a todos os meios para confundir a opinião pública: é o caso da forma sensacionalista como os relatórios dos geólogos Robert Bednarik, Ronald Dorn e Alan Watchman foram dados a conhecer («Independente» de 7-7), sem informação prévia sobre os grandes limites dos métodos experimentais utilizados (o «optical stimulated luminescence» e a análise da microerosão) para se obterem datações directas, e sem um debate prévio que, ao menos, enquadrasse a possível falibilidade de resultados e a concatenação cruzada com outras metodologias recorrentes.

A falta de seriedade e o absurdo decorrentes do modo como tais relatórios foram impostos à opinião pública constitui, também, mais um sintoma de que o nosso país está ferido de doença

incurável: de facto, Portugal vai perdendo a ritmo crescente a sua cidadania e a sua vitalidade de democracia participada e, com elas, a sua memória patrimonial e a sua corporalidade nacional. Depois, este esvaziamento identitário ocorre — brade-se! — com sorrisos de satisfação à mistura e «manifestações de alívio» (!) por parte de alguns políticos completamente irresponsáveis! Qualquer nação consciente e avisada não poderia deixar de considerar escandalosa a indiferença da sua estrutura governativa face a uma descoberta como é o santuário paleolítico de Foz Côa. Aqui, porém, aproveitasse a arma da desinformação mais obsoleta e a demagogia mais

podre para se atingirem fins inconfessáveis mas adivinháveis: em nome do economicismo, o depauperamento do traço patrimonial, base da identidade portuguesa!

A questão da cronologia é muito importante; ainda que as gravuras do Côa fossem, por hipótese académica, de data ligeiramente mais recente (como sucede com as 30 000 gravuras do santuário do vale do Tejo, que datam do Neolítico à Idade do Ferro, e foram submersas em 1974), a valia patrimonial do conjunto continuaria a recomendar, necessariamente, a devida protecção. A arte rupestre de Fratel — S. Romão (em cujos «levantamentos» aliás trabalhei em

1971-74) deveria servir de exemplo pertinente neste caso, por ser uma «história de insucesso da arqueologia portuguesa» em que os valores economicistas imperaram e em que, mais grave, o estudo arqueológico não se cumpriu dentro do limitado tempo que a construção da barragem do Fratel e demais circunstâncias impuseram. Também aí havia, de resto, «graffiti» de pastores, por vezes misturados com as próprias composições pré-históricas: por via disso, alguns pseudo-responsáveis de então chegaram a duvidar da ancianidade do acervo tagano (atribuindo-o mesmo, em delírio de interpretação, a obra dos trabalhadores que fizeram a instalação da via férrea!), até à definitiva identificação cronológica de Emanuel Anati e demais comunidade arqueológica internacional...

De facto, no caso do Côa, qualquer estudioso minimamente informado sobre o tipo de representação artística gravada e pintada nos cerca de duzentos e cinquenta abrigos e grutas do Paleolítico Superior, identifica no desenho destes grandes animais associados (alguns deles desaparecidos da paisagem europeia depois da fase magdalense) a mesma identidade cultural, o mesmo «estilo», o testemunho de um mesmo mundo de referências. De resto, a técnica de gravação por desbaste de ponteiro ptreo, segundo o método que se designa por litostíctico, não deixa lugar a dúvidas quanto à sua ancianidade, e não permite confusões com os «grafitos» que ali também existem (um deles datado de 1948), abertos por ponção metálica e com patinações bem diferenciadas.

Quero com isto dizer que o método de análise estilística é o mais indicado e veraz nestas circunstâncias, ainda que a conjugar, sempre, com outros dados de interrelação, fruto de escavações «in situ» e de cotejos iconográficos.

Enquanto Historiador de Arte, também eu me movo, desde há muitos anos, num terreno científico que tem metodologias afins: utilizamos como primeira via de datação aproximativa a análise esti-

lística da peça particular, cruzando-a depois com a contraprova documental, a análise de laboratório e a contextualização histórico-sociológica. Nesse âmbito, tenho procedido a centenas de datações de obras de arte portuguesa dos séculos XV a XVIII, as quais, posso garanti-lo, são maioritariamente confirmadas em fase ulterior pelo recurso a métodos laboratoriais e/ou arquivísticos.

Assim, nem sequer imagino que possa ser desautorizada a aferição cronológica de, por exemplo, uma pintura considerada do século XV e do período gótico, por qualquer pseudo-connoisseur que venha a terreno afirmar que a dita peça é, afinal, do século XVII e do período barroco! A «cultura de totalidades» em que a Ciência Histórica se baseia, com recurso a paralelos fidedignos e ao entrelaçar dinâmico da pulsação histórica nas suas diversíssimas componentes, assegura sempre uma margem de aproximação fidedigna na datação estilística (e o mesmo se passa, ainda que com acrescidas dificuldades, no terreno da arte pré-histórica). É evidentemente impensável que alguém se alce com soberberia junto da comunidade científica — sem o perigo de incorrer em eterno descrédito — para contestar a datação de uma igreja românica do século XII considerando que, afinal, ela é barroca e do século XVIII (!), ou de uma obra como os Painéis de S. Vicente, de Nuno Gonçalves (indiscutivelmente de cerca de 1470, mais ano menos ano...), considerando-a, por exemplo, já do século XVI...

É o mesmo que se passa com a pseudo-datação das gravuras do Côa: ainda que os resultados dos métodos de termoluminescência utilizados pelos geólogos chamados pela EDP apontassem para datas entre 1700 (!?) e um máximo de 6 a 8000 anos (relatório Bednarik), nunca esses dados poderiam ser vistos fora da margem de erro das metodologias experimentais, e muito menos desenquadrados da análise estilística do conjunto, do seu cotejo com uma realidade franco-cantábrica que é hoje bem conhecida, etc., etc. O que é evidente (e bem impiedoso) é o descrédito científico em que tais estudiosos incorrem, assim como quantos, ao abrigo de estruturas confortáveis, deram aval a esta verdadeira fraude de desinformação e de antimeória nacional.

A questão, no fim de contas, é tão simples e tão evidente quanto às soluções que se perfilam no horizonte, as quais não podem deixar de ser, apenas, estas:

1) Que se decupliquem os meios ao dispor da equipa de arqueólogos e geólogos responsáveis pelo estudo do Côa (e que inclui técnicos altamente qualificados como António Martinho Baptista, Mário Varela Gomes, Vítor Oliveira Jorge, João Zilhão, Monge Soares, Mila Simões de Abreu, etc.), de modo a que o levantamento científico dos petróglifos e as sondagens do espaço abrangido pelo santuário possam ser cumpridos de maneira mais acelerada e eficiente;

2) Que as autoridades responsáveis do Poder promovam (de modo a que se repita o que sucedeu em 1974 no vale do Tejo) a candidatura do sítio a Património Mundial/UNESCO, delimitando-o enquanto Área de Paisagem Protegida como valor arqueológico e natural, estancando as destruições já ocorridas, promovendo a reforestação do vale e a instalação em regime de permanência (segundo o exemplo italiano de Vale Camonica) de um centro de investigação.

Nota final:

Este artigo, escrito em inícios de Julho aquando da saída na imprensa dos pseudo-relatórios sobre a cronologia das gravuras do vale do Côa que acima se analisam, não foi publicado no jornal a que se destinava.

Cumpre recordar que, entretanto, ocorreram três factos de significativa importância para a questão:

a) o Congresso Internacional de Arte Rupestre, em Turim, onde a excepcional validade dos petróglifos paleolíticos do Côa foi atestada pela comunidade científica;

b) a notícia das primeiras descobertas «contextuais» de objectos paleolíticos no leito do vale, atestado seguro da ancianidade vinte vezes milenária desse acervo artístico;

c) e a posição assumida pelo PCP, no seu Programa Eleitoral, com propostas concretas para a salvaguarda deste conjunto único do Património Cultural da Humanidade: «promoção urgente»... (p. 167) «da defesa do conjunto de arte rupestre do vale do Côa, promovendo a sua classificação como Património Mundial e criando um Parque Arqueológico e Natural que potencie o excepcional interesse do sítio como factor de desenvolvimento da região e projecção cultural do País».

É de referir que o PCP foi o único dos grandes partidos políticos nacionais a fazê-lo.

■ Jorge André

Os mistérios do Coliseu do Porto

É, no momento presente, quando o «caso» do Coliseu do Porto tende, convenientemente, a cair no esquecimento, que será, porventura, ocasião para se retomar o assunto. Numa perspectiva, evidentemente, despida de ilusões. De facto, este «caso» apenas representa um simples acidente da luta pelo poder.

A partir da década de 80, tornou-se evidente que as «seitas evangelistas» recentemente implantadas em Portugal se combatiam, entre si, pelos lugares cimeiros do «ranking» religioso. Neste, a primeira posição viria depois a ser, sucessivamente, ocupadas pelos Monnies, pelos Manás e, mais recentemente, pela Igreja Universal do Reino de Deus. É esta última força que mais directamente surge envolvida nas operações de compra e venda do Coliseu do Porto.

Ao ser publicamente conhecida, a transacção parecia perfeitamente normal e idêntica a outras já realizadas, um pouco por todo o país. Ainda que nesses negócios anteriores nem sempre tivesse sido devidamente salvaguardada a questão da correcta utilização dos alvarás inicialmente concedidos a cada recinto. O problema apenas viria a ser levantado por ocasião dos preliminares da venda do Coliseu do Porto.

A Igreja Universal do Reino de Deus possui no nosso país um vasto espólio resultante da prática de aquisições recentes. São apontados, pela sua importância patrimonial, casas de espectáculo que o Reino de Deus comprou, como os cinemas Vale Formoso e Iorque, no Porto, o Alvalade, o Império e o Roma, em Lisboa, o S. João, no Estoril, o Cine-Teatro do Barreiro, o Cine-Teatro de Estarreja, o Júpiter, em Setúbal, e um certo número de outras salas. Após as vendas, todas elas passaram a funcionar como locais de culto.

Por outro lado, também o número de rádios locais adquiridas pelo Reino de Deus tem vindo a crescer. Ainda que seja, pelo menos, duvidoso que se conheça a verdadeira dimensão do poder de que, nesta área, a Igreja Universal dispõe, reconhece-se-lhe, oficialmente, a propriedade da Rádio Placard, da Rádio Lis, da Rádio Nova Era, da Rádio Miramar, da Rádio Sinta, etc.

A exemplo do que se passa na comunicação social com a Igreja Católica, também os responsáveis pela Igreja de Deus procuram ocultar os meandros da sua área informativa. Ao abordar-se este assunto convirá, pois, ser-se prudente. Quase nada se sabe mas tudo é lícito presumir. A nossa frente pode abrir-se um vasto espaço preenchido com mistérios e incentivos à reflexão.

Os jogos circenses

O primeiro «mistério» que surge, é este: quem tem vendido à Igreja Universal as salas de espectáculos e as rádios que transformaram já o «Reino de Deus» numa forma mediática em clara expansão?

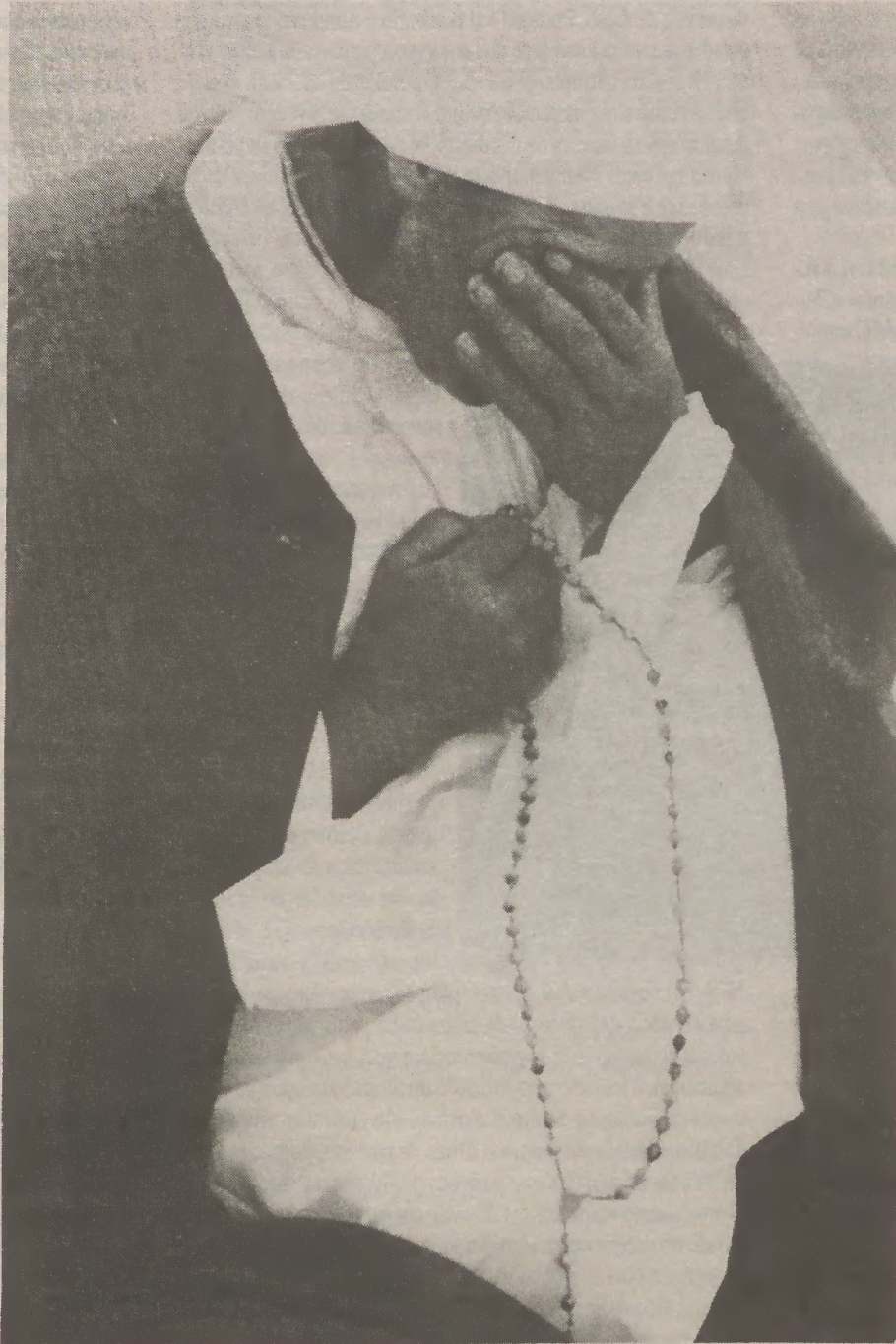
Nalguns casos, a resposta que se pede é conhecida. Em Lisboa, por exemplo, as grandes salas de espectáculos vendidas à Igreja Universal eram, ostensivamente, propriedade da Lusomundo que as teria comprado, nos anos 60, não se sabe bem a quem, talvez à Opus Dei que nessa altura era frequentemente citada como verdadeiro senhorio desses cinemas.

Nas outras compras, porém, as aquisições resultaram de negociações bilaterais travadas entre representantes da nova instituição religiosa e os proprietários nominais das instalações à venda. A questão, porém, é que todas ou quase todas as empresas que se dispunham a vender atravessavam situações de ruptura financeira, estavam na verdade falidas e nas mãos dos bancos. Eram estes, pois, os verdadeiros donos do património a negociar e foram eles os efectivos vendedores das salas, equipamentos e alvarás que a Igreja Universal veio a no seu activo. Mas que nome têm esses bancos? A que grupos económicos pertencem? Terão já tido experiências anteriores na área económica eclesiástica? Quais, então?

O segundo «mistério» poderia colocar-se da seguinte forma: quem dá voz, no universo religioso português, às actividades da Igreja Universal e de outras seitas importantes, anticomunistas e neoliberais? Que estratégia de ataques lhes reverte em apoios?

Curiosamente, não há muitos dias atrás, uma questão deste tipo foi colocada ao padre João Seabra, figura destacada e assumida da Opus Dei portuguesa, também a propósito do caso do Coliseu do Porto («O Independente», 11.8.95). A resposta obtida foi extremamente curiosa: «O acordo entre o Governo e a Câmara Municipal do Porto é deliberadamente espoliador do direito das pessoas. Aliás, criou-se uma campanha de opinião contra a Igreja Universal. Eu vejo que a TVI, por exemplo, deu todo o fogo a esta campanha julgando, provavelmente, estar a prestar um bom serviço à Igreja Católica... Acho que o que aconteceu com a Igreja Universal, no Porto, representa uma clara violação dos direitos fundamentais consagrados na Constituição».

Quando assim fala, o p. Seabra não deixa de ter razão, sob muitos aspectos. Ainda que em parte, aquilo que diz acerca da TVI possa ser levado à conta de velhas reservas que certos sectores da OD alimentam em relação à «aventura» televisiva de D. António Ribeiro. Mas, questiúnculas à parte, não há dúvida de que o prior de Santos denuncia acertadamente, neste caso, as violações cometidas no plano dos direitos e garantias constitucionais.



nais. De resto — dizemo-lo nós — a hierarquia católica não pode acusar outras confissões religiosas de adquirirem e utilizarem para propaganda própria equipamentos e instalações, receberem benesses privadas ou radiodifundirem em cadeia. A Igreja Católica também faz tudo isso e... muito mais! E os dirigentes das comunicações sociais da Igreja bem sabem como é perigoso atacar sem bases e como o ataque gratuito se paga, a curto prazo, com a promoção daqueles que se pretende prejudicar.

O terceiro «mistério» que se pode colocar, é este: que financiadores tem tido a solução recentemente proposta para o Coliseu do Porto?

Os órgãos de comunicação social têm referido, a esse respeito, os nomes de três importantes entidades com peso financeiro: a Aliança/UAP, a UBP e a própria Câmara Municipal do Porto. Importa dar um pouco de atenção a cada um deles.

A Aliança/UAP corresponde a um consórcio entre o poderoso Grupo Segurador Allianz, muito citado na fase de ascensão do nazismo alemão, e a Union des Assurances de Paris, núcleo

empresarial fundado pelo conhecido político francês Giscard d'Estaing. A UAP, cerca dos anos 70, foi vendida ao sector segurador da Opus Dei e posteriormente cedida, pelo menos aparentemente, à «holding» da Allianz, através de sucessivas operações em que terão participado instituições bancárias com grande aceitação no Vaticano — a Deutsch Bank, a Société Générale e o Crédit Lyonnais. Em Portugal, após o lançamento de «opas» e a realização de complexas operações financeiras, a Aliança/UAP acabou por ser controlada pelo BCP e pelo Grupo Mellos, com participação financeira em numerosas empresas e grupos de empresas tradicionalmente conotadas com influentes áreas eclesiais.

A UBP/União dos Bancos Portugueses surgiu no panorama financeiro nacional, nos inícios da década de 70, em consequência da falência do Banco da Agricultura fundado, como é do conhecimento público, no decurso da primeira tentativa séria de implantação da Opus Dei em Portugal. Representava então, fundamentalmente, os interesses dos grandes latifundiários, do facto resultando a designação que tinha. Quando rebentou o escândalo financeiro, o governo fascista criou uma outra instituição bancária, herdeira dos activos e do passivo do Banco da Agricultura, mas com um horizonte operacionais muito mais vasto, virado para estratégias de expansão e do reforço da unidade entre os vários pólos do capitalismo português. Foi então que se constituiu a UBP, com capitais mistos, privados e estatais, cuja privatização total se anuncia para dentro de poucos meses. A instituição é insistentemente apontada como co-fundadora de uma nova sociedade anónima — a Coliseu, SA — empresa aparentemente fundada para salvar da falência a velha sala de espectáculos portuense. A sociedade declara-se, desde já, aberta à participação de outros investimentos e sensível à possibilidade de diversificação das suas actividades.

Estes imprevistos «mistérios» desenrolam-se por entre o impenetrável silêncio das instituições obviamente mais interessadas no caso. O governo finge ignorar que têm sido violadas normas fundamentais. A hierarquia religiosa emudece perante acontecimentos que se presume pertencerem ao foro confessional. A própria Igreja do Reino de Deus revela uma inexplicável passividade. Teólogos e economicistas da Opus Dei fazem leituras contraditórias dos mesmos conteúdos. As instituições às quais a República confiou a missão de zelarem pelo cumprimento das leis democráticas permanecem impávidas ao verem devassados os seus relatórios mais confidenciais. Da noite para o dia, surgem revelações que logo a seguir, do dia para a noite, são completamente esquecidas.

É numa sociedade como esta que vivemos.

Os últimos «mistérios»

Neste caso do Coliseu do Porto, parece ser cada vez mais evidente que a questão religiosa — se é que ela alguma vez existiu — desapareceu submersa num oceano de outras preocupações.

Inicialmente, talvez que áreas religiosas fundamentalistas tenham tentado aproveitar-se do

carinho que os portuenses tradicionalmente revelam pelo Coliseu para desferirem um ataque fulminante às seitas religiosas em ascensão. Talvez isso tenha acontecido.

Por outro lado, não devemos pretender ignorar que a manutenção e exploração comercial do Coliseu do Porto constitui um problema de difícil solução. Qualquer saída que nesta área vier a ser encontrada exigirá um planeamento extremamente delicado. Uma empresa mista, como a que se prevê constituir-se, desde que rigorosamente controlada, poderia em princípio representar neste sentido uma possibilidade de solução.

É imprescindível, porém, que tudo quanto se venha a tentar seja despido de demagogias e verdadeiramente transparente. São condições que as anteriores etapas deste processo de modo algum preenchem. É preciso arripiar caminho.

Afinal, o Coliseu do Porto é património popular, desde sempre erguido e mantido com o esforço das populações.

Espaço de lazer e de cultura, é nesse quadro que tudo deve continuar.

Os alemães de leste são considerados alemães de segunda

Num breve intervalo de uma agenda apertada, entrevistámos Lothar Bisky, presidente do Partido do Socialismo Democrático (PDS, Alemanha). Dez minutos de conversa, na Festa do «Avante!», sobre como se vive hoje na Alemanha oriental. Que problemas maiores se fazem sentir. Como lutam os comunistas.

Começamos o nosso diálogo pela situação económica e social que hoje se vive no leste da Alemanha, na ex-RDA.

A indústria foi praticamente destruída. Restam apenas um terço dos postos de trabalho industrial (em relação a 1990). A maioria dos postos de trabalho no sector estatal foram eliminados. Fábricas fechadas. A propriedade popular foi privatizada. Actualmente, a maioria das propriedades está na posse de empresas da Alemanha ocidental. Em relação a 1990, apenas 20% dos trabalhadores agrícolas mantêm os seus postos de trabalho. A agricultura encontra-se numa situação difícil. Na investigação e desenvolvimento, contam-se hoje apenas 10% dos investigadores que havia anteriormente.

Nas nossas Universidades e escolas superiores, muitos dos professores e funcionários foram despedidos. Pode-se dizer que os intelectuais ligados à ex-RDA e pessoas que então tenham tido cargos ou posições oficiais, foram, em geral, alvo de despedimento.

Um outro problema que está a surgir é a ameaça de despejo, das suas casas, para cerca de 600 mil pessoas. Trata-se de casas expropriadas aos anteriores proprietários que, quando da constituição da RDA se encontravam na parte ocidental, e que agora exigem a sua restituição.

Quando se coloca a questão - a quem pertence hoje a Alemanha oriental, pode certamente dizer-se que não pertence aos alemães orientais. Pertence à Alemanha ocidental.

A muitas pessoas agradam as novas liberdades, a possibilidade de viajar (mesmo quando não tenham

Na Alemanha de leste, temos cerca de 20 por cento dos parlamentares regionais — seis mil deputados — e somos o terceiro maior partido. Ou seja, onde nos conhecem, votam em nós.

Entrevista com Lothar Bisky

manha oriental é aproximadamente o dobro da referida nas estatísticas oficiais.

E em relação aos jovens?

O desemprego juvenil é muito elevado e existe um fenómeno, novo para nós, que é a falta de colocação para aprendizes.

Têm vindo a ser criados centros de formação profissional estatais, mas após o fim da sua formação os jovens não conseguem arranjar trabalho.

O desemprego massivo é um dos principais problemas da Alemanha oriental.

Que outros problemas haverá a destacar neste momento?

Antes do mais, problemas de ordem social.

Anteriormente, na RDA, uma mãe solteira poderia viver com um nível de vida aceitável e os seus filhos tinham assegurado um bom nível de ensino, como qualquer outra criança.

Hoje em dia, quase todas estão dependentes de ajudas sociais.

Verificou-se um grande aumento das rendas de casa. Não se cumpriu aquilo que foi prometido no programa de unificação, ou seja, as rendas de casa só serem aumentadas em simultâneo com o aumento de rendimentos.

Na verdade, as rendas de casa aumentaram muito mais depressa que os rendimentos.

E qual é a reacção dos alemães de leste face a esta situação?

As pessoas tinham uma grande esperança na reunificação. E gostariam que a unificação se mantivesse.

Mas neste momento já há uma grande desilusão.

Em 1990, a opinião generalizada era de que o socialismo era mau.

Hoje em dia a população tem outra opinião. Três em cada quatro



- e somos o terceiro maior partido. Ou seja, onde nos conhecem, votam em nós.

No conjunto da Alemanha, entretanto, contamos apenas com 4,4% dos votos. Na Alemanha ocidental o anticomunismo é muito forte e o PDS não é conhecido. Têm de nós apenas a imagem que lhes é transmitida pelos meios de comunicação social.

Mas contrariamente a todas as previsões, o partido não desapareceu, antes passou por um processo de renovação.

De que formas se revestiu a renovação do vosso partido?

Nós viemos do antigo SED. E assumimos isso.

Houve entretanto uma renovação do partido, tanto de conteúdo como de composição.

Existem várias correntes dentro do partido. Até agora temos sempre conseguido encontrar um caminho convergente para a definição de políticas concretas.

Temos militantes que se consideram comunistas, a grande maioria considera-se socialista, temos cristãos, verdes de esquerda - várias tendências e correntes.

O que nos une é uma postura anticapitalista. Não acreditamos que a Alemanha actual, a sua estrutura, esteja definida uma vez por todas. E continuamos a acreditar numa sociedade socialista. Mas que tem de ser conquistada num clima democrático. É isso que nos une.

Alguns dos militantes do vosso partido têm sido alvo de repressão.

Entre as pessoas que têm vindo a ser vítimas de repressão há também alguns membros do nosso partido, mas defendemos o fim da repressão em relação a todos.

O PDS é marginalizado por todos os outros partidos representados no Parlamento.

Uma situação que, pelo menos pontualmente, tende a mudar.

Há entretanto processos políticos - uma espécie de "justiça dos vencedores" - contra funcionários da ex-RDA. Contra generais e oficiais do exército. Contra dirigentes e militantes do partido então no poder.

Um processo particularmente escandaloso é o dirigido contra Hans Modrow. Estamos neste momento empenhados na luta contra este processo de justiça criminal.

O objectivo destes processos é incutir o medo nas pessoas. Incutir o medo de terem qualquer tipo de relações com socialistas ou de votarem PDS.

Pela primeira vez na Alemanha existem penas que se traduzem numa penalização financeira para toda a vida. Por exemplo - uma redução da reforma, que atinge em particular os ex-funcionários da RDA (em função da sua participação na actividade política da ex-RDA).

O PDS também é vigiado pela polícia secreta que anualmente elabora relatórios sobre a sua actividade.

Ou seja - existe uma tentativa de gerar um clima de medo com o objectivo de afastar as pessoas do PDS. Mas, felizmente para nós, dentro das cabinas de voto as pessoas estão sós...



condições económicas para o fazer), a existência de uma moeda forte.

Mas em geral os alemães do leste são vítimas de discriminações e de alguma forma considerados como alemães de segunda classe.

Em termos de desemprego, qual é a situação actual?

É uma realidade que era desconhecida entre nós. Hoje, oficialmente, o desemprego é de 16 por cento. Mas calcula-se que seja de facto superior a 30 por cento.

A estatística oficial de desemprego não tem em conta mulheres desempregadas (na RDA trabalhavam 90 por cento das mulheres). Hoje em dia 70 por cento das mulheres estão desempregadas.

Não são igualmente consideradas as pessoas em situação de pré-reforma, que se viram obrigadas a reformar-se com 48/50 anos.

Os cálculos indicam que a percentagem de desemprego na Ale-

alemães orientais já dizem que o socialismo era uma ideia boa, mas a sua realização prática foi mal conduzida.

Ou seja, regressam à memória muitas das suas conquistas sociais. As pessoas lembram-se de coisas que na altura faziam parte da realidade quotidiana, como a assistência médica ou a educação. E têm consciência de que é possível viver de uma forma melhor que actualmente.

Este um dado novo da actual situação.

Neste quadro, quais as orientações fundamentais para a actividade do PDS?

Os opositores do partido vaticinaram a sua morte. Mas a verdade é que estamos vivos e no leste continuamos a ser o partido com mais militantes. Na Alemanha de leste, temos cerca de 20 por cento dos parlamentos regionais - seis mil deputados

PONTOS CARDEAIS

O psicanalista...

O "Público" de segunda-feira passada pôs vários especialistas a comentar os diferentes cartazes e estratégias de marketing político dos principais partidos. Um desses comentadores, apresentado como Jaime Milheiro, psicanalista, após descobrir nos cartazes do PSD «o esforço de imprimir a ideia de confiança», nos do PS o «êxito» de «uma mensagem subliminar de mudança para

algo de melhor» e nos do PP uma «agressividade» que os torna «isoladores de quem os produziu», dedica aos cartazes da CDU a seguinte apreciação: «Os da CDU chamam a atenção pelo facto de o Carlos Carvalhas estar coberto de brilhantina, o que choca com a ideia da maioria das pessoas de que o PCP não é um partido brilhante». Com tão brilhantes análises, duvidamos que a psicanálise valha alguma coisa a este

psicanalista. Talvez a psiquiatria, talvez a psiquiatria....

... e o psicoanalísável

Aliás, a psicanálise anda a ser surpreendentemente necessária, como derradeiro descodificador de algumas bizarras que por aí campeiam. É o caso do painel

desta semana onde o «Expresso» qualifica as figuras «em alta» ou «em baixa». No último número, assinado por José António Lima, o perspicaz julgador pôs «em alta» as faenas de Durão Barroso a «enterrar» o PSD e o seu próprio líder, a demagogia ao quilómetro acelerada pelas inaugurações de Ferreira do

Amaral, o anticomunismo patológico de Emídio Rangel a chantagear a concupiscência antidemocrática de Nogueira e Guterres com a exigência do debate a dois e ainda as pretensas performances destes últimos no debate realizado na RTP. Para o incandescente juízo de Lima, «em baixa», na semana que passou, só Carlos Carvalhas.

E porquê? Porque ao ir «para a RTP fazer de conta que esperava ter um lugar no debate fez lembrar um pequeno partido como a UDP» e «alguém a pedir uma esmola aos poderosos». Isto numa edição onde o seu próprio jornal demonstrava, a começar pela primeira página, que a iniciativa de Carlos Carvalhas dominara a actualidade política e transtornara, por completo, toda a encenação feita à volta do «debate a dois». Como dizia o outro, Freud é capaz de explicar isto...

O anticabeleireiras

Num programa - aliás, interessante - que faz na RDP, Joaquim Letria referia-se há dias à presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília, como a «cabeleireira», enveredando por uma grosseira diatribe contra a autarca onde a linha mestra da argumentação assentava nessa designação, repetidamente arremessada como um insulto. Ignoramos o que tem Joaquim Letria contra as cabeleireiras, mas, com tanto desdém, há-se ser algo sério. O que sabemos é que Joaquim Letria está confundido: Maria Emília, a prestigiada presidente da Câmara Municipal de Almada, não é cabeleireira mas bancária. Também achamos compreensível esta troca de profissões feita por Joaquim Letria. É lógica num homem, ele próprio, uma confusão. Com um passado pretensamente de esquerda, acaba a afagar «papos de anjo» no «Diabo», cumprindo, entretanto, um tão baralhado trajecto que ainda hoje ninguém sabe - se calhar nem ele - o que afinal Joaquim Letria é, profissionalmente: um jornalista? Um «consultor de imagem», seja lá isso o que for? Um «estratega partidário»? Um guru de eminências? Ou mero vendedor de Mercedes?!... Cabeleireiro é que, certamente, não é.

Os feirantes

A ida de Manuel Monteiro a Alenquer, para se passear numa feira que não existia, foi uma das anedotas da semana que a generalidade dos órgãos da Comunicação Social não resistiu a difundir. Como esclarecimento eleitoral, o lapso vale mais que mil discursos. Na verdade, que credibilidade tem um partido que nem conhece o quotidiano dos sítios onde pretende apresentar-se como representante das respectivas populações? Console-se, entretanto, o novo CDS-PP: se não encontrou uma feira em Alenquer, não é por isso que há-de ficar à míngua destas realizações. A sua campanha eleitoral é, ela própria, uma feira permanente...

FRASES da SEMANA

“Trata-se, em primeiro lugar, de um assunto da soberania francesa e que é um problema do Governo francês.”

☞ (Manuel Monteiro, sobre os ensaios nucleares franceses - «Expresso», 09.09.95)

“(...) quando (como acontece com o CDS-PP) se fala em “pacto de regime” está, em geral, a falar-se não de um pacto para melhorar o sistema político democrático mas antes de um pacto de adulteração profunda do regime.”

☞ (Luís Sá - «Expresso», 09.09.95)

“Corremos o risco de ter duas campanhas cinzentas e as pessoas escolherem o mal menor. Evolução na continuidade ou continuidade com alguma evolução não é grande escolha.”

☞ (João Salgueiro - «O Independente», 08.09.95)

“Não dou apoios decorativos a ninguém.”

☞ (Idem)

“O Nogueira tem um ar de scenso que me irrita. (...) Tem o ar de um bicho qualquer que não consigo lembrar-me.”

☞ (Sophia de Melo Breyner - «Capital», 07.09.95)

“O programa do PS para a saúde é aceitável para daqui a 30 anos, mas não para os próximos 2 ou 3 anos. É muito pouco pragmático.”

☞ (Eurico Figueiredo, PS - «Semanário», 09.09.95)

“Não adianta fazer intrigas, e muito menos meter-me no meio, porque a coesão interna (do PSD) é de betão.”

☞ (José Miguel Júdice - «Semanário», 09.09.95)

“PSD sem maioria deve privilegiar o PP”

☞ (Vieira de Carvalho, PSD - «Expresso», 09.09.95)

“A SIC não troca um debate a dois por um debate a quatro.”

☞ (Emídio Rangel, citado em «Expresso», 09.09.95)

“Que raio de democracia é esta que dá para cumprimentos mas não dá para debates a quatro?”

☞ (Carlos Carvalhas, citado em «Expresso», 09.09.95)

“O PCP remoçou levemente o que tem sido a sua estratégia semiótica tradicional: apostar mais, glossematicamente, na forma do conteúdo do que na forma da expressão.”

☞ (Salvato Trigo, Professor de Semiótica - «Público», 11.09.95)

“Chamo ao palco a comissão política Zita Seabra...”

☞ (João César Monteiro, cineasta, no Festival de Veneza - dos jornais)

“Vou dormir... e pensar.”

☞ (Manuel Damásio - dos jornais)

PONTOS NATURAIS

A visão do saxofone

Encontro-me em dificuldades para nomear os participantes no «debate». Será Nogueira ou Nuterres? Será Guterres ou Guegueira? É cruel e penoso haver uma realidade por trás doutra realidade.

Explorar o descontentamento pode, tomado ao extremo, levar a Hitler. Explorar a estabilidade pode, tornado provincialmente, conduzir a Salazar. Não estou a enfiar carapuças a alguns; estou, reflectindo, pedir que o façam todos.

A RTP, sendo uma televisão do Estado, comporta-se como uma televisão do governo. A SIC, não sendo uma televisão do governo, comporta-se como uma televisão do Estado.

A TV privada à alternância e não alternativa. Alternativa só outra televisão do Estado. A informação do Canal 2, por exemplo, degolado por Proença de Carvalho.

A discussão mais eficaz deve fazer-se a montante e não a jusante, transformar as causas para evitar as consequências.

O engenheiro diz que, se for minoritário, dialogará com todos, incluindo o PSD. E eu a pensar que, com todos, só o bacalhau...

O mesmo senhor recorda como, em 74 e 75, lutou pela liberdade. Que pena a sua memória não poder recuar alguns anos mais!

O engenheiro sublinha a importância de ambos estarem de acordo. Vem à balha o «pacto de regime». Diz o ex-ministro que foi ele o primeiro a falar nisso. Acabam ambos por comer o pato... com laranja.

O ex-ministro: «Há uma linha geral de rumo que tem de ser seguida».

O engenheiro: «Há um ponto em que estamos de acordo, acordo essencial».

O engenheiro acha que, em minoria, o PSD nada deveria fazer para impedir o PS de governar. A bem da Europa. Coisa mais estranha, antigamente era a bem da Nação!

Engenheiro: Somos muito claros.

Ex-ministro: Somos muito claros.

E os telespectadores cada vez mais às escuras...

O engenheiro, soleníssimo, a respeito do seu partido: «Nós não somos santos».

Não é a isto que se chama pôr as barbas de molho?

Na opinião dele, o mal do PSD foi não ter contribuído para a formação de grupos económicos mais fortes.

Mal se descuida, o carro guina logo para a direita.

«A droga será o inimigo número 1 do meu governo». Palavra do engenheiro.

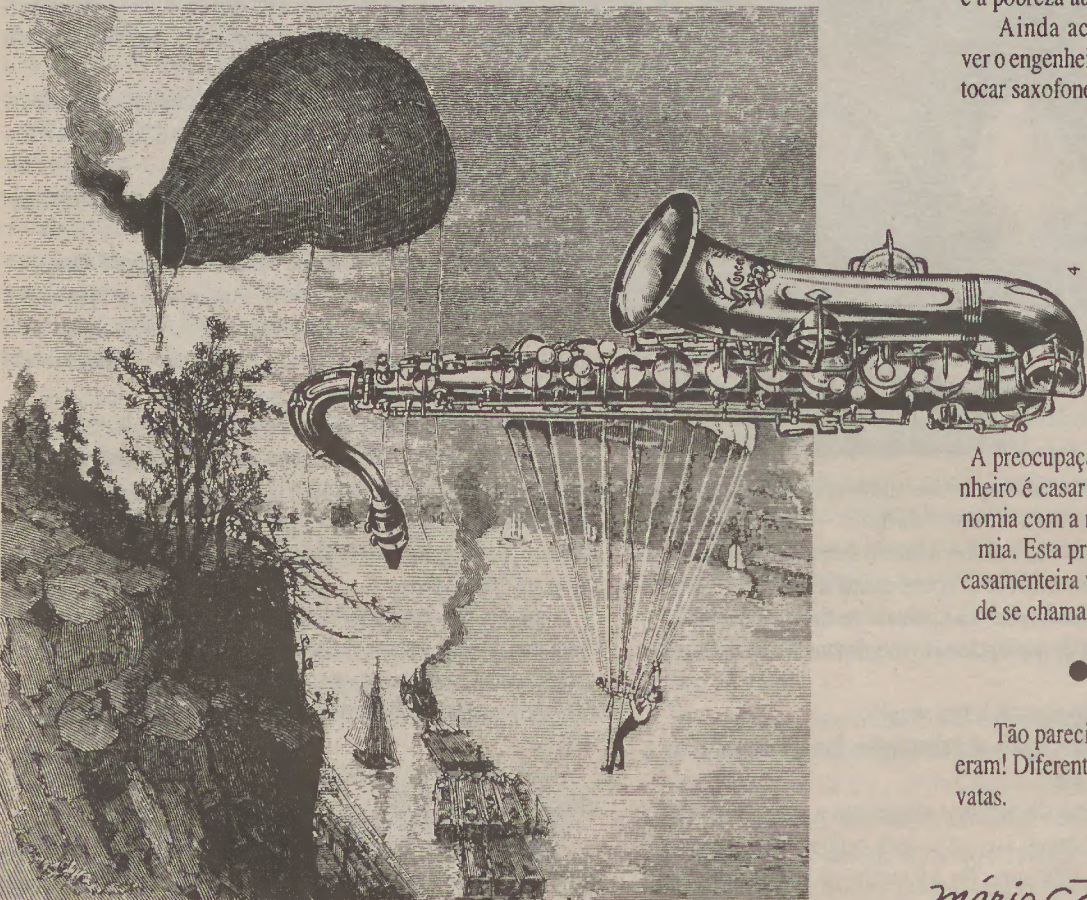
Curiosamente, Clinton disse o mesmo e a droga avançou ainda mais. Também disse que ia combater a pobreza, e a pobreza aumentou.

Ainda acabamos por ver o engenheiro Guterres a tocar saxofone.

A preocupação do engenheiro é casar a macroeconomia com a microeconomia. Esta preocupação casamenteira virá do facto de se chamar António?

Tão parecidos que eles eram! Diferentes, só as gravatas.

Mário Castiú



AVEIRO

Além de participar, ao lado de **Carlos Carvalhas**, no **Comício-festa** que assinala no **domingo, 17**, no **Rossio de Santa Maria da Feira**, o início da Campanha Eleitoral, **Manuela Silva**, cabeça de lista da CDU pelo distrito de Aveiro estará presente nos próximos dias noutras iniciativas de propaganda da CDU, nomeadamente:

Hoje, quinta-feira - Visita às instalações da **Renault/Cacia** e encontro com a Comissão de Trabalhadores - às 15h. **Sexta-feira** - Participação num debate organizado pela **Rádio Botaréu**, de **Agueda** - às 22h. **Sábado** - Porta a porta em freguesias do concelho de **Ovar** - a partir das 14h30. **Domingo** - Visita à freguesia de **Paramos** e reunião com o Executivo da **JF**. **Segunda-feira** - Distribuição de informação em **Espinho** - na Feira semanal (10h), junto dos trabalhadores da **Fosforeira** (12h30) e da **Corfi** (14h20). **Terça-feira** - Distribuição de informação no Mercado de **Estarreja** (10h), junto dos trabalhadores da **Tovartex/Ovar** (12h) e dos trabalhadores da **Phillips** (17h). **Quarta-feira** - Em **Santa Maria da Feira**: Distribuição de informação na Feira dos 20 (10h) e junto dos trabalhadores da **Amorim e Irmãos** (12h). Às 14h, **Manuela Silva** participa, como testemunha de proprietários de terrenos do **Souto/Feira**, em processos contra a **Transgás**.

Às 21h estará presente, em **Aveiro**, no concerto **ARTISTAS COM A CDU**.

BEJA

José Soeiro, cabeça de lista da CDU pelo círculo de Beja, estará presente em numerosas iniciativas de propaganda no distrito. Destacamos: **Hoje, quinta-feira**, visita a **Acos** (11h) e **Nerbe** (15h), estará num porta a porta, a partir das 18h30 na **Boavista** e participa, às 21h, numa sessão que realiza também em **Boavista**. **Sexta-feira** visita, a partir das 11h, o Hospital de Beja. **Segunda-feira, dia 18**, intervirá em nome da CDU no debate organizado pela **Rádio Voz da Planície** com representantes dos 4 maiores partidos sobre «A crise da agricultura e as alternativas do seu desenvolvimento». **Terça-feira** - Visita e contacto com trabalhadores de estruturas municipais: Parque de Materiais, Biblioteca, Câmara. **Quarta-feira** - Em Beja, porta a porta em **Salvada** (18h30), visita à **Edia** (11h) e ao **Politécnico** (15h).

Na **quinta-feira, dia 21**, **José Soeiro** participa com **Carlos Carvalhas** no **Comício-festa de Beja**.

BRAGA

António Lopes, cabeça de lista da CDU pelo distrito de Braga, participa **sexta-feira, dia 15**, no **Comício-festa** que terá lugar na capital do distrito, com a presença de **Carlos Carvalhas**. Participa ainda nos próximos dias noutras acções de informação e propaganda da CDU, nomeadamente: **Sábado** - Em **Vila Verde**, distribuição de propaganda na Feira, a partir das 9h, e visita às freguesias; às 21h, **sessão-festa** no Jardim Público. **Domingo** - No concelho de **Guimarães**: contactos com as populações de **Guardizela, Serzedelo, Gandarela**. Sessão-festa em **Serzedelo**. **Segunda-feira** - Em **Vieira do Minho**: distribuição de propaganda na Feira (9h), seguindo-se visita às freguesias; às 16h, **sessão-festa**. **Terça-feira** - Em **Celorico de Basto**: distribuição de propaganda na Feira de Fermil (a partir das 9h30) e visita a várias freguesias do concelho. **Quarta-feira** - Em **Amares**: distribuição de propaganda na feira, às 9h30, visita a empresas e freguesias. Às 21h, **sessão-festa**.

ÉVORA

Lino de Carvalho, cabeça de lista pelo círculo de Évora, vai estar presente nas seguintes iniciativas: **Hoje, quinta-feira** - Em **Amieira**, plenário de reformados (16h). **Sexta-feira** - Visita a **Arraiolos**, (às 8h, contacto com os trabalhadores do Estaleiro da Câmara e da Câmara Municipal; às 11h30, visita ao **Vimieiro**; às 12h30, encontro com os trabalhadores da Coop. **Montes Velhos**; plenário de Reformados em **Vimieiro** (11h30). Em **Évora** (Palácio D. Manuel), debate sobre toxicoddependência (21h). **Sábado** - Em **Cortiço/Estremoz**: porta a porta (14h30) e sessão de esclarecimento (21h). **Domingo** - Distribuição de propaganda na Feira de **Vendas Novas**. **Segunda-feira** - Visita a **Évora**: de manhã, a partir das 9h, visita e contacto com os trabalhadores da CM; à tarde, contacto com os trabalhadores do Parque Industrial e de outras empresas; convívio com trabalhadores às 18h30.

Outras acções de propaganda eleitoral com a participação de candidatos: **sexta-feira**, sessões com Reformados em **Igrejinha e Valverde**, outras sessões de esclarecimento em **Alandroal, Veiros e Freixo** (com **Joaquim Serra**); **sábado**: sessões em **Guadalupe, S. Sebastião, S. Lourenço**; **segunda-feira**, sessões para Reformados em **Sabugueiro, S. Pedro da Gafanhoeira, Brotas**; outras sessões em **Cavaleiros e Rosário**; **Terça-feira**: sessões de esclarecimento em **Vale de Pereiro e Igrejinha**, sessões para Reformados em **Arraiolos e Alqueva**.

Quarta-feira realiza-se em **Évora**, na Praça do Giraldo, um comício que terá a participação dos candidatos do distrito, além do Secretário-geral do PCP, **Carlos Carvalhas**.

LISBOA

Concelho de Lisboa
Nos próximos dias terão lugar acções de propaganda eleitoral com a presença de candidatos da CDU em todos os Bairros da capital. Destacamos:

CDU

A Esquerda necessária para uma nova política

Hoje, quinta-feira - Sessão com Reformados na freguesia de **S. Vicente**: no Centro de Convívio dos Reformados, às 16h. Contactos com a população no Largo de Alcântara, Possidónio da Silva, pátios dos Prazeres, Amoreiras, S. Domingos de Benfica, Benfica; contactos com os trabalhadores da EPAL/Olivais, EDP/Marques Pombal e José Malhoa, Petrolgal/R. das Flores. **Sexta-feira** - Contactos com as populações do Tarujo, R. Campolide, Calç. da Quintinha, Bairro Liberdade, Carnide, Chiado e Bairro Alto; contactos com os trabalhadores da Mercauto, A.M. Almeida, Hospitais da Estefânia e Cruz Vermelha, ARS e CRSS/Av. EUA, IVA, Ministério do Mar. **Espectáculos** no Bº Padre Cruz com os «3 de Abril» e na Musgueira-Norte com o «5º Esquerdo»; sessão de **Fado** na Esc. Veiga Beirão (freg. Sacramento). **Sábado** - Acções de propaganda nos mercados da Ajuda, Alcântara, Campo de Ourique, S. Domingos de Benfica, Lumiar, Benfica, Alvalade e Ribeira; contactos com a população na R. do Olival/Cova da Beira (Prazeres), Bº Alto e Bica; **espectáculos** nos jardins de Santo Amaro (16h) e Constantino (18h) e nos Olivais Velho (21h). **Domingo** - Acções de propaganda nas Feiras de Galinheiras e Relógio e na Feira da Luz (16h). **Espectáculo** em Alfama com os «3 de Abril»

Concelho de Cascais

Sexta-feira - Acção de propaganda em S. Pedro do Estoril, com a participação das candidatas **Adelaide Alves** e **Célia Maria** (a partir das 15h).

Domingo - Com a participação de **Luís Sá**, em **S. Domingos de Rana**: acção de propaganda na Feira de S. Domingos (9h30); encontro com os moradores de **Trajouce** e visita à **Lixeira** (11h); visita e contacto com a população de **Caparide**; **Jantar CDU em Tires** (às 19h30, no CT do PCP). **Almoço CDU** na Coop. da Linha do Estoril com a participação de **José Casanova**.

Concelho de Sintra

Hoje, quinta-feira - **Luís Sá, Lino Paulo** e outros candidatos visitam a freguesia de **Rio de Mouro** (a partir das 15h). **Sábado** - **Queluz**: visita dos candidatos **Domingos Lopes, Lino Paulo, Jaime da Mata, Felício Loureiro** (a partir das 10h); com a presença dos mesmos candidatos, festa popular em **Mira-Sintra** (21h30, Ringue dos «Desportos e Juventude»). **Segunda-feira** - Visita de **Luís Sá** e outros candidatos, a partir das 11h, a **Algueirão-Mem Martins** e à sua **Zona Industrial, a Queluz, Belas e Casal de Cambra**.

PORTO

Com a participação de **João Amaral**, cabeça de lista pelo círculo do Porto, e de outros candidatos realizam-se nos próximos dias, entre outras, as seguintes acções de propaganda da CDU:

Hoje, quinta-feira - Encontro com **professores** na Coop. Unicep/Pç. Carlos Alberto. **Sexta-feira** - Acção de propaganda na **Baixa do Porto**, a partir das 17h; **Jantar em Guidões/Santo Tirso**, no Espaço CDU, Lg. da Igreja. **Sábado** - Contactos com a população na Feira da **Sra. da Hora** (às 11h); **Comício-festa em Penafiel**, com a participação de candidatos e a actuação da **Banda de Luís Portugal**.

Os candidatos da CDU-Porto participam no domingo, ao lado de **Carlos Carvalhas**, no comício do Palácio de Cristal (em destaque nesta página). Estarão também presentes na inauguração (segunda-feira, às 21h30) da **Exposição de Artes Plásticas** de apoio à CDU que ficará patente ao público no CT do PCP da Av. da Boavista.

SETÚBAL

O cabeça de lista da CDU pelo distrito de Setúbal, **Octávio Teixeira**, integrará no decurso dos próximos dias as caravanas de esclarecimento e propaganda eleitoral que percorrem o distrito. Nomeadamente:

Hoje, quinta-feira, estará todo o dia em visita à cidade de **Setúbal**, acompanhado por **Ruben de Carvalho** e outros candidatos, para contactos com a população na **Baixa da Cidade** (10h), contacto com as ORT's da **Renault** (14h), contacto com os trabalhadores da **Setenave-Solisnor** (17h), encontro com jornalistas no Café com Estória (18h30). **Octávio Teixeira** participa ainda, às 21h30, numa sessão no **Zambujal/Sesimbra**. **Sexta-feira** estará presente no jantar em **Alcochete** e comício na **Moita**, com **Álvaro Cunhal**, e ainda num almoço na **Quinta do Conde**, e no **sábado** nas iniciativas no distrito que têm a presença de **Carlos Carvalhas**; **domingo** participará nas Festas da **C. Piedade** (21h), **segunda-feira** visita, acompanhado por outros candidatos, a **Moita, terça-feira** o **Barreiro**, **quarta-feira** **Sines**.

No concelho de **Almada** terão lugar nos próximos dias: **hoje, quinta-feira**, às 14h30, sessão de esclarecimento para Reformados no Centro de Dia da **URPICA/Laranjeiro** e às 17h30 um convívio de trabalhadores da Autarquia no Salão de Festas da **Incrível Almadaense** com a participação de **Vicente Merendas**; **sexta-feira**, às 14h30, sessão para reformados na **URPIC/Charneca da Caparica**; visita de candidatos às freguesias de **Cova da Piedade** e **Cacilhas**. **Sábado**, candidatos visitam as freguesias de **Feijó e Laranjeiro**, e **domingo** **Charneca e Costa da Caparica**. **Terça-feira**, contactos com a população de **Almada**, nomeadamente com trabalhadores de várias empresas.

Sábado, no **Seixal**, por iniciativa de atletas apoiantes da CDU, realiza-se no Campo do Atlético da Arrentela, com início às 10h, uma **iniciativa desportiva** que terminará com um almoço-convívio na **Quinta da Atalaia**.

Iniciativas com Carlos Carvalhas

Hoje

Visita aos Estaleiros Navais de **Viana do Castelo** (11 horas). Encontros com a população em **Vilar de Mouros** (18 horas, Largo da Torre), **Caminha** (18.30, Terreiro) e **Vila Praia de Âncora** (19.30, Praça da República - seguido de jantar na Cooperativa **Ancorense**).

Comício-festa em Viana do Castelo (21.30, Praça da República), também com intervenção de **Honório Novo**, cabeça-de-lista da CDU.

Sexta-feira

Arruada em Guimarães (partida às 10 horas, do Mercado Municipal) e distribuição de propaganda junto da empresa **Riopele** (13.30). **Arruada em Fafe** (18 horas, da Av. do Brasil) e jantar em **Famalicão** (20 horas, restaurante «O Barão»).

Comício-festa em Braga (22 horas, Praça da República, junto à Arcada), também com intervenção de **António Lopes**, cabeça-de-lista da CDU.

Sábado

Intervenção no festival **Juventude CDU em festa**, no **Barreiro** (16 horas, Av. Bento Gonçalves). Jantar com trabalhadores em **Setúbal** (19.30, Pav. União Futebol Comércio e Indústria).

Comício em Setúbal (21.30, Praça do Bocage), também com intervenção de **Octávio Teixeira**, cabeça-de-lista da CDU.

Domingo

Almoço com trabalhadores têxteis, em **Santo Tirso** (Vilarinho, 13 horas). Comício em **Santa Maria da Feira** (Rossio, 19 horas), também com intervenção de **Manuela Silva**, cabeça-de-lista da CDU por Aveiro.

Comício de abertura da campanha eleitoral, no Palácio de Cristal, Porto, às 15.30 horas, também com intervenção de **João Amaral**, cabeça-de-lista da CDU.

Segunda-feira

Encontros em **Coimbra** com o conselho directivo da Escola Secundária **Jaime Cortesão** (15.30) e a Associação Juvenil «Agora» (17.30).

Comício-festa da CDU em Coimbra (21 horas, Praça da República), também com intervenção de **Avelãs Nunes**, cabeça-de-lista da CDU.

Terça-feira

Visita à Adegas Cooperativas de **Arruda dos Vinhos** (18.15). Encontro com a população em **Sobral de Monte Agraço** (19 horas, Largo da Câmara). Em **Torres Vedras**, jantar de apoiantes (20.30, Hotel Império) e comício-festa (22 horas, largo frente à Galeria Arcada).

Quarta-feira

Encontros com a população em **Montemor-o-Novo** (visita aos estaleiros da CM, 11 horas) e no concelho de **Arraiolos**: **Sabugueiro** (12.15, Junta de Freguesia), **S. Pedro de Gafanhoeira** (12.45, Largo 1º de Maio), **Santana** (13.00, Largo Principal) e **Ilha** (13.30, com almoço); visita à Cooperativa de Tapetes de **Arraiolos** (15.30); encontros com a população no **Escoural** (17.30, Largo da JF) e em **Alcáçovas** (18.30, Jardim Público). Jantar em **Viana do Alentejo** (20.30).

Comício-festa em Évora, na Praça do Giraldo, às 21 horas, também com intervenção de **Lino de Carvalho**, cabeça-de-lista da CDU.

Na semana seguinte

Quinta-feira, dia 21, o secretário-geral do PCP e cabeça-de-lista da CDU em Lisboa desloca-se ao distrito de **Beja**, participando em iniciativas em **Serpa, Minas de S. Domingos, Mértola e Castro Verde**; para as 22.30 está marcado um **comício-festa em Beja**.

Na **sexta-feira, dia 22**, **Carlos Carvalhas** participa num **comício-festa em Faro**, às 22 horas.

Sábado, dia 23, às 16 horas, tem lugar o grande comício no **Campo Pequeno, em Lisboa**.

Iniciativas com Álvaro Cunhal

Dia 15, sexta, distrito de Setúbal acompanhado pelo cabeça-de-lista da CDU, **Octávio Teixeira**

Encontro com a população, no **Samouco** (19.45 horas, na Praça da República) e jantar-convívio em **Alcochete** (20 horas, Centro Náutico). Comício-festa no **Seixal** (21.30, Largo da Igreja, com Banda do Andarilho).

Dia 16, sábado, distrito de Santarém acompanhado pela cabeça-de-lista da CDU, **Luísa Mesquita**

Almoço-convívio em **S. Facundo**, Abrantes (13 horas, parque desportivo). Contactos com a população da **Carregueira**, Chamusca (17.30), e da **Azinhaga, Golegã** (18.30). Festa da CDU em **Torres Novas** (22 horas, Praça 5 de Outubro).

Dia 17, domingo, distrito de Lisboa

Sessão em **Benfica** (18 horas, gimnodesportivo da Junta de Freguesia - Av. Gomes Pereira). Comício-festa em **Sacavém** (21.30, Academia - Rua James Gilman, 54), também com intervenções dos candidatos **Demétrio Alves** (PCP), **Bernardino Soares** (JCP) e **João Galdes** (ID).

TELEVISÃO

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 14

CANAL 1
08.00 Corpo Santo
08.40 Uma Casa ao Sol
09.05 Trampolim
09.35 Rock II
10.05 Beverly Hills
10.50 A Minha Vida Dava um Filme
11.20 Culinária
11.30 Marimar
12.20 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Factos de Banho
13.55 Maria José
15.30 Sempre a Abrir
16.15 Encruzilhadas
17.05 A Lei das Ruas
17.50 Kananga do Japão
19.20 Lotaria Nacional
19.30 A Minha Vida Dava Um Filme
20.00 Telejornal
20.45 Factos de Banho
20.55 A Idade da Loba
21.35 Roberto Leal
22.35 Despedida de Solteiro
23.55 24 Horas
00.25 Remate
00.40 Ameaça Velada
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.35 Star Trek - O Caminho das Estrelas
17.00 Trampolim
17.30 Vuelta 95
18.35 Disfarces
19.20 Um, Dó, Lí, Tá
20.05 500 Nações
21.00 Sobreviver
21.30 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 O Grito do Mocho
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Musical: «In Concert - VI», com Billy Idol
01.10 Motociclismo
02.10 Souvenirs

SIC
09.00 Buérré
10.00 Minas e Armadilhas
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Miss Espanha 94
15.30 Os Conquistadores
16.45 Buérré
17.45 Notícias
18.00 Tieta do Agreste
20.00 Jornal da Noite
20.45 A Próxima Vítima
21.50 Trapações em Portugal
22.35 Número Um
00.20 Último Jornal
00.40 Phoenix

TVI
11.00 Vida Selvagem
11.50 Telhados de Vidro
12.30 Morena Clara
13.15 Primeira Mão
13.30 Jornal da Uma
14.05 Quem Sai aos Seus...
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 Confissões de Adolescente
18.25 A Fúria do Destino
19.15 O Jogo da Vida
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 A Feira do Riso
(ver «Filmes na TV»)
23.50 TVI Jornal
00.25 Diário da Campanha

Sexta, 15

CANAL 1
08.00 Corpo Santo
08.40 Uma Casa ao Sol
09.05 Trampolim
09.35 Rock II
10.05 Beverly Hills
10.50 A Minha Vida Dava um Filme
11.20 Culinária
11.30 Marimar
12.20 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Factos de Banho
13.55 Maria José
15.35 Sempre a Abrir
16.15 Encruzilhadas
17.05 A Lei das Ruas
17.50 Kananga do Japão
19.25 A Minha Vida Dava Um Filme
20.00 Telejornal
20.55 A Idade da Loba
21.35 Isto Só Vídeo
22.15 Roleta Russa
23.20 O Melhor de Benny Hill
00.20 24 Horas
00.50 Marginalidades
01.50 Remate
02.05 Guerreiros do Inferno
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.35 Três Dias para Ganhar
17.00 Trampolim
17.30 Vuelta 95
18.35 Uma Família Feliz
19.20 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 O Mundo em Guerra
21.05 Internacional
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Planeta Terra
23.10 Woyzeck, o Soldado Atraído
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Grande Desporto
01.30 Souvenirs

SIC
09.00 Buérré
10.00 Minas e Armadilhas
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Prémios da Música
15.30 Os Conquistadores
16.45 Buérré
17.45 Notícias
18.00 Tieta do Agreste
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Próxima Vítima
22.00 Os Malucos do Riso
23.40 Minas e Armadilhas
00.50 Os Donos da Bola
02.05 Último Jornal
02.25 Campeonato do Mundo de Surf
02.35 Playboy

TVI
11.00 Caixa de Perguntas
11.50 Telhados de Vidro
12.30 Morena Clara
13.15 Primeira Mão
13.30 Jornal da Uma
14.05 Quem Sai aos Seus...
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 Confissões de Adolescente
18.25 A Fúria do Destino
19.15 O Jogo da Vida
19.55 Novo Jornal
20.40 Percursos - «Fernando Nogueira»
21.45 Marés Vivas
22.30 Gerónimo, o Último Guerreiro
(ver «Filmes na TV»)
00.45 TVI Jornal

Sábado, 16

CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.30 Arca de Noé
12.30 Praça de Touros
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Beverly Hills
14.15 Made in Portugal
15.00 Royal Variety Performance
16.15 Chefe Mas Pouco
16.45 Outras Guerras
17.30 Kananga do Japão
19.45 Totoloto
20.00 Telejornal
20.30 Queridas e Maduras
21.00 Nico d'Obra
22.00 A Fogueira das Vaidades
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Fados no Parque
01.00 24 Horas
01.20 A Carga da Brigada Ligeira
(ver «Filmes na TV»)
03.25 Cerco de Morte
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Musical - «Take That»
13.00 Lenda de Oureana
13.50 Euronews
15.00 TV2 Desporto
19.00 Circuito de Golf da Comunicação
19.15 Circo
19.30 Viagens na Minha Terra
20.00 O Mito de Siracusa
21.00 Homicídios Premeditados
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 Jogo Falado
00.05 Júlia Tem Dois Amantes
(ver «Filmes na TV»)

SIC
09.00 Os Conquistadores
10.00 Buérré
12.30 Portugal Radical
13.00 Quatro por Quatro
14.10 Dra. Quinn
15.20 Cosby Show
16.40 O Magistrado
17.50 Tieta do Agreste
18.40 Cenas de Um Casamento
19.30 Jornal da Noite + A Semana
20.45 Futebol: Sporting-Campo Maiorense
22.45 A Próxima Vítima
23.50 Big Show Sic
02.45 Último Jornal
03.00 Campeonato do Mundo de Surf
(ver «Filmes na TV»)

TVI
10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Visto Isto
12.30 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra Ataque
15.10 Vamos ao Circo
16.10 A Hora do Recreio
17.05 Fort Boyard
19.00 O Céu Como Horizonte
20.00 Telejornal
21.00 Percursos - «António Guterres»
21.40 Feita à Medida
22.10 Ficheiros Secretos
23.00 Os Novos Intocáveis
24.00 Diário da Campanha
00.15 Últimas Notícias
00.35 Todos Morreram Calçados
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 17

CANAL 1
08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.20 Beverly Hills
16.00 Top +
15.20 86-60-86
16.05 A Lei de Burke
17.00 Outras Guerras
17.55 Kananga do Japão
18.30 Casa Cheia
19.15 Campanha Eleitoral
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Futebol: E. Amadora-Benfica
22.50 A Menina da Rádio
(ver «Filmes na TV»)
00.20 24 Horas
00.40 Paixões

TV 2
09.00 O Mar e a Terra
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Vida por Vida
13.15 Euronews
14.00 TV2 Desporto
19.15 Artes e Letras: «Robert Mapplethorpe»
21.15 Portugal Sem Fim - «O Fogo e o Gelo»
21.15 Campanha Eleitoral
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sedução Assassina
23.20 Domingo Desportivo
00.50 Nunca Digas Adeus
(ver «Filmes na TV»)

SIC
09.00 Os Conquistadores
11.00 Buérré
13.00 BBC - Vida Selvagem
14.00 Internacional SIC
14.30 Príncipe de Belair
15.00 Olho de Falcão
16.00 Os Imortais
17.00 Chamavam-lhe o Buldozer
(ver «Filmes na TV»)
20.00 Jornal da Noite
21.05 Engraçadinha, Seus Amores e Pecados
23.10 Feita Por Encomenda
(ver «Filmes na TV»)
01.20 Último Jornal
01.35 Campeonato do Mundo de Surf
01.40 Erro Fatal

TVI
10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.30 Missa
13.40 Portugal Português
14.50 Jornal do País
15.35 Telemúsica
16.10 A Hora do Recreio
17.00 Por Sua Dama e Por El-Rei
(ver «Filmes na TV»)
20.00 Telejornal
20.35 Detectives na Onda
21.45 Jogo do Ganso
00.50 Últimas Notícias
01.05 Diário da Campanha

Segunda, 18

CANAL 1
08.00 Notícias
08.20 Trampolim
08.50 Rua Sésamo
09.30 Corpo Santo
10.30 Praça da Alegria
11.20 Culinária
11.30 Marimar
12.20 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Edera
15.30 Encruzilhadas
16.55 A Lei das Ruas
17.50 Kananga do Japão
18.45 A Minha Vida Dava Um Filme
19.15 Campanha Eleitoral
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.40 Futebol: Leça-Porto
22.15 A Idade da Loba
23.00 Buccaneers
24.00 24 Horas
00.30 Remate
01.00 Knight, Herói Anti-Crime
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.30 Infantil
17.00 Trampolim
17.30 Vuelta 95
18.40 Rua Sésamo
19.30 Um, Dó, Lí, Tá
20.15 Esfinge
21.10 Que Família
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Segunda Parte
00.15 Homicídios Premeditados
01.15 Golo Europa
02.15 Souvenirs

SIC
11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Encontro com a Sorte
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buérré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 Tieta do Agreste
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
21.50 A Próxima Vítima
21.30 Não se Esqueça da Escova de Dentes
23.15 Casos de Polícia
00.30 Último Jornal
00.50 Phoenix

TVI
10.30 Vida Selvagem
11.20 Telhados de Vidro
11.55 Morena Clara
13.15 Primeira Mão
13.30 Jornal da Uma
14.05 Quem Sai aos Seus...
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 Confissões de Adolescente
18.25 A Fúria do Destino
19.45 O Jogo da Vida
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 Camarena - A Guerra da Droga (II)
23.45 Especial Informação - Tema: «Educação»
00.45 TVI Jornal
01.15 Diário da Campanha

Terça, 19

Canal 1
08.00 Notícias
08.20 Trampolim
08.50 Rua Sésamo
09.30 Corpo Santo
10.30 Praça da Alegria
11.20 Culinária
11.30 Marimar
12.20 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Edera
15.30 Encruzilhadas
16.55 A Lei das Ruas
17.50 Kananga do Japão
18.45 A Minha Vida Dava Um Filme
19.15 Campanha Eleitoral
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.30 A Idade da Loba
21.20 Isto Só Vídeo
22.00 Assalto Infernal
(ver «Filmes na TV»)
23.40 24 Horas
24.00 Remate
00.15 O Informador
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.30 Golo Europa
17.30 Vuelta 95
18.30 Rua Sésamo
19.30 Rotações
21.10 Amor à Primeira Vista
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Teatro: «Aquele Cativa Que me Tem Cativo»
00.30 Souvenirs

SIC
11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Encontro com a Sorte
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buérré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 Tieta do Agreste
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
21.50 A Próxima Vítima
21.30 Não se Esqueça da Escova de Dentes
23.15 Casos de Polícia
00.30 Último Jornal
00.50 Phoenix

TVI
10.30 Vida Selvagem
11.20 Telhados de Vidro
11.55 Morena Clara
13.15 Primeira Mão
13.30 Jornal da Uma
14.05 Quem Sai aos Seus...
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 Confissões de Adolescente
18.25 A Fúria do Destino
19.45 O Jogo da Vida
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 Camarena - A Guerra da Droga (III)
23.00 Directa
24.00 TVI Jornal
00.30 Diário da Campanha

Quarta, 20

Canal 1
08.00 Notícias
08.20 Trampolim
08.50 Rua Sésamo
09.30 Corpo Santo
10.30 Praça da Alegria
11.20 Culinária
11.30 Marimar
12.20 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.35 Edera
15.30 Encruzilhadas
16.55 A Lei das Ruas
17.50 Kananga do Japão
18.45 A Minha Vida Dava Um Filme
19.15 Campanha Eleitoral
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.30 Futebol
22.30 A Idade da Loba
24.00 24 Horas
00.25 Remate
00.35 Uma Loira para Todos
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.30 Motores
17.30 Vuelta 95
18.35 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 Fórmula Um
21.10 Comboios Como Não Há Outros
21.30 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Reportagem
23.30 Musical
00.35 Souvenirs

SIC
11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 O Senhor Feliz
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buérré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 Tieta do Agreste
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Próxima Vítima
21.50 Barba e Cabelo
22.30 Número Um
00.35 Último Jornal
00.50 Phoenix

TVI
10.30 Informação Religiosa
11.20 Telhados de Vidro
11.55 Morena Clara
13.15 Primeira Mão
13.30 Jornal da Uma
14.05 Quem Sai aos Seus...
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 Confissões de Adolescente
18.25 A Fúria do Destino
19.15 O Jogo da Vida
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 Camarena - A Guerra da Droga (III)
23.55 TVI Jornal
00.25 Diário de Campanha
00.40 Jornal do Mundo

Table with 4 columns: Domingos, 17; Segunda, 18; Terça, 19; Quarta, 20. Rows include RDP Nac., RDP Inter., RRenasc. - C1, RRenasc. - RFM, RCom. - OM e FM.

TEMPOS DE ANTENA DA CDU NA TV DE 17 A 20 DE SETEMBRO

Domingo, dia 17

RTP-1 (19h10): 4º TA [19h19]
TV2 (21h15): 3º TA [21h21]
TVI (21h27): 1º TA [21h27]
RTPi (19h20): 8º TA [19h41]

Segunda-feira, dia 18

RTP-1 (19h10): 3º TA [19h16]

Terça-feira, dia 19

TV2 (21h10): 5º TA [21h22]
TVI (21h42): 3º TA [21h48]
RTPi (19h35): 5º TA [19h47]

Quarta-feira, dia 20

TV2 (21h10): 3º TA [21h16]
RTPi (19h35): 3º TA [19h41]

Observações:

— Entre parêntesis curvos () indica-se a hora de início do bloco de tempos de antena em cada canal, no respectivo dia.
— Entre parêntesis rectos [] indica-se a hora provável de transmissão do tempo de antena da CDU.
— Aos sábados e domingos, todos os canais transmitem blocos de 10 tempos de antena; de segunda a sexta-feira, todos os canais transmitem blocos de 5 tempos de antena; cada tempo de antena tem a duração de 3 minutos.
— O quadro não inclui a SIC porque, em desobediência à Lei, este canal de televisão comunicou à CNE que não transmitirá tempos de antena.

Por isto é por aquilo...

O Grito do Mocho

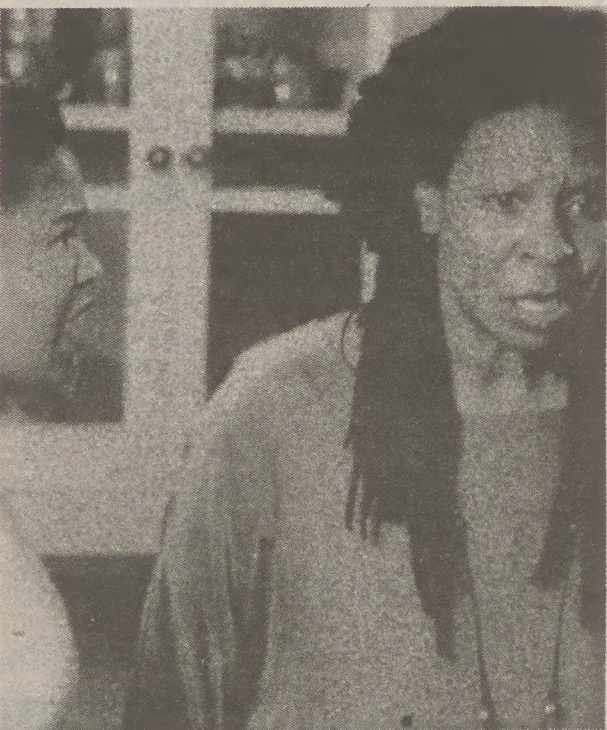
(Quinta, 22.35, TV2)

Robert, que se separara da sua mulher, apaixonou-se por Juliette; e o namorado desta, Patrick, assaltado pelo ciúme, desaparece, sendo Robert acusado do seu assassinio, ao mesmo tempo que Juliette se suicida. Mas o que aconteceu é que Patrick se refugiara em casa de Véronique, mulher de Robert, e, quando ambos decidem vir vingar-se deste último, acabam por acidentalmente se matar um ao outro... Um filme típico de Claude Chabrol em que este explora, como é seu timbre, as angústias e frustrações das quatro principais personagens que se afrontam. Desta vez, ao contrário do que o cineasta nos habituou, nem sempre a clareza da história está presente, mas a realização não deixa de ser meticulosa.

Todos Morreram Calçados

(Sexta, 00.15, TVI)

Trata-se de um dos mais belos westerns do realizador Raoul Walsh, com um Errol Flynn na sua melhor forma na personagem do general Custer, e tudo se desenrolando numa atmosfera de flagrante humor e lirismo - isto sem contar com o pequeno «pormenor» da costumada visão da problemática dos índios... A cena da despedida final entre Errol Flynn e Olivia de Havilland ganha, segundo a crónica de bastidores, algum sabor extra já que foi esta a última vez que contacenaram juntos no cinema. Atenção para a música de Max Steiner, um dos grandes mestres de Hollywood



Dois cenários de «Feita por Encomenda», uma comédia com Whoopi Goldberg e Ted Danson

neste domínio, e um aviso para a possibilidade (traíçoira) de que a cópia seja colorizada por computador...

A Carga da Brigada Ligeira

(Sábado, 01.20, Canal 1)

Esta é a segunda versão cinematográfica (a primeira foi realizada em 1940 por Charles Chauvel) da histórica epopeia da Cavalaria Ligeira australiana durante a I Grande Guerra quando, após um ataque mortífero do inimigo, 800 cavaleiros reconquistaram aos alemães e aos turcos a cidade de Beersheba no Norte de África. A encenação das batalhas, sobretudo a do assalto final, é grandiosa e o filme apenas se ressentia da longa duração da versão original que parece ser a que o Canal 1 transmite. Coisa para acabar às três e meia da manhã (se tudo não começar com meia hora de atraso ou mais) a anteceder um filme de terror, no mesmo canal, até pelo menos às cinco! Despesismo, desperdício, incompetência? Ora, ora, más línguas!

Feita por Encomenda

(Domingo, 23.10, SIC)

Uma mulher negra viúva, Sarah (Whoopi Goldberg), é dona de uma livraria e vive com a sua filha. Esta sempre julgara que era filha daquele que conhecera como sendo seu pai mas um dia, por mero acidente, descobre que fora produto de uma inseminação artificial. Ainda não refeita da surpresa, de investigação em investigação, acaba por desco-



Klaus Kinsky, em «Woyzeck», um filme menor de Werner Herzog

brir, então, que o seu verdadeiro pai era branco e, ainda por cima, se tratava de um dos maiores idiotas da cidade, conhecido pelo ridículo dos anúncios publicitários em que promovia o seu negócio de venda de carros. Mas a surpresa de Sarah não é menor, para já não falar da do verdadeiro pai, que jamais pensara em ter de aturar as responsabilidades de um lar... Tudo indício, é bom de ver, o argumento de uma comédia, porventura demasiado disparatada. Se vale a pena ver ou não, é coisa que aqui não se pode com rigor recomendar, já que, desconhecido o filme, e embora sabida que é a capacidade histriónica de Whoopi Goldberg e Ted Danson, a leitura das referências nos revela opiniões muito extremadas, do género 8 e 80... A confirmar, portanto.

Nunca Digas Adeus

(Domingo, 00.50, TV 2)

Sofrível, também, parece ser esta comédia romântica de Michael Apted - mas a habitual insónia da véspera do primeiro dia de trabalho da semana pode ter de levar-nos a olhar para a televisão, à espera da vinda do João Pestana. As referências mais consistentes apontam o principal problema do filme: o argumentista jamais conseguiu arranjar um motivo plausível para que as duas personagens principais (um jornalista e uma ornitóloga) se encontrassem de forma inteiramente plausível - o que não pode deixar de causar apreensões quando à credibilidade da história. Mas, enfim, sempre se trata da escrita de Lawrence Kasdan - e John Belushi e Blair Brown não são propriamente pés a representar...



Um fotograma de «Sommersby, O Regresso de um Estranho», um filme de Jon Amiel, com Jodie Foster e Richard Gere

Sommersby, O Regresso de um Estranho

(Segunda, 22.50, SIC)

Segunda adaptação ao cinema de uma história situada durante a Guerra dos Cem Anos, esta é outra obra desconhecida do escriptor e de recepção crítica contraditória, sobretudo no que se refere (desta vez) à consistência das personagens principais. Nesta nova versão, ele (Richard Gere) regressa a casa, no Sul, após seis anos de prisão na sequência da Guerra Civil americana. Ela (Jodie Foster) tem dificuldade em reconhecer, no recém-chegado, aquele que fora seu marido. O que acontece, na realidade, é que o homem não é o mesmo que há muitos anos a guerra roubou ao lar. E o único elemento de surpresa que argumentista e realizador tinham à sua disposição para explorar a intriga desta história - afinal, o facto de, também a mulher, a partir de certa altura, perceber que aquele não era o homem que partira, não o dando apesar de tudo a entender - parece ser inteiramente despedaçado, em nítido prejuízo do filme.

Encontro com a Sorte

(Terça, 15.00, SIC)

Bastante superior é esta obra canadense de Ted Kotcheff, baseada no romance homónimo do escritor Mordecai Richler, também ele autor do argumento. Tudo se passa nos anos 40, no gueto judeu de Montreal, à volta com as venturas e desventuras

de um jovem ambicioso apostado em subir na vida - sem olhar a meios e sem estremecer perante os efeitos por vezes terríveis que a sua conduta provoca nos que toca e o rodeiam. Com uma impressionante interpretação de Richard Dreyfuss (este é o sétimo filme de uma carreira vertiginosa que, nos primeiros sete anos, o levava a participar só em filmes como *O Graduado*, *American Graffiti* ou *Dillinger*), o filme de Kotcheff tem aquela dose de loucura que transforma a comédia dramática que é num objecto fílmico que ajuda a entretê-lo sem entorpecer a meninge. O problema é que passa às três horas da tarde de um dia de trabalho...

O Sonhador Feliz

(Quarta, 15.00, SIC)

Baseado num conto de Hans Christian Andersen, esta agradabilíssima e surpre-

endente fantasia cinematográfica é, parcialmente, um filme de animação em que intérpretes de carne e osso se misturam com personagens de desenho animado. O problema é que passa às três horas da tarde de um dia de escola... Despesismo, desperdício, incompetência? Que diabo! Como agora se costuma dizer, uma televisão privada não tem as mesmas obrigações de uma televisão pública...



Micheline Lanctot e Richard Dreyfuss, numa cena de «Encontro com a Sorte», de Ted Kotcheff

Cambalhotas

■ Francisco Costa

«Como é sabido, desde a primeira hora que manifestei a minha disponibilidade total para debates com todos os partidos.»

(António Guterres - SIC, «Último Jornal», 06.09.95)

Quando, no **Telejornal do Canal 1** do passado Domingo, o jornalista **Oliveira Castro** do «**Jornal de Notícias**» colocava **Luís Sá** perante a «hipótese» - *provocatória*, como não se importou de admitir com significativo esgar - de a **CDU** se quedar, nos resultados das próximas eleições legislativas, por uma percentagem muito próxima dos «oito e tal por cento», ele não estava a fazer mais do que, de forma inadvertidamente patética, correr o risco de demonstrar, face aos espectadores, o seu autismo perante uma realidade que, aos «cronistas» e «analistas» dominantes, se torna cada vez mais desconfortável de suportar: a de que os comunistas e os seus dirigentes, arrostando embora com as incomensuráveis dificuldades de fazerem chegar as suas ideias e propostas à opinião pública através da comunicação social, estão a saber criar e impor *actos políticos* incontornáveis que tornam mais claros à maioria dos portugueses o artificialismo da *bipolarização* do confronto político e o escândalo do atropelo às mais elementares regras do pluralismo democrático - amplamente detectados e denunciados, com já incómoda *naturalidade*, em inquéritos de opinião junto do público, na imprensa e, mesmo, na própria televisão.

E quando o mesmo **Luís Sá** - sem deixar de considerar de forma crítica, reduzindo-as à sua relativa importância, significado e intenções subjacentes, as *sondagens* publicadas na comunicação social - com irónica frontalidade contrapunha, àqueles, números bem diferentes e favoráveis trazidos a público no último fim-de-semana, também não foi de estranhar que o mesmo «comentador» de serviço se mantivesse impávido e sorridente na demonstração da sua cegueira e surdez, ao insistir, insensível a vários sinais e avisos, naquela sua atrabiliária *projeção*.

Tal é, sem margem para dúvidas, nos seus mais pequenos e quotidianos indícios, o sentido geral da permanente e continuada operação de *lavagem ao cérebro*, orquestrada pelos defensores das vantagens da *bipolarização* e da *alternância*, entendidas como únicas variantes aceitáveis do chamado *jogo democrático*.

O problema é que, para desgosto de tais arautos, importantes factores objectivos e subjectivos se têm encarregado nos últimos tempos de desmentir essa hipócrita mistificação - e sem dúvida que tudo o que tem rodeado a estudada operação dos «debates televisivos a dois» não pôde desta vez ser levado a cabo sob o costumeiro e impune *pacto de silenciamento*.

E que tal um «chá-canasta»?

Uma retrospectiva não exaustiva desta estudada operação dos debates televisivos trouxe à luz do dia alguns dos seus contornos mais sinuosos:

- desde há meses que os aparhos de *marketing* do **PSD** e do **PS** vinham arquitectando, entre si, um *modelo* de debate que excluísse, à partida, a participação dos outros dois partidos (**PCP** e **CDS**) com representação parlamentar;

- essa exclusão ajudaria, assim, a que no debate pudessem ser discutidas e confrontadas, de forma alegadamente mais profunda e responsável - ou, como agora se diz, «com verdadeiro sentido de Estado» - as diferentes perspectivas políticas quanto aos grandes problemas nacionais. Sem atropelos de qualquer espécie, sem que fosse possível desvendar acordos indistigíveis quanto ao essencial das questões cruciais, antes permitindo que viessem a primeiro plano divergências apenas acessórias. Na realidade, tratava-se, no fundo,

de silenciar posições incómodas que, sob formas diversas e claramente opostas, pudessem ser suscitadas quer por propostas serenas, responsáveis ou apoiadas nos factos e nos números quer por inflamados arrebatamentos de demagogia populista, da parte de um e outro dos partidos excluídos;

- entra, então, neste jogo a disputa da primazia entre os vários canais de televisão, numa outra operação paralela - agora de *bipolarização mediática* - com dois concorrentes principais (a **RTP** e a **SIC**) a disputarem as mais saborosas fatias do bolo e a deixarem as migalhas, sobrantes nesta fase crucial, a um terceiro e incómodo intrometido (a **TVI**);

- é neste contexto que os dois primeiros operadores de televisão se sujeitam, à partida, à laboriosa discussão dos aspectos *formais* dos debates impostos pelos dois aparelhos de propaganda partidários - ambos aceitando (embora um deles com reservada duplicidade de intenções, que mais tarde se desvendariam) regras e condicionantes as mais espantosas para quem, como o espectador, está habituado à impudica invasão do gosto pelo sangue e pelo sensacionalismo que as televisões, em geral, de há muito perseguem, agora dando lugar à ergonomia das poltronas, à forma das mesas, à posição dos microfones e das câmaras, aos ângulos mais aceitáveis, à tonalidade dos cenários, à conduta dos moderadores... Era a «política espectáculo», em versão *softcore*;

- até se chegar ao ponto de os três canais televisivos ensaiarem um artificial acto público de acordo conjunto quanto a regras, participantes e datas para dois debates e uma entrevista. Coisa nunca vista! Um acordo só aparentemente rápido e cordato à *superfície* mas cuja estranha consensualidade se explicava pelo peso do visível ridi-

nas reacções críticas dos comentadores radiofónicos - e que previsivelmente seriam seguidas pelas dos comentadores da imprensa escrita menos comprometidos, na manhã seguinte -, são os comentadores da **SIC** (e não por acaso na primeira linha o inflamado **Carneiro Jacinto**, editor de política nacional e, sem dúvida, directa ou indirectamente envolvido no estabelecimento prévio daquele acordo entre partidos e televisões) os primeiros a antecipar-se às repercussões do escândalo e a tomar nos seus ombros as primeiras críticas à «fórmula» encontrada para aquele debate, distanciando-se numa primeira análise do frágil e secundário comportamento dos moderadores (cujo «profissionalismo» não puseram em dúvida...), denunciando a «falta de novidade» das propostas e as águas tépidas da controvérsia e qualificando de «tempos de antena» a dois o sumo da discussão terminada minutos antes. Assim se preparava o passo seguinte.

E no entanto...

E, no entanto, tinha sido a iniciativa do **PCP** e do seu secretário-geral **Carlos Carvalhas** que constituía, naquela noite, a verdadeira «pedra na engrenagem» tão hipocritamente montada: em primeiro lugar, no plano político, através da vigorosa denúncia pública da intolerável discriminação praticada e obrigando **António Guterres** a descompor a postura ensaiada e precipitadamente posta em andamento pelo seu aparelho de *marketing*; depois, no plano mediático, impondo a presença do Partido no próprio terreno da discriminação.

Pelo menos na aparência e no barulho, nada poderia agora ser como dantes ou de forma incólume prosseguir como até aqui.

Por isso, surge no dia seguinte, no **Jornal da Noite da SIC**, o espectacular repto (!) aos partidos com assento parlamentar para um «debate a quatro» televisivo, a realizar numa determinada data habilmente sugerida ou em outra a acordar - com o imediato e natural assentimento por parte do **PCP** (apresentando, embora, reservas quanto à legalidade da data escolhida) e do **CDS**, a concordância argumentativa e justificativa do **PS** e as reticências iniciais do **PSD**, depois a muito custo desfeitas com a «ajuda» das golpadas internas.

Como explicar esta reviravolta? Claro como água: em bom português (suave), de uma penada a **SIC** sacudia a água do capote quanto ao crescente criticismo da opinião pública e permitia de borla ao **PS** limpar-se do «pecado original», através da declaração pública de que «sempre estivera disposto», blá, blá, blá; e, ao mesmo tempo, não desdenhava romper o acordo entre televisões, sem dúvida «em nome do primado da informação rigorosa e pluralista» e colocando, assim, a **RTP** e a **TVI** numa situação de terem de ir a reboque, mas sempre numa posição de subalternidade - coisa que, de forma desajeitada, viria a acontecer nos dias seguintes!

Poeira para os olhos? Quem duvida? Cambalhotas

indisfarçáveis do **PSD** e do **PS**? Qual o espanto?

Se todos estivessem tão interessados, agora, em «debates a quatro», por que razão não transformou a **SIC** a fórmula prevista - e não alterada até à hora em que escrevemos estas linhas - para o debate de ontem? E por que é que **PS** e **PSD** persistem em esconder que, nas questões fulcrais, não gostam que, em debate aberto e plural, lhes lembrem que é mais o que os une do que o que os divide, com as consequências que se sabe para o povo e para o país? E como não qualificar de subserviência ao **Governo** e ao **PSD** o papel da **RTP** nisto tudo?

Para bom entendedor...

... eu andei em 74 e 75, nas ruas, a dar combate aos comunistas, atrás de...

... sim... e eu também tenho provas dadas: estou no governo há 12 anos...



Voto útil?

culo que começava já a cobrir, perante a opinião pública, tanto os protagonistas partidários quanto os seus veículos mediáticos;

- assim se consumava o primeiro acto de um acordo espúrio entre dois partidos, à sombra (no fundamental) de dois canais de televisão - um «público» e outro «privado».

Uma (surpreendente?) reviravolta

O segundo acto deste triste espectáculo tem a sua génese na própria noite do primeiro debate na **RTP**. Sem agora nos determos

de FOICE

Herr Sucess

Os leitores que me desculpem mas não vou falar de campanha, nem de debates, nem de políticas, nem de nenhuma dessas coisas momentosas que ocupam os cronistas da nossa praça, e bem, nestes dias em que meia dúzia de iluminados discutem até à exaustão porque é que o gesto largo do braço de Guterres recortado em fundo azul é mais mediático do que o fato cinzento de Nogueira, porque é que a estratégia semiótica tradicional do PCP se remoçou apesar do reduzido teor semiótico dos seus "outdoors", ou como o país vai perdendo o seu cinzentismo e a indicialidade cromático-ideológica para ganhar mais indicialidade estética, não obstante o cartaz de Nogueira a olhar para o infinito poder ser do circo Chen e da campanha do PS só poder ser do PS, e do bom padrão da gravata de Carlos Carvalhas e da agressividade do PP, tudo isto com o meritório objectivo de informar o povo de quem é que já ganhou ou perdeu as eleições de Outubro, com base naturalmente em sábias reflexões devidamente fundamentadas em sondagens contraditórias e por isso mesmo muito mais convincentes, numa abundância de conclusões que quase dispensam as eleições propriamente ditas, um dia lá chegaremos, pois para quê tanto desperdiçar de esforços e meios se tudo é decidido por quem tanto entende e sabe e compreende e explica? Pois como ia dizendo, os leitores que me desculpem mas não vou falar de nada disso, pobre mortal que sou, que ele há momentos em que uma pessoa tem o direito, ou se não tem devia ter e cá por mim arrego-me o direito de ter esse direito de dizer esperem aí um bocadinho que agora estou a tratar de preservar a minha sanidade mental, o programa segue dentro de momentos, as minhas células cinzentas bloquearam com excesso de informação, os bites e bytes estão em frenético tratamento de dados, amanhã falamos, hoje retempero com uma escova de dentes, um chá das tias, uma casa cheia, um remate, uns noticiários aqui e acolá para não perder a mão, ou o pé, no estado em que as coisas estão vá-se lá saber. Foi assim, dada a esta brilhante decisão, que tomei conhecimento do mais hilariante acontecimento do ano, à conta do qual estive à beira de ganhar uma hérnia mas que lavou de tanto chorar a rir a poeira da confusão pairante na minha caixa craniana. Falo, como é evidente, do prémio concedido a Herr Kavaken pelos sucessos alcançados no combate ao desemprego ou na criação de emprego (a minha recuperação não foi total), pelos queridos compadres alemães de Herr Khol, o chanceler do país onde milhares de compatriotas nossos tentam ganhar a vidinha morando em contentores, trabalhando de sol a sol, sem qualquer protecção social e a dar todos os dias graças à união europeia que os tirou do rol dos emigrantes e até os recambia para casa quando as coisas correm mal. O prémio, recheado de discursos, sorrisos e abraços, fez de Portugal um sucesso, que Herr Kavaken não é somítico e logo ali estendeu os louros ao país e à malta, o que encheu de orgulho o pessoal e mostrou ao mundo como somos pobrezinhos mas tesos, quezilentos mas fraternos, e que não há campanha eleitoral que belisque o nosso sentido de humor. Anedotas daquelas papamos nós todos os dias ao pequeno-almoço. Os alemães, se fossem espertos, em vez de andarem por lá a morrer de indigestão vinham mas é para cá saborear as delícias da nossa democracia de sucesso. Herr Kavaken até era capaz de chegar a chanceler.

■ AF

Anteontem à noite na Marinha Grande Comício com Carlos Carvalhas encheu a Praça Stephens

Cresce a confiança na eleição de um deputado da CDU pelo distrito de Leiria

«É possível e necessário eleger, pelo menos, um deputado da CDU pelo distrito de Leiria, para dar voz àqueles que trabalham e às camadas mais desfavorecidas da nossa sociedade», afirmou José Augusto Esteves, cabeça-de-lista da CDU, perante o entusiasmo e o colorido das bandeiras da coligação agitadas por várias centenas de pessoas que participaram no comício realizado terça-feira à noite na Marinha Grande e em que interveio Carlos Carvalhas.

No palco, instalado na Praça Stephens daquela cidade vidreira, estavam ainda outros candidatos da CDU pelo distrito e

MPR estarem a ser ouvidos pela Polícia Judiciária, na sequência das cargas policiais que se abateram sobre os vidreiros e a população, em Dezembro, e que, recorde-se, não pouparam crianças, idosos, representantes da Igreja Católica local e jornalistas.

José Augusto Esteves, que falou em seguida, criticou o papel de cuco desempenhado pelo PS a propósito das lutas dos vidreiros, porquanto os seus dirigentes nada têm feito para a defesa dos postos de trabalho e das empresas mas, quando cheiram a presença das câmaras da TV, põem-se em bicos de pés

patia pelas propostas e iniciativas da CDU e manifestou confiança na eleição de um deputado



Carvalhas no comício da Marinha Grande



Caravana CDU fez-se à estrada



Antes do comício, Carlos Carvalhas e José Augusto Esteves visitaram as empresas vidreiras Manuel Pereira Roldão e Dâmaso (esta em Vieira de Leiria)

Joaquim Gomes, membro da Comissão Central de Controlo do CC do PCP.

O primeiro orador foi Sérgio Moiteiro, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira e candidato da CDU, que lembrou a luta dos trabalhadores do sector, particularmente da empresa Manuel Pereira Roldão, pela manutenção dos postos de trabalho, pelo pagamento de salários e em defesa das empresas. Condenou o facto de os trabalhadores da

para aparecerem nos ecrãs. O primeiro candidato da CDU no distrito de Leiria denunciou os malefícios da política de direita na região, reafirmando que só no quadro de uma nova política, protagonizada por um novo Governo, será possível o crescimento e o desenvolvimento social e económico, a defesa e valorização da produção regional, da indústria, do turismo, da agricultura e das pescas.

José Augusto registou com agrado a crescente onda de sim-

(comprovado por declarações e propostas das suas principais figuras) e a apresentação do Programa Eleitoral do PCP.

O dirigente comunista começou por dizer que não estava ali para oferecer cheques, em contraponto ao que acontece normalmente com a campanha do Governo, em apoio e convergência com a campanha eleitoral do PSD. Lembrou depois o apoio e acompanhamento dado pelo PCP e pelos comunistas às lutas dos trabalhadores, nomeadamente dos vidreiros, afirmando que estes «sempre contaram e continuarão a contar connosco nas horas mais difíceis e nas horas menos difíceis».

Carlos Carvalhas concluiu a sua intervenção realçando que não basta derrotar a direita, é preciso derrotar também a política de direita, independentemente dos seus protagonistas, para o que é indispensável o reforço eleitoral da CDU e o aumento do número de deputados eleitos pelas listas da coligação.

DUPON & DUPONG

Baixaremos os impostos se for possível

Dizei mesmo mais: Se for possível baixaremos os impostos!

